



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

GABINETE DE PROJETOS

ARARANGUÁ

15/01/2018

O presente documento estabelece os Fundamentos, as Diretrizes e Orientações necessárias para o desenvolvimento das atividades do Curso Técnico em Edificações. Ressalta-se que o mesmo fora elaborado em conjunto pelo Gabinete de Projetos, NDE do Curso e Direção de Ensino.

**FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA MARIA LUMMERTZ/FVA**

Faculdade do Vale do Araranguá
Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico
em Edificações.
Faculdade do Vale do Araranguá – Araranguá,
2018.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Notas CPC e ENADE dos Cursos Técnico da FVA. Fonte: PDI, 2015.	132
Tabela 2 Calendário de Estágio Supervisionado. Fonte: Direção de Ensino, 2015.	161
Tabela 3 Acordo de Cooperação de Estágio. Fonte: Direção de Ensino, 2015.	162
Tabela 4 Plano de Atividades do Estágio. Fonte: Direção de Ensino, 2015.	164
Tabela 5 Carta de Apresentação do Estagiário. Fonte: Direção de Ensino, 2015.	165
Tabela 6 Termo de Aceite. Fonte: Direção de Ensino, 2015.	165
Tabela 7 Início do Estágio e/ou Equivalência. Fonte: Direção de Ensino, 2015.	166
Tabela 8 Termo de Compromisso. Fonte: Direção de Ensino.	173
Tabela 9 Relatório de Atividades Desenvolvidas no Campo de Estágio. Fonte: Direção de Ensino, 2015.	174
Tabela 10 Instrumento de Frequência do Estagiário. Fonte: Direção de Ensino, 2015.	174
Tabela 11 Ficha de Avaliação quanto ao Desempenho do Estagiário. Fonte: Direção de Ensino, 2015.	177
Tabela 12 Ficha de Avaliação da Empresa quanto ao Curso. Fonte: Direção de Ensino, 2015.	178
Tabela 13 Carta de Conclusão de Estágio. Fonte: Direção de Ensino, 2015.	179
Tabela 14 Termo de Autorização para Consulta e/ou Publicação Eletrônica. Fonte: Direção de Ensino, 2015.	179

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Região da Amesc	12
Figura 2 - Mesorregião Sul Catarinense formada pelas Microrregiões de Araranguá, Tubarão e Criciúma.	13
Figura 3 - Microrregião Osório (RS).	13
Figura 4 - Pilares Estratégicos, 2015 - 2019.	18
Figura 5 - Entrega dos alimentos arrecadados na AMAR - Associação de Mulheres de Araranguá (2014/2). Fonte: CAES, 2015.	31
Figura 6 - Confraternização Julina (2014/2). Fonte: CAES, 2015.	32
Figura 7 - Arrecadação de roupas para doação (2014). Fonte: CAES. 2015.	32
Figura 8 - Blitz Educacional (2014). Fonte: CAES, 2015.	33
Figura 9 - Acadêmicos do Curso de Educação Física na disciplina de LIBRAS (2015).	35
Figura 10 Organograma Institucional. Fonte: PDI, 2015.	118
Figura 11 Imagens Institucionais. Fonte: PDI, 2015.	124
Figura 12 Imagens Institucionais. Fonte: PDI, 2015.	125
Figura 13 Imagens Institucionais. Fonte: PDI, 2015.	126
Figura 14 Imagens Institucionais. Fonte: PDI, 2015.	127

SUMARIO

1.	APRESENTAÇÃO	8
1.1	GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	8
1.2	DADOS INSTITUCIONAIS	9
1.3	HISTÓRICO INSTITUCIONAL	9
1.4	INSERÇÃO REGIONAL	11
1.5	MISSÃO INSTITUCIONAL	15
1.6	VISÃO INSTITUCIONAL	15
1.7	VALORES INSTITUCIONAIS	15
1.8	FILOSOFIA INSTITUCIONAL	15
1.9	FUNDAMENTOS	15
1.9.1	Sustentabilidade	15
1.9.2	Inovação	16
1.9.3	Empreendedorismo	16
1.9.4	Interdisciplinaridade	16
1.9.5	Sociedade	16
1.9.6	Empregabilidade	17
1.9.7	Tema Transversal: Responsabilidade Social Organizacional	17
2.	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	18
3.	JUSTIFICATIVA	19
4.	PARÂMETROS PARA A PRÁTICA EDUCACIONAL	21
5.	CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS NORTEADORES	22
5.1	MISSÃO DO CURSO	22
5.2	VISÃO DO CURSO	22
5.3	PRINCÍPIOS NORTEADORES	22
6.	BASE LEGAL	23
6.1	INTEGRAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO	24
6.2	OBJETIVOS	25
6.2.1	Objetivo Geral	25
6.2.2	Objetivos Específicos	25
7.	IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI, NO ÂMBITO DO CURSO	26
7.1	EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO CURSO	27
7.2	PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DOCENTE/DISCENTE	27
7.3	RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	28
7.4	POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	34
7.5	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA	35
7.6	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	37
7.7	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	37
7.8	POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	38

7.9	POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO	38
8.	PERFIL DO INGRESSANTE E DO EGRESSO	40
8.1	PERFIL DO INGRESSANTE	40
8.2	PERFIL DO EGRESSO	40
8.2.1	Perfil Comum	41
8.2.2	Perfil Específico	41
9.	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	41
9.1	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS	42
10.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES	43
10.1	ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES - COMPONENTES CURRICULARES	43
10.2	CARGA HORÁRIA DO CURSO	57
11.	NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO	57
11.1	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	57
11.1.1	Concepção	58
11.1.2	Objetivo Geral	58
11.1.3	Carga Horária Prevista	58
11.2	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	59
11.2.1	Apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	59
11.3	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	59
12.	METODOLOGIA	60
12.1	CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DA FACULDADE DO VALE DO ARARANGUÁ	60
12.2	CURRÍCULO	61
12.3	INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS FRENTE À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES	63
12.4	PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	64
12.4.1	Interdisciplinaridade	68
13.	POLÍTICAS PARA O CURSO TÉCNICO	69
13.1	POLÍTICAS DE ENSINO	69
13.2	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs)	72
13.3	POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-ENSINO TÉCNICO	73
13.4	POLÍTICAS DE EXTENSÃO	75
13.4.1	Estratégias de Extensão no contexto do Curso Técnico em Edificações	75
13.4.2	Cursos de Iniciação Profissional	76
13.5	POLÍTICAS DE PESQUISA	77
13.5.1	Estratégias de Pesquisa no contexto do Curso Técnico em Edificações	78
13.6	POLÍTICAS DE PÓS-ENSINO TÉCNICO	78
13.7	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE	80
13.7.1	Programa de Nivelamento	80
13.7.2	Apoio Psicopedagógico	80
13.7.3	CAES – Coordenação de Apoio ao Estudante	82
13.7.4	Programa de Apoio Financeiro	84
13.7.5	Projeto ENADE	85
13.7.6	Diretório Acadêmico – DA	85

13.8	POLÍTICAS DE APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTERNOS, EXTERNOS E A PRODUÇÃO DISCENTE	86
14.	EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES	86
15.	RECURSOS HUMANOS	100
15.1	COORDENAÇÃO DO CURSO	100
15.2	DOCENTES	101
15.2.1	Condições de Trabalho	101
15.2.2	Regime de Trabalho	103
15.2.3	Plano de Carreira	106
15.2.4	Políticas de Qualificação do Corpo Docente	106
15.2.4.1	Pressupostos Teóricos	107
15.3	COLEGIADO DO CURSO	109
15.4	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE	111
15.5	MODELO DE GESTÃO	112
15.5.1	Organograma Acadêmico-Administrativo	117
16.	INFRAESTRUTURA	118
16.1	SALA DE AULA	118
16.2	SECRETARIAACADÊMICA	119
16.3	BIBLIOTECA	120
16.3.1	Plano de Atualização do Acervo	121
16.4	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE INFORMÁTICA	121
16.4.1	Acesso Wifi	122
16.4.2	Sistema de Gestão	122
16.5	INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS	122
16.6	EMPRESAS CONVENIADAS	124
16.7	IMAGENS DA INFRAESTRUTURA DA FACULDADE DO VALE DO ARARANGUÁ	124
17.	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DA APRENDIZAGEM	127
17.1	SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	127
17.2	INDICADORES DE QUALIDADE DO CURSO	128
17.3	INDICADORES DE QUALIDADE NA FACULDADE DO VALE DO ARARANGUÁ	130
17.3.1	Taxa de Conclusão da Ensino técnico	130
17.3.2	ENADE E CPC	131
17.3.3	IGC	132
17.4	AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	132
17.4.1	Revisão de Notas	133
17.4.2	Avaliação de Segunda Chamada	133
18.	ANEXOS	134
18.1	REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	134
18.2	REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	145

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações da Faculdade do Vale do Araranguá – FVA, elaborado pela equipe pedagógica que compõe o Núcleo Docente Estruturante – NDE, juntamente com a Direção de Ensino e Gabinete de Projetos, obedece às orientações gerais das DCNs e da Instituição.

O documento apresenta a sistematização das ideias, desafios e prospecções que permeiam o exercício profissional. Procura esboçar a trajetória, os avanços, as adversidades que constituem esse processo, objetivando sempre uma reflexão teórico-prática que possibilite agregar competências e habilidades imprescindíveis na formação do Técnico em Edificações.

Parte-se do pressuposto de que um Curso que visa realizar ações extremamente importantes para o mundo das relações financeiras, precisa considerar os problemas decorrentes dessas relações, analisando também, o contexto histórico e social na qual as mesmas estão inseridas. E foi justamente mediante esses paradoxos que as bases teóricas, conceituais e práticas do Curso Técnico em Edificações foram elaboradas.

Assim, tem-se a clareza da importância do ato de aprender a aprender, pois a consciência que as mudanças são constantes, exigindo profissionais dinâmicos, capazes de adaptarem-se ao ritmo acelerado e competitivo do mercado, é fator prioritário para a formação profissional dos acadêmicos.

1.1 GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A gestão do Projeto Político Pedagógico é de responsabilidade do Coordenador e do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso, constituído oficialmente através da Portaria institucional. Este tem a função primordial de elaborar, avaliar, manter atualizado e consolidar o PPC, definindo sua concepção, filosofia e fundamentos norteadores, atendendo às Diretrizes emanadas pelos órgãos educacionais ou profissionais ligados ao Curso. Em conformidade com a Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES):

“Art. 1º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um Curso Técnico constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do Curso. Parágrafo único. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do Curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do Curso”. (CONAES, 2010).

1.2 DADOS INSTITUCIONAIS

Mantenedora: FVA - Faculdade do Vale do Araranguá LTDA – ME

CNPJ: 07.244.722/0001-30

Nome Fantasia: Futurão

Portaria de Credenciamento: nº 661, de 25 de maio de 2011.

Avenida Getúlio Vargas, 415, Centro – Araranguá/SC.

Fone: (48) 35270130/35221056

E-mail: de@fva.edu.br

Mantida: Faculdade do Vale do Araranguá

CNPJ: 07.244.722/0001-30

Avenida Getúlio Vargas, 415, Centro – Araranguá/SC.

Fone: (48) 35270130/35221056

E-mail: de@fva.edu.br

1.3 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

Sem exploração, ganância, onde o homem não seja mais lixo do capital. Sem mentiras públicas e oficializadas, onde os indivíduos possam “ser” e “viver”. Sociedade onde o ser humano dê sustentabilidade à vida. A partir deste conceito emergem a *Missão*, a *Visão* e os *Valores* da Instituição de Ensino Superior **Faculdades Futurão**, cujo fundamento origina-se em sua capacidade de gerar e difundir o saber.

A proposta de criação da Faculdades Futurão emerge do sonho da educadora Sra. Nívea Simonete Lummertz Jones Oliveira, proprietária e diretora do Grupo Educacional Futurão que agrupa Colégio (1991), Escola Técnica (2004) e Faculdades Futurão (2009).

A experiência e atitude empreendedora da educadora, juntamente com o compromisso e competência destinados ao papel de educar, fizeram com que novos projetos pudessem ser incorporados à identidade institucional. A primeira Escola Técnica de Araranguá foi implementada pelo conhecimento das necessidades regionais, fato este que já demonstrara o esforço pessoal, a luta e coragem de formar cidadãos qualificados para o mercado de trabalho.

Pensar a formação do profissional cidadão exigiu repensar as práticas das Instituições de Ensino, sobre as ações do Ensinar, sobre um real existente e percebido e um ideal como anseio. Esta constatação fora como um fio condutor para a construção de mais um marco conceitual, a idealização da Faculdades Futurão, com inerências de um agir existencial, antropológico, e socialmente vivificante: transformador.

A estruturação do projeto de implantação da Instituição de Ensino Superior embasa-se mediante a necessidade que se tem em atender um fazer pedagógico atento ao cenário da contemporaneidade, que traz como resultado a compreensão do Ensino como referencial de vida. Um projeto ainda em construção, mas que possui seu princípio no ano de 2008, período este de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, como também, da solicitação e trâmites legais para o credenciamento da Instituição de Ensino.

No ano de 2009, fez-se necessária a estruturação física do espaço onde seria instalada a Faculdades Futurão. As estruturas potenciais foram edificadas sobre um antigo clube da cidade de Araranguá (Tênis Clube), ganhando novas dimensões e reformas materiais, mas sem esquecimento de contemplar o quanto as vivências de lazer e aprendizado foram significativas para a comunidade. Partindo dessa premissa, denomina-se o espaço reestruturado de *Univida – Unidade do bem estar e da qualidade de vida*. Logo, as experiências antigas foram vinculadas a continuidade, o que despertou na comunidade um interesse por novas oportunidades de conhecimento, lazer e desenvolvimento pessoal.

O projeto de implantação da Faculdades Futurão teve sua aprovação no dia 25/05/2011, credenciando a Instituição de Ensino a ser a primeira Faculdade genuinamente Araranguense, com princípios e finalidades traçadas com características locais e regionais. Legalizava-se, assim, seus atos didáticos pedagógicos, cujo processo requereu planejamento de Cursos que pudessem atender a necessidade e demanda da região.

Os primeiros Cursos Técnico ofertados pela Faculdades Futurão foram o Curso de Técnico em Educação Física e o Curso de Licenciatura em Educação Física. O planejamento dos mesmos esteve atrelado à demanda no mercado de trabalho por profissionais de Educação Física, como também, o seguimento que se dava às atividades propostas no espaço físico utilizado para as instalações da Faculdades Futurão.

No ano de 2011, a Faculdades Futurão possuía turmas em todos os Cursos, abrangendo estudantes de toda a região da Amesc e municípios contíguos. Neste contexto de ações inovadoras, confirma-se o compromisso social da Instituição, que pauta sua proposta

pedagógica e administrativa na produção de conhecimento de excelência a um maior número possível de indivíduos.

Ensino, Pesquisa e Extensão assumem a concepção de Instituição Educacional que se quer, socializando o conhecimento produzido em vista ao benefício social. Convênios e parcerias foram firmados, elencando 35 Cursos de Extensão elaborados no ano de 2012.

No ano de 2013, mediante pesquisas de mercado e capacidade inovadora, a então Faculdades Futurão passa a ser chamada **Faculdade do Vale do Araranguá - FVA**. A nova denominação vem ao encontro dos objetivos propostos pela atual Instituição, firmando seus laços regionais e seu compromisso social. O nome Faculdade do Vale do Araranguá passa a ser utilizado a partir do segundo semestre do ano de 2013, sendo bem aceito pelos colaboradores da Instituição, envolvidos com o processo educacional.

Evidencia-se, assim, uma nova etapa para a IES, em que Cursos Técnico e Especialização são planejados, objetivando a qualificação de profissionais que atendam cada vez mais ao mercado de trabalho e contribuam para o desenvolvimento local e regional.

1.4 INSERÇÃO REGIONAL

A Faculdade do Vale do Araranguá – FVA localiza-se na cidade de Araranguá, situada no Extremo Sul Catarinense. Com uma população estimada de 64.405 habitantes (fonte: IBGE / ano 2012), Araranguá pertence ao conjunto de municípios que constituem a região da AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense), juntamente com mais 14 municípios vizinhos, destacados no mapa a seguir:

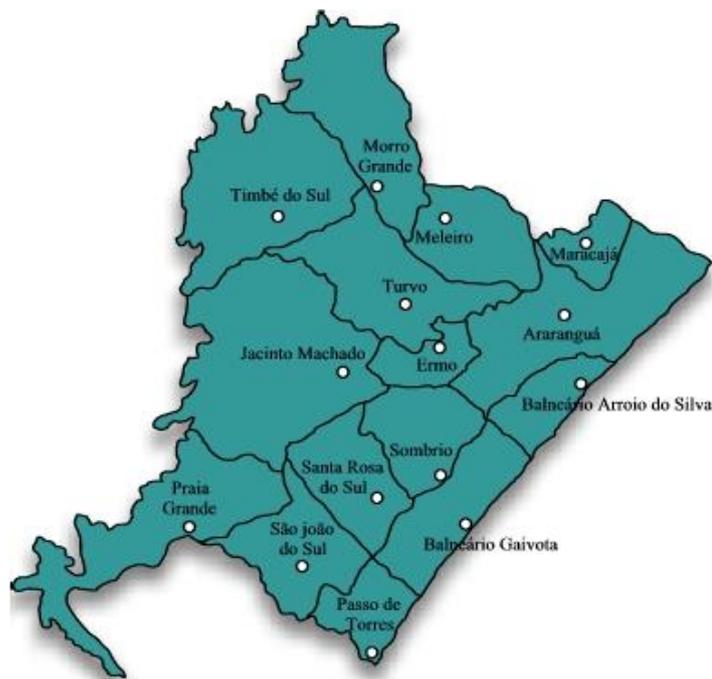


Figura 1 - Região da Amesc

Fonte: Disponível em:<www.amesc.com.br>. Acesso em: 20 de Julho de 2013.

A região geográfica de abrangência da atuação da FVA é aquela em que se incluem os municípios de Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo, formando a microrregião de Araranguá, com uma população total de 190.312 habitantes.

A população de Araranguá possui taxa média de crescimento de 1,21% ao ano, cuja estrutura etária é concebida por 49,16% de homens e 50,84% de mulheres, representados por 31,5% de jovens, 58,1% adultos e 10,3% idosos, com uma expectativa de vida de 74,4 anos. Ressalta-se que a PEA (População Economicamente Ativa) de Araranguá é 56,7% de seus habitantes, o que demonstra que a cidade é próspera para o trabalho, culminando em seu alto índice de crescimento nos últimos dez anos (IBGE, ano 2010).

Os municípios interligam-se por uma rede extensa de rodovias, sendo que Araranguá está entre duas capitais importantes – Florianópolis (SC) que dista 200 km e Porto Alegre (RS) 250 km. Está localizada às margens da BR-101 (Translitorânea), importante rodovia que cruza o Estado e o País, considerada um meio de interligação com o MERCOSUL.

Oportunamente, destacam-se outras microrregiões que permeiam a Região da AMESC, como AMREC (Criciúma), AMUREL (Tubarão) e do Estado vizinho, Rio Grande

do Sul, a Microrregião de Osório, que abrigam uma população estimada em um milhão de habitantes, num raio de 180 Km, interligados pela Rodovia Federal BR-101 em duplicação, conforme imagens 2 e 3 abaixo.

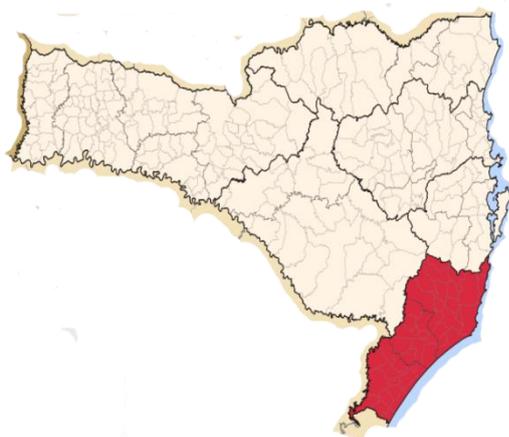


Figura 2 - Mesorregião Sul Catarinense formada pelas Microrregiões de Araranguá, Tubarão e Criciúma.

Fonte: Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_do_Sul_Catarinense.

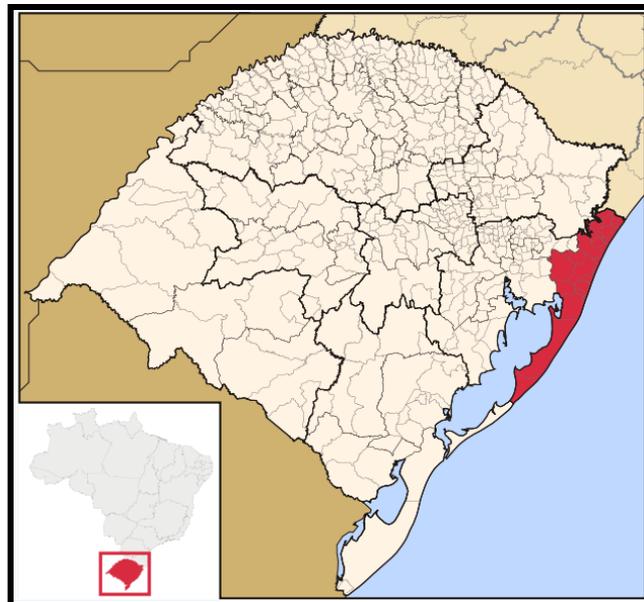


Figura 3 - Microrregião Osório (RS).

Fonte Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregi%C3%A3o_de_Os%C3%B3rio

No que se refere à história, a base cultural da região foi constituída inicialmente por imigrantes e descendentes das etnias açoriana, italiana, alemã e, em menor proporção, a afro-negra. A cultura predominante foi a açoriana, sendo preservados aspectos de outras

etnias, o que propiciou uma significativa diversidade que forma o patrimônio cultural de Araranguá. Conhecida como Cidade das Avenidas, pelo seu traçado urbanístico de amplas ruas e avenidas estabelecido no século XIX, Araranguá possui 16 % de sua população residente no meio rural, dedicando-se ao cultivo do arroz, mandioca, feijão, fumo e milho. A agricultura, o comércio, o turismo e as indústrias metalúrgicas, cerâmicas, moveleiras e de confecções, juntamente com os setores de serviços, formam a base de sua economia.

É no setor primário que Araranguá encontra a sua maior expressividade, notadamente na rizicultura, ocupando a primeira posição de produção dentre as microrregiões do Estado. Tratando-se de Educação, o município possui ampla rede de Ensino Público Estadual, Municipal e Particular. Possui o Ensino Técnico (Escola Técnica Futurão) e Instituições Federais, como o IFSC e a UFSC.

A cidade de Araranguá possui vários Clubes Sociais (os tradicionais clubes de serviços), Associações e Sindicatos de produtores, do Comércio e dos Trabalhadores. No campo das artes cênicas, tem um cinema e um espaço teatral (Teatro Célia Belizária). No que tange aos veículos de comunicação, existem três emissoras de rádio AM e FM, uma emissora de TV a cabo, uma rádio comunitária e seis jornais.

Na área da saúde, agrega o maior hospital público do extremo sul do Estado de Santa Catarina: o Hospital Regional de Araranguá. Há ainda duas Unidades de Pronto Atendimento, situadas no Centro da Cidade (Bom Pastor) e outra, no Bairro Divinéia.

A segurança pública conta com dois distritos policiais e a Delegacia da Mulher e do Menor, possuindo ainda o Batalhão da Polícia Militar e uma Guarnição do Corpo de Bombeiros.

Antes visitado por tropeiros e viajantes, o município agora recebe muitos turistas, brasileiros e estrangeiros, que vêm contemplar sua beleza natural. Entre elas estão o Morro dos Conventos, suas furnas e dunas, além dos balneários e do rio que tem o mesmo nome da cidade.

Nesse contexto, a FVA considera-se como Instituição genuinamente Araranguense, por entender que as demais IES implantaram-se na cidade oriundas de outros municípios e estados. Por essa razão, assume junto à comunidade o compromisso de alavancar a região. Destaca-se também, que é a única Instituição de Ensino Superior privado.

A instalação da Faculdade Futurão em Araranguá, hoje denominada Faculdade do Vale do Araranguá, constituiu-se como um agente estratégico na articulação do desenvolvimento do Extremo Sul Catarinense.

1.5 MISSÃO INSTITUCIONAL

Formar sujeitos comprometidos com a excelência profissional, pautados na ética, na sustentabilidade e na ação propositiva, contribuindo para sua inserção no contexto social como agente de transformação.

1.6 VISÃO INSTITUCIONAL

Ser reconhecida regionalmente até 2019 como Instituição de Educação com excelência e inovação no Ensino, voltado para o desenvolvimento integral do ser humano e no aprimoramento de habilidades e competências necessárias às constantes renovações sociais e econômicas da sociedade.

1.7 VALORES INSTITUCIONAIS

- Inovação.
- Respeito à diversidade intelectual, artística, religiosa, institucional e política.
- Responsabilidade social.
- Solidariedade humana.
- Desenvolvimento ambiental, econômico e social sustentável.

1.8 FILOSOFIA INSTITUCIONAL

Contribuir para a formação de profissionais capazes de agirem de forma autônoma e consciente frente às mudanças e transformações do mercado de trabalho, aliado ao compromisso de inseri-los em ações pautadas na ética, na criatividade, no trabalho participativo, visando o desenvolvimento regional. Assume-se, assim, a responsabilidade de qualificar sujeitos que incorporem novos hábitos, comportamentos e percepções que dêem sustentabilidade à vida e respeito à diversidade.

1.9 FUNDAMENTOS

São fundamentos para a realização da Missão da Faculdade do Vale do Araranguá, além de seus valores, os pilares que sustentam as Diretrizes Pedagógicas e os Projetos Pedagógicos de Cursos, a seguir definidos:

1.9.1 Sustentabilidade

Os currículos, programas e projetos priorizam a ideia do sustento econômico como vetor da equidade social e equilíbrio ambiental, práticas de negócios e processos operacionais, objetivando o alcance e manutenção da qualidade de vida e planetária.

1.9.2 Inovação

A Faculdade do Vale do Araranguá tem como inovação a busca com sucesso de novas ideias. Por isso, instiga por meio de seus currículos, programas e projetos a autonomia intelectual e pessoal do sujeito, diferenciando suas práticas e alicerçando teoricamente seus interesses. Para que os acadêmicos priorizem a prática da inovação, dar-se-á meios de os mesmos conhecerem sobre o tema, com propósito de tomarem consciência da importância de inovar no cenário competitivo vigente.

1.9.3 Empreendedorismo

A Instituição busca promover a criação da cultura, o desenvolvimento das habilidades e das atitudes necessárias à formação da competência empreendedora, capacitando seus acadêmicos a transformar ideias em ações e conduzir suas carreiras.

1.9.4 Interdisciplinaridade

A consubstanciação dos fundamentos institucionais que dão forma às ações pedagógicas desenvolvidas na Faculdade do Vale do Araranguá é realizada num ambiente que promove a existência de diálogo e cooperação coordenados entre as disciplinas e conhecimentos, visando a realização de sua missão. Em seu planejamento para o quinquênio, a IES prevê ações integradas entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a partir da formulação do trabalho docente, célula primária do desenvolvimento da missão institucional, que deverá caracterizar, sempre que possível, tais funções em ações práticas, alinhando-as com os eixos integradores definidos neste PDI.

1.9.5 Sociedade

Uma sociedade é um grupo de indivíduos que formam um sistema semiaberto, no qual a maior parte das interações é feita com outros indivíduos pertencentes ao mesmo grupo.

A sociedade inicia-se e esgota-se no indivíduo como um conjunto de partes que interagem e se constituem, ou seja, o indivíduo é integrante da sociedade, constitui-se na sociedade e se reproduz em um processo dinâmico de reinvenções. São necessários sujeitos que ajam com ética, que interagem com o meio de forma sustentável. Indivíduos que inovem suas ações, assegurando ao grupo solidariedade, humanização e respeito à diversidade cultural.

1.9.6 Empregabilidade

Os currículos, programas e projetos buscam a adequação às demandas da sociedade e a promoção da autonomia profissional dos acadêmicos.

1.9.7 Tema Transversal: Responsabilidade Social Organizacional

A responsabilidade social na Faculdade do Vale do Araranguá é um tema que deve estar presente nas atividades e ações empreendidas pelos colaboradores docentes e técnico-administrativos. Nesse sentido, a IES procura sempre conscientizar, orientar e estimular práticas socialmente responsáveis, tais como: a disseminação de conhecimentos sobre a responsabilidade ética e social, a criação de código de ética e conduta do servidor docente e técnico administrativo, e o incentivo de ações indutoras de valores à sociedade.

A seguir os pilares estratégicos da FVA, conforme figura 4.

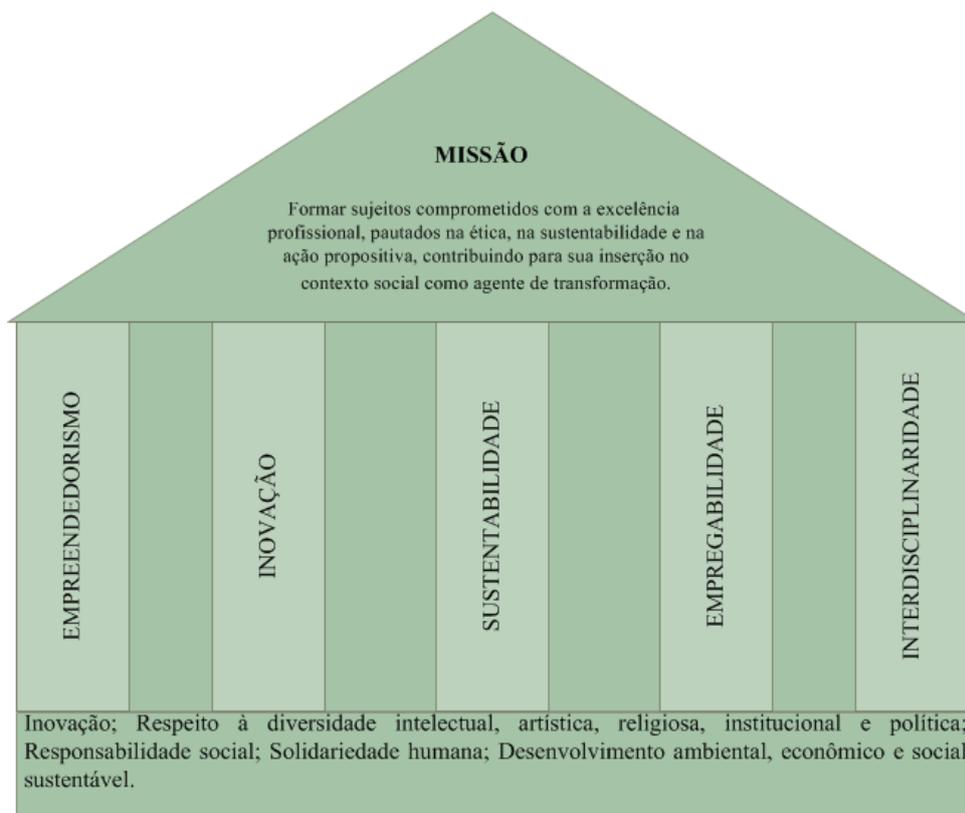


Figura 4 - Pilares Estratégicos, 2015 - 2019.

Fonte: PDI, 2015.

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO: CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

PERFIL DE FORMAÇÃO: TÉCNICO (A) EM EDIFICAÇÕES

MODALIDADE: PRESENCIAL

VAGAS OFERECIDAS: 80 VAGAS ANUAIS

TURNO: NOTURNO (2ª à 6ª Noturno e Sábado)

DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA POR COMPONENTES CURRICULARES:

Estágio Curricular Supervisionado: 486 horas

Carga Horária Total do Curso: 1980 horas

REGIME DE MATRÍCULA: SEMESTRAL

FORMA DE INGRESSO: O sistema de Ingresso da IES é composto por Programas de ingresso que selecionam candidatos e permitem que os mesmos possam, além do ingresso nos Cursos Técnicos, concorrerem a Bolsas de Estudo Institucionais e Acadêmicas, que facilitem a continuidade e a permanência dos ingressos nos Cursos. O ingresso de acadêmicos ao Curso dar-se-á mediante o Programa de Ingresso SEI (Institucional).

3. JUSTIFICATIVA

Justamente nos momentos em que as crises econômicas foram as mais agudas na história do País é que identificamos os empreendedores que deram conta de vislumbrar, além do turbilhão de dificuldades, investindo e capacitando colaboradores para as empreitadas que por seguinte viriam.

Até bem pouco vínhamos em um processo marcante de crescimento, onde percebíamos a deficiência gritante da infraestrutura de logística e de manufatura de bens e serviços, que o mercado exigia. De uma forma geral, mesmo nos anos de “vacas gordas”, não nos preparamos com a antecedência devida ao Planejamento estratégico para a Nação. Acreditamos desproporcionalmente em nossas riquezas naturais, sem a busca por novas tecnologias que dessem conta de ampliar ou substituir antigos processos extrativistas.

Hoje, cerca de setenta por cento do PIB nacional passa por algum processo das engenharias, que demandam conhecimentos específicos, não adequadamente conformados aos fins pertinentes. Profissionais que devem ainda a sua completa formação, às experiências de campo, acompanhando obras de vulto, muitas vezes sem a perícia e competência necessárias. Assim como nas demais áreas do conhecimento humano, a solução destas carências e incapacidades está na Escolarização, profissional, de fato, com qualidade e amplitude. Com qualidade porque não é possível formar meio-profissionais, semi-qualificados, relativizados em suas atribuições como atores coadjuvantes destes processos. Com amplitude porque é justamente a carência destes profissionais no mercado que faz com que os mal formados e desatualizados se insiram de qualquer forma, encontrando um nicho especulativo que os acolha e os tolere.

As demandas previstas pelo Órgão Profissional das Engenharias, em anos anteriores não foram supridas. Faltou mão-de-obra especializada para os inúmeros processos de investimentos, públicos e privados. Obras de infraestrutura previstas, inclusive para os eventos esportivos que se seguem, não tiveram termo. De fato ficamos a dever muito em termos de competência e capacidade na conclusão destas obras.

Isso talvez porque não fomos capazes de planejar, de investir com seriedade em Escolarização desde muito tempo, de identificar adequadamente as demandas sociais na sua integridade e não só aquelas de que o mercado se fazia credor.

E esse é um momento histórico de reflexão. Seremos capazes de formar cidadãos comprometidos não só com as suas capacidades profissionais, mas com a ética e a qualidade

dos serviços prestados? Seremos capazes de suprir as demandas de conhecimento para a dotação de infraestrutura urbana, habitação, saneamento, transportes, geração de energia, meio-ambiente, entre tantas outras áreas técnicas? De forma a resgatar não só as demandas vencidas no passado, mas também aquelas que advirão em novos momentos de crescimento? Só a Educação é capaz de dar esta resposta! Somente com o comprometimento das IES de todo o País poderá reverter este panorama deficitário de profissionais nas áreas técnicas.

A Faculdade do Vale do Araranguá – FVA é uma Instituição local, nascida do esforço de alguns professores pela busca da qualificação do Ensino Superior na região. Um sonho de criar oportunidades para as pessoas crescerem, aprenderem, ensinarem e produzirem, sem precisar se deslocar para outras regiões. A região política de sua inserção congrega os quinze municípios do extremo sul catarinense, com uma população que esta ultrapassando os duzentos mil habitantes. É uma população grande e carente de novas formações que possam lhe garantir a inserção no mercado de trabalho.

A recente duplicação da BR-101 em nossa região, o projeto de incorporação da Ferrovia Tereza Cristina a RFFSA, através da chamada Ferrovia Litorânea, assim como a premente finalização das obras da BR-285, ligando o oeste do Rio Grande do Sul à nossa região, em Araranguá e promovendo uma rota de transporte de cargas facilitada, ao Porto de Imbituba e ao Aeroporto de Jaguaruna, promoverá investimentos de todas as ordens às faixas lindeiras e adjacências destes eixos de comunicação viária, exigindo a presença de Profissionais capacitados em dar respostas a todas estas questões.

Já é notadamente reconhecido que o litoral sul catarinense apresenta por ora as melhores condições de investimento para a Indústria Nacional, em capacidade utilizável de infraestrutura, tenha visto que o litoral norte e grande Florianópolis sofrem pelo exaurir de suas capacidades de suporte à mesma.

Em 1886, o então Engenheiro Mesquita, planifica a cidade de Araranguá com um conjunto de seis avenidas, ortogonais entre si, com gabarito de vinte e cinco metros. O que poderia parecer um exagero naquela época se demonstra hoje em dia um perfeito lembrete de como se deve planejar para construir e dar oportunidades à que outros também o façam. Em recente encontro de profissionais da área das Engenharias, Araranguá foi aclamada por ter sido a única cidade do trecho sul duplicado da BR-101, que planejou, justificou e o fez cumprir um contorno viário à área urbana da cidade, agregando-lhe valor e potencial de desenvolvimento. Hoje, Joinville, Balneário Camboriú e Florianópolis planejam alternativas paliativas de um problema semelhante já congestionado.

A FVA reconhece este perfil sociocultural de sua população, que busca a justificativa do fazer, empreende com plano e circunstância e respeita o valor técnico-profissional dos seus concidadãos.

O panorama regional e institucional que por ora manifestamos, indica a pertinência e a viabilidade da instalação deste Curso, sobre o qual depositamos nossas expectativas de um desenvolvimento com sustentabilidade, gerando a autonomia do cidadão, ao empreendedorismo e a busca por processos e sistemas locais inovadores, que possam gerar repercussão para a sociedade.

Diante deste panorama, a FVA em conjunto com profissionais da área, planejaram o PPC do Curso que vise a sustentabilidade nas relações, autonomia cidadã, incentivo ao diálogo empreendedor, e acima de tudo agregação de conhecimentos que valide os processos inovadores da área.

4. PARÂMETROS PARA A PRÁTICA EDUCACIONAL

A Faculdade do Vale do Araranguá mantêm os parâmetros norteadores para sua prática educacional levando em consideração todos os preceitos legais e normativos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação e Cultura (MEC) considerando as possibilidades institucionais de implantação de projetos de cursos superiores inovadores, sempre com novas atitudes, nas formas de transmitir e consolidar conhecimento.

Considera-se como parâmetros:

- Inovações metodológicas que superem a fragmentação original do conhecimento, assim como a reprodução do conhecimento, por meio da perspectiva da interdisciplinaridade.
- Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Cursos norteados por perfis profissionais de excelência, que desenvolvam as habilidades naturais do graduando e o prepara para agir como colaborador diferenciado na sociedade e mercado.
- Atualização sistemática de currículo e de práticas pedagógicas.
- Estágios e Trabalhos de Conclusão de Curso que articulem teoria e prática.
- Emprego de sistemas permanentes de avaliação de cursos e disciplinas.
- Criação, manutenção e atualização permanente de laboratórios de ensino.

- Biblioteca atualizada, salas de aula confortáveis e áreas de convivência e troca de experiências.
- Formação básica e geral dos acadêmicos por meio de disciplinas das ciências sociais e humanas articuladas com disciplinas das áreas específicas.
- Integração dos acadêmicos com atividades que conduzam a discussão crítica de temas relevantes para sua formação profissional, tais como: Grupos de Estudo, Pesquisa, Semana Acadêmica, Seminários e demais atividades acadêmicas.

5. CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS NORTEADORES

5.1 MISSÃO DO CURSO

Formar profissionais que busquem o aprendizado de novas técnicas, atualização tecnológica, gestão de pessoas e problemas, aumentando a melhoria qualitativa das obras de construção civil.

5.2 VISÃO DO CURSO

Reconhecimento como Curso Técnico em Edificações com excelência na formação de Técnicos, cômicos da importância da educação continuada, do senso crítico, da ética e da responsabilidade social e ambiental.

5.3 PRINCÍPIOS NORTEADORES

A Faculdade do Vale do Araranguá fundamenta seus princípios:

- No desenvolvimento de uma atitude de curiosidade, reflexão e crítica frente ao conhecimento e à interpretação da realidade;
- Na capacidade de utilizar, crítica e criativamente, as diversas formas de linguagem do mundo contemporâneo;
- Na competência para atuar no mundo do trabalho, dentro de princípios de respeito pelos recursos da comunidade, pelos outros e por si mesmo;

- Na autonomia, na cooperação e no sentido de corresponsabilidade nos processos de desenvolvimento coletivos;
- No exercício da cidadania para a transformação crítica, criativa e ética das realidades sociais;
- Na igualdade de condições de acesso e permanência na Instituição;
- No desenvolvimento do compromisso pessoal em assumir a responsabilidade pela direção e padrões de excelência;
- Na compreensão dos processos naturais e o respeito ao ambiente como valor vital, afetivo e estético;
- No desenvolver nos acadêmicos um perfil de liderança que o século XXI necessita – olhares amplos e pensamentos abrangentes para todos os segmentos sociais;
- Saber empreender, tornando dinâmicos os demais saberes canalizando-os para a criação de valores que construam o bem-estar coletivo;
- Formar cidadãos capazes de pensar e de aprender permanentemente em um contexto de avanços das tecnologias de produção, de modificação da organização do trabalho;
- Qualidade das atividades acadêmicas;
- Dignidade e direitos fundamentais da pessoa.

Para o cumprimento de sua Missão, definiu-se como premissa básica o comprometimento com a comunidade com postura orientada pelos seguintes princípios: visão humanista e empresarial, qualidade de vida no trabalho, excelência como busca permanente, criatividade e produção de conhecimento, valorização dos recursos humanos, interdisciplinaridade, práticas do diálogo, preservação de valores éticos, pluralidade do pensamento, comprometimento com o desenvolvimento e a preservação ambiental.

6. BASE LEGAL

O Curso Técnico em Edificações da FVA fundamenta-se na Legislação da Educação Técnica e na regulamentação do exercício profissional ds Técnicos Industriais, definido pelo Conselho Federal Técnico em Edificações e Agronomia (CONFEA), as quais, são apresentadas no quadro a seguir:

Fundamentação Legal	Fundamentação Legal Lei nº 9.394/96; Decreto nº 2.208/97; Resolução CNE/CEB nº 04/99 e CNE/CEB nº 16/99; Parecer de Autorização nº 016/2005 e Decreto nº 2988, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, nº 17598 em 15/03/2005.
----------------------------	---

É importante ressaltar, ainda, que o Curso Técnico em Edificações incorpora, na formação de seus alunos, normas legais recentes sobre os aspectos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental e Acessibilidade, trabalhados em diversas disciplinas e, em geral, pela transversalidade, o que mantém Docentes e Discentes integrados na difusão dos conhecimentos pertinentes.

6.1 INTEGRAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO

O desafio de formar um Técnico em Edificações preparado para enfrentar o mercado de trabalho, altamente competitivo, passa pela reformulação de conceitos que vêm sendo aplicados durante anos e que muitos julgam ainda hoje eficientes. O mercado exige profissionais altamente qualificados. O próprio conceito de qualificação profissional vem se alterando, com a presença, cada vez maior, de componentes associados às capacidades de coordenar informações, interagir com pessoas, interpretar de maneira dinâmica a realidade. O novo Engenheiro Civil deve ser capaz de propor soluções que sejam além de tecnicamente corretas, considerar os problemas em sua totalidade, em sua inserção numa cadeia de causas e efeitos de múltiplas dimensões. Não se adequar a esse atual cenário a fim de formar profissionais com tal perfil significa atraso no processo de desenvolvimento.

Atualmente, o mercado de trabalho para o Técnico em Edificações é diversificado, amplo, emergente e crescente. Neste sentido, o profissional pode exercer atividades em:

- Escritório particular, como profissional liberal (autônomo);
- Empresas privadas como construtoras e indústrias de estruturas pré-moldadas;
- Empresas de planejamento, projeto, viabilidade econômica e consultoria;
- Órgãos públicos municipais, estaduais e federais ligados às áreas de: Saneamento e meio ambiente; Planejamento de transporte urbano; Estradas; Trânsito; Infraestrutura; entre outros;
- Projeto, execução e fiscalização de obras até 80 m²;
- Bancos de desenvolvimento e investimento;
- Especialização em determinada área;
- Carreira acadêmica.

6.2 OBJETIVOS

6.2.1 Objetivo Geral

Formar profissionais de nível técnico, habilitados ao desempenho ético e competente na construção civil, que se empenhem na pesquisa e no aprendizado de novas técnicas construtivas, na resolução de problemas específicos e na gestão de pessoas, buscando efetivamente contribuir para a qualificação do meio ambiente construído sustentável.

6.2.2 Objetivos Específicos

O Curso Técnico em Edificações da FVA tem como objetivos específicos:

- Constituir um arcabouço de disciplinas pertinentes ao aprendizado do Técnico em Edificações, composto pelo conjunto dos conhecimentos objetivos, em diferentes eixos temáticos e capazes de promover a capacitação do indivíduo para a prática do projeto e da construção civil.
- Considerar aspectos de nivelamento específico na área do conhecimento básico para a prática de disciplinas fundamentais ao desenvolvimento do aluno;
- Estabelecer parâmetros de precedência ao conhecimento técnico, que possam subsidiar a apropriação dos saberes relativos à capacitação técnica;
- Reconhecer os conhecimentos afins das atividades técnicas, estabelecendo noções de compatibilização entre a prática e a teoria das diferentes atividades complementares;
- Provisionar adequadamente os conhecimentos específicos relativos ao dimensionamento, reconhecimento e gestão dos recursos materiais, humanos e de processos na construção civil;
- Complementar os conhecimentos característicos da atividade técnica em construções, identificando questões de planejamento, inovações tecnológicas e sistemas sustentáveis, aplicáveis à prática profissional; e
- Proporcionar a demonstração da apreensão destes conhecimentos por parte do aluno, de forma completa, sistêmica e qualitativa.

7. IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI, NO ÂMBITO DO CURSO

Ensino, Iniciação Científica e Extensão asseguram o compromisso social que a Instituição possui em relação à sociedade. As práticas pedagógicas focam a resolução de problemas regionais.

A gestão democrática e colegiada, a probidade na gestão dos recursos, a valorização de seus colaboradores e parceiros, são premissas éticas postuladas pela Faculdade do Vale do Araranguá, como recursos essenciais às políticas Institucionais.

Os documentos institucionais são considerados articulados, respeitando a natureza própria de cada um. Deste modo, o PDI e o PPC além de suas legislações específicas e do Ensino Técnico, encontram-se integrados, de acordo com a realidade socioeconômica e cultural da Instituição e de seu entorno. As decisões no âmbito educacional são amparadas pelo exercício da Avaliação Institucional, explicitando os problemas e os méritos das ações realizadas.

O desenvolvimento e a operacionalidade dos projetos acadêmicos ocorrem condicionalmente ao assegurar-se os recursos humanos, materiais e financeiros, por entender-se que não há gestão acadêmica que se dissocie da realidade econômica e financeira da Instituição, estabelecendo a todos os colaboradores planejamento e coordenação de políticas que visem a parceria entre empresas, convênios, integração regional e comunitária, além do estímulo de oferta de Cursos de Extensão, Pós-Ensino técnico (lato sensu) e Ensino técnico.

O corpo docente deverá estar assessorado pelos instrumentos de aprendizagem e desempenho das funções acadêmicas, garantindo a socialização da produção acadêmica dos discentes por meio de eventos e provisão de meios para externar conhecimentos produzidos. Os docentes serão estimulados a desenvolverem metodologias pedagógicas que instiguem a produção científica e desenvolvam condições à inspiração discente.

As relações de integração entre os Cursos, no âmbito discente, estarão estimuladas nas dimensões de Ensino e Extensão, assim como as relações do corpo discente com a Instituição serão educacional e pedagogicamente conduzidas pelas Coordenações de Cursos em suas funções de Gestão, perante supervisão das Diretorias de Ensino e Geral.

A dinâmica da Gestão do Curso é articulada e coordenada pelas Coordenadorias e Colegiados, com atribuições definidas nos Art. 43 e 44 do Regimento Geral da Instituição. O colegiado tem suas competências e normativas assentadas nos Art. 45 a 48.

O Coordenador do Curso é indicado pelo Diretor Geral e Diretor de Ensino, assim como o Colegiado é órgão deliberativo e consultivo em matéria de Ensino, composto pela Coordenação do Curso e representantes de professores, secretários e discentes. O Currículo e Programas dos Cursos Técnico estão definidos de acordo com a identidade de cada Curso.

A dinâmica da atividade integrada prevê a utilização de situações problemas e de relatos de práticas, construídas a partir de experiências dos sujeitos participantes dos grupos. Estas situações/problemas e relatos se constituirão como disparadores do processo ensino/aprendizagem, gerando sínteses de trabalhos processados pelos acadêmicos em espaços de estudo individual e coletivo. Apresentação de trabalhos será organizada, a fim de possibilitar a integração dos trabalhos.

As práticas supervisionadas serão espaços para ampliação e aprofundamento dos conhecimentos específicos do Curso. As mesmas serão realizadas em empresas conveniadas com a Faculdade do Vale do Araranguá.

7.1 EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DO CURSO

- Realização de projetos de extensão acadêmica do Curso Técnico em Edificações à Comunidade carente como recurso idealizador da teoria/prática;
- Visitas técnicas monitoradas pelos professores;
- Organização e elaboração dos Projetos;
- Semana Acadêmica do Curso;
- Semana interativa em comemoração ao dia do Engenheiro Civil.

7.2 PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DOCENTE/DISCENTE

As relações entre professores e acadêmicos visam encorajar a aprendizagem experimental e a autodescoberta. Os professores são estimuladores e procuram expandir os limites intelectuais dos acadêmicos. Para isso, as estratégias de ensino envolvem variados métodos e técnicas, de acordo com as necessidades. Assim, os professores educam para que o processo educativo, não transmita certezas, mas que seja agradável e significativo, que privilegie a expressão e a comunicação de todos os participantes, promovendo o encontro, a convivência e a cooperação.

7.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Ser uma entidade socialmente responsável significa assumir um “compromisso contínuo de atuar de forma ética e contribuir para o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida dos seus colaboradores, bem como da comunidade local e da sociedade como um todo”, de acordo com a definição do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council on Sustainable Development).

No papel de instituição difusora e produtora do conhecimento, a Faculdade do Vale do Araranguá tem por compromisso levar às diversas comunidades, dentro e fora da academia, os benefícios advindos da aquisição e da aplicação dos saberes acadêmicos. A política institucional de Responsabilidade Social procura estimular o vínculo profícuo entre a sociedade em geral e o profissional em formação. É uma oportunidade de o discente aplicar teorias e aprender, também e, sobretudo, a desenvolver uma postura ética e responsável frente a seu papel social.

Falar de responsabilidade social significa, também, falar no compromisso permanente que a instituição tem de cumprir sua missão, isto é, a garantia de boa qualidade de ensino para os cidadãos que adquirem os serviços educacionais oferecidos, seja no âmbito da formação Técnica, Ensino técnico ou da Pós-Ensino técnico. Significa, também, fazer referência a princípios e valores direcionados ao desenvolvimento humano que devem sustentar e orientar qualquer empreendimento educacional que podem ser agrupados, segundo Jiménez de La Jara¹, 2006, em três grandes dimensões:

- a) Dimensão universitária: excelência acadêmica; compromisso com a verdade; interdependência e transdisciplinaridade;
- b) Dimensão pessoal: dignidade das pessoas; integridade e honestidade; liberdade;
- c) Dimensão social: bem comum e equidade social; desenvolvimento sustentável; aceitação e apreço à diversidade; sociabilidade e solidariedade; cidadania, democracia e participação.

O grande desafio da Instituição é transformar esses princípios e valores em políticas que sustentem toda a sua estrutura gerencial e orientem o Plano de Desenvolvimento Institucional e os Projetos Pedagógicos dos Cursos, na direção do enfrentamento dos novos desafios econômicos, sociais e políticos que a realidade pós-contemporânea vem

¹DE LA JARA et al. **Responsabilidade Social Universitária**: uma experiência inovadora na América Latina. **Estudos**. Ano 24. No 36. Junho: 2006.

apresentando. Nesse sentido, a FVA procura sempre conscientizar, orientar e estimular práticas socialmente responsáveis, tais como:

- A disseminação de conhecimentos sobre a responsabilidade ética e social;
- A criação de código de ética e conduta do colaborador técnico-administrativo e docente;
- Incentivo de ações indutoras de valores à sociedade.

Assim, a política de responsabilidade social pode ser traduzida nos seguintes compromissos institucionais:

- Atendimento às expectativas atuais e potenciais, de sustentabilidade e desenvolvimento da sociedade, por meio de ações pedagógicas que garantam a formação de profissionais qualificados, técnica e eticamente comprometidos com resultados sociais;
- Socialização do conhecimento produzido pela Faculdade, dentro de princípios éticos, legais e metodológicos adequados, estimulando ações extensivas de desenvolvimento social, a curto e médio prazo, nas diversas áreas de conhecimento;
- Promoção de ações administrativo-acadêmicas por integrantes do corpo social da instituição, baseadas em normas e procedimentos que garantam sua efetividade, atendendo demandas imediatas externas, em conformidade com o espírito das disposições legais da sociedade brasileira;
- Intensificação do processo de formação da autocrítica e da transparência na gestão institucional perante a sociedade;
- Avaliação contínua e desenvolvimento das ações e espaços, que garantam a valorização da convivência acadêmica e do respeito à diversidade.

À medida que a instituição evoluir na prática desses compromissos estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, econômica, social, ética e ambientalmente responsável.

Partindo destes pressupostos, serão elencados abaixo os projetos com interesses voltados à Responsabilidade Social Regional, desenvolvidos pela IES.

Programa Araranguá + Ativa

O Programa é um convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Araranguá e a Associação de Desenvolvimento Educacional CRIAR, tendo como prestadora de serviços a FVA, por meio de seu departamento de Pesquisa e Extensão.

O Programa concede Bolsas de Estudo para acadêmicos dos Cursos de Educação Física da FVA com percentuais de desconto nas mensalidades, em troca os estagiários prestam serviços em atividades e projetos para a comunidade local, sob o acompanhamento de um professor Supervisor e um Coordenador Geral. Os estagiários adentram ao Programa através de um processo seletivo realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, divididos em duas partes: a documental e a entrevista.

- ✓ Projeto Fala Araranguá;
- ✓ Projeto Corrida Rústica;
- ✓ Projeto SESC MÓVEL e Projeto Dia do Pedal SESC;
- ✓ Projeto “Dia do Desafio”.

Projeto FVA ATIVA: Trote Solidário

O projeto FVA Ativa é um espaço inserido no Calendário Acadêmico de recepção e integração dos estudantes calouros e veteranos dos Cursos Técnico e dos Cursos Técnicos da Faculdade do Vale do Araranguá no início de cada semestre letivo. Inspirado no discurso do Trote Solidário é uma iniciativa da Coordenação de Apoio ao Estudante- CAEs e Diretório Acadêmico da Faculdade do Vale do Araranguá com a participação de toda a comunidade acadêmica. O projeto visa recepcionar e integrar calouros e veteranos da FVA valorizando e incentivando a criatividade, a espontaneidade e a solidariedade a fim de promover uma cultura de recepção e integração à vida acadêmica que reforce os valores institucionais de respeito à diversidade e responsabilidade social. Uma das atividades que os calouros devem realizar é a doação de alimentos não perecíveis a uma Instituição beneficente da região, escolhida pelos próprios calouros.



Figura 5 - Entrega dos alimentos arrecadados na AMAR - Associação de Mulheres de Araranguá (2014/2). Fonte: CAES, 2015.

Projeto “Gincana Julina – Inverno Solidário”

O projeto Gincana Julina FVA faz parte do planejamento anual da Coordenação de Apoio ao Estudante - CAEs e Diretório Acadêmico da Faculdade do Vale do Araranguá e visa um espaço de integração entre os estudantes dos Cursos Técnico e dos Cursos Técnicos, professores, corpo administrativo e toda a comunidade acadêmica. Seu caráter cultural, social e solidário, inspira-se na Missão e valores da IES. O evento realizado todo ano letivo promove o envolvimento da comunidade acadêmica em atividades diversificadas de recreação a partir de uma festividade popular de nossa região, a Festa Junina, a fim de oportunizar um espaço de descontração, trabalho em equipe e valorização da solidariedade. Dentre as atividades recreativas de caráter festivo Julino, duas das atividades desenvolvidas como TAREFAS da Gincana, fazem parte do planejamento da IES enquanto responsabilidade social: coleta de roupas de inverno e coleta de alimentos para doação em entidades filantrópicas do município de Araranguá e região.



Figura 6 - Confraternização Julina (2014/2). Fonte: CAES, 2015.

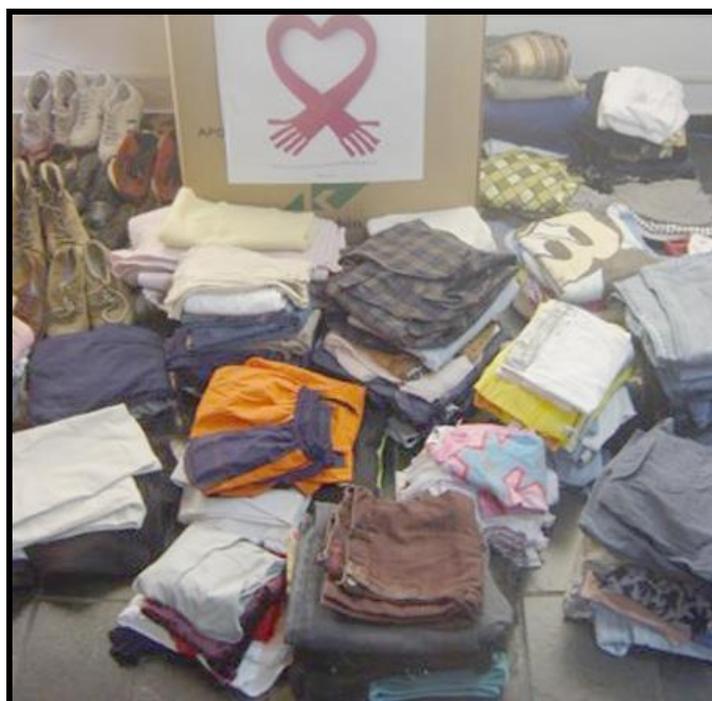


Figura 7 - Arrecadação de roupas para doação (2014). Fonte: CAES. 2015.

Programa Voluntariado UNIEDU

Os acadêmicos dos Cursos Técnico bolsistas pelo Programa de Bolsas UNIEDU – Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina participam do Programa Voluntariado promovido pela Coordenação de Apoio ao Estudante. Neste, o estudante beneficiado com bolsa UNIEDU deve realizar atividades socioeducativas em projetos da comunidade externa (Projetos escolares, ONGs, Entidades Filantrópicas) e/ou projetos de Extensão da IES

previamente orientadas e supervisionadas pela Coordenação do Programa, a Coordenação de Apoio ao Estudante, para o cumprimento de carga horária específica de acordo com os benefícios recebidos, bolsas de estudo, extensão ou pesquisa.

Blitz Educacional

Os discentes dos Cursos Técnico e Cursos Técnicos da participam de Eventos Culturais e Sociais realizados pelos municípios da região. A FVA busca estar presente em todos os municípios de sua abrangência, mostrando-se parceiro das cidades no desenvolvimento regional. A participação do Grupo representa o desejo da instituição em tornar a região ainda melhor no que se refere ao crescimento educacional, cultural e econômico, além de proporcionar aos munícipes uma melhor qualidade de vida.



Figura 8 - Blitz Educacional (2014). Fonte: CAES, 2015.

7.3.1 Responsabilidade Social do Curso

A responsabilidade social significa o grau de obrigações que uma organização assume por meio de ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade, na medida em que procura atingir seus próprios interesses. Desta forma, a IES inseriu-se no contexto adequando suas atividades e leis de forma a regulamentar as práticas de ensino e pesquisa, integrando essas atividades e os diversos problemas e exigências da sociedade, na busca de conhecimento científico e soluções inovadoras no âmbito dos “problemas” e “divergências” sociais.

Com vistas à colaboração da melhoria do bem-estar da comunidade regional, o Curso elabora, executa e/ou participa de projetos de intervenção acadêmica, que visam levar os conhecimentos adquiridos no campo acadêmico à sociedade em geral, de sua região, para que através destes, possa ser desenvolvida através de soluções viáveis e inovadoras, a responsabilidade social almejada nos objetivos institucionais.

Sendo assim, o docente do Curso Técnico em Edificações deve se preocupar em fornecer não apenas teorias aos acadêmicos, mas também contribuições com práticas sociais, não apenas com um olhar para o bem da comunidade, mas também para oferecer ao mercado e ao mundo, um profissional melhor preparado para solucionar os problemas sociais emergentes de sua comunidade ou região.

O Curso também incentiva os docentes e acadêmicos, a elaborarem projetos em conformidade com as respectivas disciplinas, que visem oferecer atividades sem fins lucrativos à comunidade externa, em consonância com a filantropia, onde os participantes devem doar alimentos, artigos e/ou roupas como forma de “inscrição” nos projetos.

7.4 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

As políticas de assistência estudantil, correntemente apresentam um caráter que avança no sentido de atendimento à Legislação Federal, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Assim, o acesso e a permanência do acadêmico representam fator imprescindível à conclusão do Curso Superior. Desta forma, o apoio estudantil na Faculdade do Vale do Araranguá está direcionada às atividades destinadas ao fortalecimento do desempenho acadêmico, da permanência estudantil, das atividades de cultura, de lazer e de esporte, principalmente para aqueles discentes com vulnerabilidade social, com o amparo de Políticas Públicas Municipais, Estaduais e a IES.

Baseando suas ações na inclusão social, conceituada como todo o aparato que tenha vistas à limitação do processo de exclusão bem como a maximização da participação acadêmica dentro do processo educativo e científico, o Curso procura afastar-se assim, de toda espécie de barreira para o desenvolvimento do conhecimento, pois entende que a participação, é a essência de toda proposta de inclusão.

Os Cursos Técnico da FVA devem fomentar a participação em todas as políticas com vistas à inclusão social estabelecidas pela a IES. A adesão do Curso ao FIES, PROUNI e ao UNIEDU são exemplos de incentivos financeiros repassados aos acadêmicos devidamente inscritos e selecionados nos respectivos processos seletivos. Com base nas políticas voltadas ao ingresso e permanência de pessoas advindas de unidades escolares públicas municipais e/ou estaduais, são elencadas e distribuídas semestralmente bolsas de estudos institucionais. A IES também mantém uma parceria com o Governo Municipal, através do programa Araranguá + Ativa, onde concede bolsas de estudos a discentes em vulnerabilidade social, e em contrapartida, os beneficiados executam atividades em prol da comunidade. Pretendem-se ainda, adotar reservas de vagas a negros e indígenas, conforme políticas estabelecidas pela IES.

No aspecto pedagógico, os Cursos Técnico apresentam em sua Matriz Curricular a disciplina obrigatória de LIBRAS, proporcionando ao acadêmico uma melhor compreensão desta área, com vistas entre outras questões, a ampliação de suas possibilidades de atuação no mercado de trabalho.



**Figura 9 - Acadêmicos do Curso de Educação Física na disciplina de LIBRAS (2015).
Fonte: CAES, 2015.**

7.5 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

No que tange às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e ao PDI, a FVA se propõe a promover discussões e ações voltadas à apropriação de elementos pedagógicos que estimulem a consciência política e histórica da diversidade. No ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, mediante a implementação da Lei nº 10.639/03, a temática da pluralidade cultural afro passou a ser valorizada, enriquecendo os conteúdos que possam ser desenvolvidos nos Cursos Técnico.

Nesse sentido, as vivências podem propiciar a preservação, o respeito e a valorização da nossa cultura, diminuindo posturas racistas, a caminho da igualdade racial. Dentre as ações propostas pelos Cursos Técnico, destacam-se:

- Inclusão de conteúdos relacionados à Educação para as Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, em disciplinas específicas;
- Desenvolvimento de atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações étnico-raciais positivas voltados para a formação discente e Docente;
- Fomento de estratégias pedagógicas que permitam contribuir para a educação das relações étnico-raciais no Ensino Superior;
- Inclusão, em documentos normativos e de planejamento do Curso e projetos por ele desenvolvidos, de objetivos explícitos e práticas institucionais visando ao combate do racismo, das discriminações, bem como criação de ações educativas de apoio em caso de ‘vitimização’ e ao reconhecimento, valorização do respeito mútuo;
- Ingresso no Curso por meio do Prouni - Programa Universidade para Todos mediante percentual de Cotas estabelecido pelo Programa.

7.5.1 Diretrizes para o Curso Técnico em Edificações

Estando a IES e os Cursos ofertados alinhados às DCNs para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Curso Técnico em Edificações fomentará as seguintes ações: inclusão de conteúdos relacionados à Educação para as Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. O Curso provocará a partir desta perspectiva o

desenvolvimento de ações e projetos que instigarão discussões, reflexões e ações no que diz respeito à diversidade étnico-racial e cultural da sociedade, considerando ainda tradições, valores e costumes regionais.

7.6 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As políticas de sustentabilidade da FVA definem responsabilidades e recomendações adotadas nas atividades inerentes à Gestão Socioambiental na IES e à Gestão Administrativa. O compromisso de crescimento sustentável traz a perspectiva de alcançar a efetividade em ações que traduzam benefícios à comunidade acadêmica, à sociedade e ao meio ambiente. Entende-se que atuar com responsabilidade por políticas sustentáveis é, antes de tudo, agir com responsabilidade social e, por meio da educação zelar para que todos os recursos disponíveis sejam utilizados de maneira consciente e sustentável.

O compromisso da FVA com o crescimento sustentável da instituição e da comunidade na qual está inserida se estende às políticas adotadas pelos Cursos Técnico. Entende-se que o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis, o apoio a iniciativas de preservação ambiental e a investimentos de caráter social, fazem parte do compromisso da Educação Superior assim como em todos os níveis de Educação no Brasil. O compromisso com as gerações presentes e futuras se manifesta na promoção do desenvolvimento sustentável dentro e fora da IES de forma proativa em muitos dos projetos institucionais. Nesta perspectiva, a contribuição de ações voltadas à Política Socioambiental contribui para o crescimento integrado das dimensões econômica, social, ambiental e regional.

7.7 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Conforme disposto no PDI institucional, a Faculdade do Vale do Araranguá busca atender às Diretrizes Nacionais para a educação em Direitos Humanos. Esta abordagem ganha visibilidade a partir da adoção sistemática de concepções e práticas fundadas nos Direitos Humanos em seus processos internos e externos de promoção da proteção e defesa da cidadania. Oportunizando em seus espaços de reflexão, a participação da comunidade acadêmica (sujeitos diretos) e comunidade externa (sujeitos indiretos) nas questões de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

Para atender o exposto, uma das ações efetivas da FVA, é oferecer em suas matrizes curriculares disciplinas que procurem debater questões referentes a Direitos Humanos, Ética e Moral, visando ampliar as discussões e saberes acerca do tema, assumindo

também, o compromisso com a formação integral do sujeito. Fomentando ainda, discussões como a inclusão social, a atenção a pessoas com deficiência, sustentabilidade, educação para relações étnico-raciais, entre outras, em conformidade com as políticas estabelecidas pela IES neste âmbito.

7.8 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização é o processo de viabilização da interação entre culturas por meio do ensino, da investigação científica e da troca de serviços entre instituições. Representa a maneira de ultrapassagem de fronteiras culturais indispensáveis ao cumprimento da missão de cada instituição de ensino.

Assim, a FVA pretende adotar as ações elaboradas em parcerias com seus Cursos Técnico que visem a integração de diferentes atividades tais como, a mobilidade acadêmica, colaboração em pesquisas, projetos internacionais e adequação dos conteúdos curriculares e extracurriculares, incentivando a comunidade acadêmica a internacionalização.

Estas políticas ganham espaço no Curso de Enfermagem na adoção de espaços estratégicos como:

- Estudo de Línguas Estrangeiras;
- Produção de trabalhos acadêmicos a serem divulgados em Revistas Científicas de circulação internacional;
- Incentivo à participação em Eventos e Seminários de projeção nacional e internacional;
- Fomento a Programas de Intercâmbio acadêmico.

7.9 POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

A Política de Comunicação da FVA compreende as áreas de Publicidade, Imprensa e Setor Comercial. Tem-se como características prioritárias dessa política a promoção e o apoio aos docentes, discentes e gestores, como também, a expansão das ações e serviços institucionais para a comunidade externa.

Em relação à Política de Comunicação, os objetivos traçados pela IES, são os seguintes:

- Implementar e atualizar a rede interna de comunicação e informação da instituição;

- Promover a comunicação e informação entre os diversos setores da instituição sejam eles acadêmicos e/ou administrativos;
- Desenvolver ações que levem à compreensão dos mercados em que a IES atua;
- Administrar os projetos, compreendidos no planejamento institucional e atividades que elevem a percepção de imagem e qualidade para a comunidade acadêmica e administrativa;
- Gerenciar e operacionalizar as atividades relativas ao processamento de dados da instituição;
- Desenvolver ações de divulgação, comunicação e informação com a comunidade externa.

Um dos objetivos institucionais previstos neste Plano é aperfeiçoar o processo de comunicação interna e externa e a divulgação de resultados das avaliações em geral. A excelência na comunicação, tanto interna quanto externa vai interferir de forma singular no processo ensino-aprendizagem. É por meio dele que se dá o processo de retroalimentação para conhecer as fortalezas e fragilidades institucionais e, a partir disso, manter ou inovar as ações.

Os mecanismos de comunicação utilizados são apresentados no quadro a seguir:

MEIOS	PÚBLICO ALVO
Site institucional	(I/E)
Painel de Avisos	(I)
Correspondência eletrônica	(I/E)
Correspondência via Correios	(I/E)
Avaliação Institucional	(I)
Reuniões com representantes da comunidade	(E)
Acompanhamento aos egressos, particularmente por meio eletrônico	(E)
Meios de comunicação de massa (jornais, revistas, televisão, rádio)	(I/E)
Banners, folders, outdoors	(I/E)
Ouvidoria	(I/E)
Redes Sociais	(I/E)
Eventos	(I/E)
Patrocínios	(I/E)
Sistema Online Acadêmico	(I)

Obs.: (I) – Interno – (E) – Externo – (I/E) – Interno e Externo.

Para uma comunicação eficaz a Faculdade escolhe o mecanismo a ser utilizado considerando a informação que pretende e necessita transmitir e o público ao qual se dirige, seja ele interno ou externo. A Instituição também incentiva a comunidade, tanto acadêmica quanto local, para que enviem suas sugestões sobre novos mecanismos e estratégias de comunicação.

8. PERFIL DO INGRESSANTE E DO EGRESSO

8.1 PERFIL DO INGRESSANTE

- Cidadão com disposição para aprender, atitude crítica e reflexiva.
- Raciocínio lógico.
- Criatividade.
- Consciência de cidadania como sujeito histórico social.
- Comportamento ético.
- Ciência das responsabilidades sociais.
- Base sólida de conhecimentos gerais em nível de Ensino Médio.
- Capacidades de atuações de comunicação por uso da linguagem, expressão e comunicação com clareza e coerência.

8.2 PERFIL DO EGRESSO

O Curso Técnico é a área que desenvolve as habilidades de criar, gerar, aperfeiçoar e empregar tecnologias com o intuito de produzir bens de consumo e serviços para atender às necessidades sociais com qualidade e custos apropriados.

Por isso, o Curso Técnico em Edificações proporciona aos seus egressos uma sólida formação técnico-científica e profissional que os capacita a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua criação crítica, reflexiva e criativa na identificação e solução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística em atendimento às demandas da sociedade. O profissional formado deve ser capaz de propor soluções que sejam não apenas, tecnicamente

corretas, mas devendo considerar o problema em sua totalidade e a inserção numa cadeia de causas e efeitos de múltiplas dimensões.

8.2.1 Perfil Comum

Formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanista, em atendimento às demandas da sociedade.

8.2.2 Perfil Específico

Compreensão dos elementos e processos concernentes ao ambiente natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da área técnica e a aplicação desse conhecimento na busca do desenvolvimento social; domínio e permanente aprimoramento das abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação dos conhecimentos adquiridos. Este egresso deverá possuir sólida formação para atuar como profissional da ciência da construção civil, por conseguinte para obtermos o perfil desejado, o projeto pedagógico deverá contemplar parâmetros de qualidade igualmente rigorosos no que concerne à estrutura, duração e tipos de atividades curriculares contempladas, bem como de abordagens propostas para a aquisição do conhecimento adquirido.

9. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

O Curso Técnico em Edificações da Faculdade do Vale do Araranguá acordado com as Diretrizes Curriculares Nacionais tem como base possibilitar a formação profissional que revele competências e habilidades específicas.

Tendo em vista o perfil proposto para o Egresso, o profissional a ser formado pelo Curso Técnico em Edificações deverá possuir uma formação que contemple aspectos teóricos, práticos e éticos que possibilitarão desenvolver como principais competências e habilidades gerais para exercerem sua profissão:

- Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os engenheiros deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento, de forma efetiva e eficaz no seu campo de atuação;

- Planejamento, Supervisão e Gerenciamento: os engenheiros devem estar aptos a fazer o gerenciamento, administração e orientação dos recursos humanos, recursos energéticos, das instalações, equipamentos e materiais técnicos, bem como a informação no seu campo de atuação. Além disso, devem estar aptos a fazer o planejamento e supervisão, a partir da identificação de necessidades das empresas, a serem gestores de programas de melhorias;

9.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS

O Curso Técnico em Edificações procura desenvolver no profissional egresso as seguintes competências e habilidades específicas para o exercício das suas atividades profissionais:

- Aplicar os conhecimentos matemáticos, científicos, tecnológicos e instrumentais à área técnica;

- Projetar e conduzir experimentos e interpretar resultados;

- Planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços de construção;

- Desenvolver e/ou utilizar novas ferramentas e técnicas;

- Comunicar-se, eficientemente, nas suas diversas formas;

- Atuar em equipes multidisciplinares;

- Compreender e aplicar a ética e responsabilidade profissionais;

- Avaliar a viabilidade econômica de projetos voltados para construção civil;

- Dominar as tecnologias e os recursos adequados ao exercício da profissão;

- Ter uma atitude de investigação permanente na busca de resoluções de problemas práticos e teóricos;

- Assumir a postura de permanente busca de atualização profissional.

Desta forma, pretende-se habilitar recursos humanos para o exercício profissional na área Técnica de Edificações, em âmbito regional e nacional, considerando-se as diferentes

habilidades que o mercado de trabalho assume: empreender, autônomo, pesquisador/docente, funcionário ou colaborador em organizações públicas ou privadas.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES

As diretrizes curriculares concebem a formação de nível técnico como um processo contínuo, autônomo e permanente, contemplam a flexibilização curricular e a liberdade às instituições de inovarem e elaborarem seus currículos para cada Curso, adaptando-os às demandas sociais e aos avanços científicos e tecnológicos, para cujo desafio o futuro profissional deverá estar apto.

O Parecer 1.362, de 12 de dezembro de 2001, do Conselho Nacional de Educação, propõe um novo conceito de currículo que pode ser traduzido pelo conjunto de experiências de aprendizado que o estudante incorpora durante o processo participativo de desenvolver um programa de estudos coerentemente integrado. Nesta nova definição de currículo, enfatiza-se o conjunto de experiências do aprendizado. Entende-se, portanto, que Currículo vai muito além das atividades convencionais de sala de aula e deve considerar atividades complementares, tais como: iniciação científica, visitas técnicas, eventos científicos, além de atividades culturais, políticas e sociais, dentre outras desenvolvidas pelos acadêmicos durante o Curso. Essas atividades complementares visam a ampliar os horizontes de uma formação profissional, proporcionando uma formação sociocultural mais abrangente.

10.1 ELENCO DOS COMPONENTES CURRICULARES - COMPONENTES CURRICULARES

MODULO I

Disciplina	Leitura e Produção Textual	Carga Horária	52h/a	CH Prática	9h/a
				CH Teórica	43h/a

EMENTA
As relações entre linguagem oral e escrita. As funções da escrita. Escrita acadêmica: resenha, fichamentos e artigos. A intertextualidade como recurso de escrita. Paráfrase, citação textual e sínteses. Planejamento da escrita. Organização e construção das ideias do texto. Estrutura, ordenação e desenvolvimento do parágrafo. Argumentação e ritmo nas escritas acadêmicas. Adquirir conhecimento sobre técnicas e procedimentos para a realização de trabalhos científicos e pesquisas de acordo com as Normas da ABNT.

--

OBJETIVO GERAL

Desenvolver postura enunciativa oral e escrita, entendendo-a como instrumento auxiliar à exploração e divulgação do conhecimento; a sua integração e atuação social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, José G Herculano de. **Teoria da Linguagem**. Coimbra, Atlântida, 1967.
 INFANTE, Ulisses. **Curso de Gramática Aplicada aos textos**-São Paulo: Scipione, 1995.
 LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira**. São Paulo: Globo, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. rev. ampl. E atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
 CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa** -São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.
 CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**

Disciplina	Representação Gráfica	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Conceitos Gerais de Desenho Técnico; Instrumentos, Ferramentas e Normas; Escalas; Lay-outs; Métodos de composição e reprodução de desenhos; Regras básicas para desenho a mão livre; Projeções e cotas.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o conhecimento específico em desenho técnico, necessário para que possam desenvolver o passo a passo do Processo de Graficação de Projetos de Arquitetura e Engenharia, com planta baixa, de cobertura, de situação, de locação, cortes e fachadas de uma edificação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRENCH, Thomas E; VIERCK, Charles J. **Desenho técnico e tecnologia gráfica**. Tradução de Eny Ribeiro Esteves ... [et al.]. 8. ed. São Paulo: Globo, 2005..
 MAGUIRE, D. E.; SIMMONS, C.H. **Desenho Técnico: problemas e soluções gerais de desenho**. São Paulo: Hemus, 2004..
 CHING, Francis D. K. **Representação gráfica em arquitetura**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KUBBA, Sam A. A. **Desenho Técnico para Construção**. Porto Alegre: Bookman, 2014.
 NEIZEL, Ernst. **Desenho Técnico para a Construção Civil**. São Paulo: E.P.U., 2014
 SPECK, Henderson José. **Manual Básico de Desenho Técnico**. 8. ed. Florianópolis: UFSC, 2014.

Disciplina	Matemática	Carga Horária	72h/a	CH Prática	36h/a
				CH Teórica	36h/a

EMENTA

Conceitos básicos sobre unidades de medidas, capacidades e volumes. A exploração das grandezas proporcionais e suas aplicações ao estudo das razões, proporções, escalas e porcentagens. O estudo do triângulo retângulo, explorando as relações métricas e as relações trigonométricas, para depois aplicar esses conhecimentos na resolução de triângulos quaisquer. Estudar a condição de alinhamento de três pontos. Estudar áreas e volumes de figuras planas e espaciais conhecidas para depois calcular áreas e volumes de quaisquer figuras planas e espaciais.

OBJETIVO GERAL

Refletir e discutir os conceitos básicos da Matemática, de modo a revisitar, recordar, e reaplicar os mesmos, partindo da linguagem e do tempo próprio dos alunos e estabelecendo inter-relações com as demais disciplinas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSQUILHA, A., CORRÊA, M. L. P., VIVEIRO, T. C. **Mini manual Compacto De Matemática: teoria e prática.** - / - 2. ed. rev. - São Paulo: Rideel, 2003.
IEZZI, G, DOLCE O; DEGENZAJN, D; PÉRIGO, R; ALMEIDA, N. **Matemática – Ciências e Aplicações – 7ª Ed.** – São Paulo: Saraiva, 2013.
PAIVA, M. **Matemática Plus.** São Paulo: Moderna, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAIO, Waldemar de. **Fundamentos de Matemática - Álgebra - Espaços Métricos e Topológicos.** Rio de Janeiro: LTC, 2010.
MORETTIN, Pedro Alberto. **Cálculo: função de uma e várias variáveis.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
ZAHN, Maurício; MENESES, Lisiane Ramires. **Um Curso de Cálculo.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda., 2013.

Disciplina	Construção Civil I	Carga Horária	72h/a	CH Prática	36h/a
				CH Teórica	36h/a

EMENTA

Aplicações e condições ideais de emprego dos materiais básicos para Construção Civil, com base nos aspectos de obtenção, extração ou fabricação; Aplicar métodos de classificação de materiais para cada edificação; Conhecer ensaios tecnológicos e de campo; Características e propriedades dos materiais de construção; Especificação de materiais..

OBJETIVO GERAL

Conhecer as propriedades e aplicações dos materiais básicos para Construção Civil..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, Alberto de Campos. **Prática das Pequenas Construções.** 9. ed. São Paulo: Blucher, 2009.
BOULOMYTIS, Vassiliki Terezinha Galvão; FANTINATTI, Pedro Augusto Pinheiro; SOARES, Silvete Mari. **Noções de Construção Civil.** Curitiba: Livro Técnico, 2013.
HOLTZAPPLE, Mark Thomas; REECE, W. D. **Introdução à Engenharia.** Rio de Janeiro, LTC, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, Alberto de Campos. **Prática das Pequenas Construções.** 9. ed. São Paulo: Blucher, 2009.
BOULOMYTIS, Vassiliki Terezinha Galvão; FANTINATTI, Pedro Augusto Pinheiro; SOARES, Silvete Mari. **Noções de Construção Civil.** Curitiba: Livro Técnico, 2013.
HOLTZAPPLE, Mark Thomas; REECE, W. D. **Introdução à Engenharia.** Rio de Janeiro, LTC, 2015..

Disciplina	Informática	Carga Horária	72h/a	CH Prática	48h/a
				CH	24h/a

				Teórica	
--	--	--	--	----------------	--

EMENTA

Sistemas computacionais como ferramentas capazes de adequar, racionalizar e agilizar atividades relacionadas com o setor de projetos e obras de construção civil; considerando a utilização da Internet, para pesquisa e comunicação profissional, a elaboração e manipulação de textos, planilhas eletrônicas, apresentações multimídia.

OBJETIVO GERAL

Conhecer e aplicar processadores de textos, planilhas de cálculos, softwares de apresentação de banco de dados voltados ao Curso Técnico em Edificações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAURINDO, Fernando José Barbin. **Tecnologia da informação: Planejamento e Gestão de Estratégias**. São Paulo: Atlas, 2008. 328 p.
 BORGES, Klaibson Natal Ribeiro. **LibreOffice Para Leigos: Facilitando a vida no escritório**. 2010. 144 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2010. 428 p.
 POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 210p.

MODULO II

Disciplina	Projetos Arquitetônicos I	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Uso apropriado de escalas: implantação, elevação, situação e localização; Projeções ortogonais de diferentes escalas em projeto: implantações, situação e localização, plantas baixas, cortes e fachadas; Detalhamentos: limites, especificações técnicas e da materialidade; Leitura e interpretação de projetos. Composição espacial em diferentes níveis de detalhamento.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o conhecimento específico necessário para que possam desenvolver desenhos técnicos nas normas técnicas de graficação (ABNT).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Montenegro, Gildo. **Desenho Arquitetônico**. Estephanio, Carlos. Desenho Técnico.
SPECK, Hidelbrando José, **Manual Básico de Desenho**, Editora da UFSC.
FRENCH, Thomas E; VIERCK, Charles J. **Desenho técnico e tecnologia gráfica**. Tradução de Eny Ribeiro Esteves ... [et al.]. 8. ed. São Paulo: Globo, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SPECK, Hidelbrando José, **Manual Básico de Desenho**, Editora da UFSC.
NBR 6492 **Representação de projetos de arquitetura**, 1994

Disciplina	Ética e Legislação Profissional	Carga Horária	52h/a	CH Prática	ND
				CH Teórica	ND

EMENTA

Conceitos sobre Ética, Moral e Caráter; Relações entre a Ética e a Cidadania: Direitos e Deveres - O exercício da Ética cidadã; A Ética profissional: o Código de Ética legal; O CREA e as atribuições técnicas; As relações profissionais entre Técnicos e Engenheiros.

OBJETIVO GERAL

Conscientizar o aluno sobre a sua condição de futuro profissional, as atribuições que lhe serão concedidas, suas responsabilidades sociais, ambientais e de classe, aferindo o valor do trabalho empreendido enquanto Técnico de Edificações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONFEEA - **Código de Ética Profissional do Sistema CONFEEA/CREAS**. Resolução nº 1002 de 26 de novembro de 2002. Disponível no site http://normativos.confeea.org.br/ementas/lista_ementas.asp.
MACEDO, Edison Flávio; PUSCH, Jaime. **Código de ética profissional comentado: engenharia, arquitetura, agronomia, geologia, geografia, meteorologia**. 4ª Ed. Brasília, DF: CONFEEA, 2011. 254 p.
PROHMANN, Nelson Ricardo. . **O ensino da ética profissional nas faculdades de arquitetura: uma análise da sua relevância na formação do arquiteto**. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAGUNDES, Márcia Botelho. **Aprendendo valores éticos**. 5ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 111 p.
LLOYD, Dennis. **A idéia de lei**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1985. 301 p.
MARTINEZ, Paulo. **Direitos de cidadania: Um lugar ao sol**. São Paulo: Ed. Scipione, 1996.

Disciplina	Solos e Movimentação de Terras	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	72 h/a

EMENTA

Introdução à topografia; Identificação dos equipamentos para levantamento topográfico; Levantamentos plani-altimétricos; Cálculo de áreas, volumes, ângulos internos e externos de um terreno; Confeção de croqui de situação e locação de obras. Classificação dos solos; Sondagens; Identificação da capacidade de absorção de cargas do Solo; Adensamento, liquefação e outros condicionantes. Identificação dos solos; Equipamentos e técnicas de compactação de solos; Cálculo de cortes de aterros..

OBJETIVO GERAL

Interpretar os principais ensaios de caracterização dos solos, determinar as tensões existentes no maciço de solo, apresentar o processo de percolação de água através do maciço e metodologia para o dimensionamento de fundações rasas..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINTO, Carlos de Souza. **Curso Básico de Mecânica dos Solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.
CAPUTO, Homero Pinto. **Mecânica dos Solos e suas Aplicações**. 6 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 6122. **Projeto e execução de fundações**. Rio de Janeiro, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABGE. **Geologia Técnico em Edificações**. São Paulo:, ABGE. 586 p.
JOPPERT JÚNIOR, Ivan de Oliveira. **Fundações e contenções de edifícios**. Pini, São Paulo, 2007.
LEAL, Ubiratan. **Fundações rasas**. Técnica 83, 2004.RIPPER, Ernesto. **Como evitar erros na construção**. São Paulo: PINI, 1986. 122p.

Disciplina	Construção Civil II	Carga Horária	72 h/a	CH Prática	
				CH Teórica	72h/a

EMENTA

Dosagem de Concreto e Argamassas; Técnicas de execução de obras civis e alvenaria convencional;Características e propriedades dos materiais de acabamento nas obras: revestimentos, impermeabilizações, pinturas e fechamentos diversos.

OBJETIVO GERAL

Interpretar os principais conceitos de dosagem de concreto e argamassas na construção civil. Compreender as propriedades, as aplicações e condições ideais de emprego dos materiais de acabamento para Construção Civil, com base nos aspectos de obtenção, extração ou fabricação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, Alberto de Campos. **Prática das Pequenas Construções**. 8a edição. São Paulo: Edgard Blücher, 1996. p. 323
CHING, Francis D. K. , ADANS, Cassandra. **Técnica de Construção Ilustradas**. Porto Alegre: Ed. Bookman. 2001.
THOMAZ, Ercio. **Tecnologia Gerenciamento e Qualidade na Construção**. São Paulo: Ed. PINI. 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIPPER, Ernesto. **Manual pratico de materiais de construção: recebimento**. São Paulo: PINI, 1995. 252p.
PERONDI, Zeno. **Manual Prático da Impermeabilização e de Isolação Térmica**. São Paulo: PINI.
YAZIGI,W. **A técnica de edificar**. São Paulo. Editora Pini : SindusCon - SP - 1997 p.628

Disciplina	Resistencia dos Materiais	Carga Horária	72 h/a	CH Prática	8 h/a
				CH Teórica	64 h/a

EMENTA

Conhecer as propriedades físicas dos elementos estruturais empregados na Construção Civil. Propriedades e características de cada peça separadamente. Analisar a funcionalidade edificante em um só bloco; relacionar as tensões e esforços do conjunto estrutural.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos estudantes o conhecimento sobre as tensões e esforços gerados no sistema construtivo estrutural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SCHIEL, F. - **Introdução à resistência dos materiais. Fascículos I, II e III. 6a edição. São Carlos.** Escola Técnico em Edificações de São Carlos - Universidade de São Paulo (EESC-USP). 1976 (Publicação no 125).
 SILVA JR., J. F. - **Tabelas para o cálculo de estruturas pelo método da energia de deformação.** São Paulo. Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).
 STAMATO, M. C. - **Deslocamentos em estruturas lineares. 4a edição.** São Carlos. Escola Técnico em Edificações de São Carlos - Universidade de São Paulo (EESC-USP).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS - NBR 6118. **Projeto de Estruturas de Concreto.** Rio de Janeiro, 2014.
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS - NBR 6120. **Cargas para o cálculo das edificações.** Rio de Janeiro, 1980.
 SANTOS, L.M. **Cálculo de Concreto Armado.** São Paulo, Ed. LMS, 1983.

MODULO III

Disciplina	Projetos Arquitetônicos II	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Composição planejada em diferentes escalas do desenho de representação projetual através de ferramenta digital CaD: Informações, ambiente e configuração de trabalho: Layers, coordenadas e estilos; Apropriação das ferramentas digitais: Linhas, formas e captura; Modificações; Medições e cotas; Blocos e inserções; Plotagens: configurações, escalas e visualizações. Condicionantes físico-ambientais: topografia, entorno construído, acessos e áreas preserváveis; Condicionantes legais: Zoneamento urbano, permissibilidades, recuos, alturas, índices e taxas limitantes da construção; Códigos de Obras e Posturas; Layout de ambientes..

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o conhecimento específico necessário utilização dos conceitos de desenho técnico em projetos mecânicos em ferramentais de desenho (Sistema CAD)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RIBEIRO, Antônio. **Curso de Desenho Técnico e Autocad**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pearson, 2013.
KATORI, Rosa. **Autocad 2011: Projetos em 2 D**. 1. ed. São Paulo: Senac, 2010.
OLIVEIRA, Bandeira de Oliveira. **Sketchup aplicado ao projeto**. 1. ed. São Paulo: Novatec, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MONTENEGRO, Gildo. **Desenho Arquitetônico**. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2001.
COSTA, Lourenço. **Autocad 2015**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
MOSS, Elise. **Introdução ao Revit 2012**. 1. ed. São Paulo: Ciência Moderna, 2012.

Disciplina	Estabilidade das Construções	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Propriedades e características no dimensionamento de Lajes e Vigas. Propriedades e características no dimensionamento de Pilares. Cálculo e diagrama de esforços; Interpretação de Projetos Estruturais.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o conhecimento específico necessário para análise de estruturas em concreto armado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEER, F.P.; JOHNSTON, Jr. E. R. **Resistência dos Materiais**. 3. ed. São Paulo: Makron Books; 1995.
MARGARIDO, Aluizio F. **Fundamentos de Estruturas**. São Paulo: Ziguarte, 2003.
BOTELHO, Manoel H. C. **Concreto Armado Eu Te Amo**. v. 2. São Paulo: Blucher, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRAIG, Jr. R. **Mecânica dos Materiais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos – LTC, 2003.
 GERE, J. M. **Mecânica dos Materiais**. São Paulo: Thompson Learning, 2003.
 POPOV, E. P. **Introdução à mecânica dos sólidos**. São Paulo: Edgard Blucher, 1978.

Disciplina	Sistema Construtivos	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Alvenarias estruturais e elementos pré-moldados. Condições climáticas locais; Eventos bioclimáticos de risco; Carta solar e iluminação natural; Climatização: controle ambiente de umidade e temperatura; Isolamento térmico e acústico de ambientes. Características e especificações de novas tecnologias e sistemas construtivos alternativos.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos os conhecimentos relativos aos sistemas construtivos usuais, assim como de novas tecnologias aplicadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, Wesley Jorge; BERALDO, Antônio Ludovico. **Tecnologias e materiais alternativos de construção**. São Paulo: UNICAMP, 2013.
 BORGES, Alberto de Campos. **Práticas das pequenas construções**. 9. ed. v.1. São Paulo: Blucher, 2009.
 BAUER, L. A. F. coord. **Materiais de Construção**. 5 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOULOMYTIS, Vassiliki Terezinha Galvão; FANTINATTI, Pedro Augusto Pinheiro; SOARES, Silvet Mari. **Noções de Construção Civil**. Curitiba: Livro Técnico, 2013.
 HOLTZAPPLE, Mark Thomas; REECE, W. D. **Introdução à Engenharia**. Rio de Janeiro, LTC, 2015.

Disciplina	Instalações Hidráulicas	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Dimensionamento de consumo e dos ramais. Sistemas de aquecimento de águas, aplicações e rendimentos; Materiais e sistemas empregados; Normas técnicas vigentes; Reservação e distribuição; Dimensionamento de consumo e dos ramais; Isolamento térmico dos ramais. Sistemas básicos de prevenção e combate a incêndios; Normas técnicas vigentes; Classificação de risco por ocupação e população.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos os conhecimentos relativos aos sistemas hidráulicos empregados em edificações residenciais. Sistemas prediais de água fria, água quente, esgotos sanitários, águas pluviais, gás e de combate a incêndio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Instalação predial de água fria – NBR5626**. Rio de Janeiro, 1998.
 MACINTYRE, A. J. **Instalações Hidráulicas Prediais e Industriais**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2010.
 CREDER, Hélio. **Instalações Hidráulicas e Sanitárias**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRENTANO, Telmo. **Instalações Hidráulicas de Combate a Incêndio nas Edificações**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. **Instalações Hidráulicas e o Projeto de Arquitetura**. 3. ed. São Paulo: Edgard Bluncher, 2009.

Disciplina	Sustentabilidade Ambiental	Carga Horária	54h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

O meio natural e o conceito de Sustentabilidade; Áreas urbanas e áreas antropizadas; Medidas mitigadoras de impacto e a compensação; Tecnologias verdes; Reaproveitamento, reciclagem e destinação de resíduos na construção civil.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos os conhecimentos relativos aos conceitos básicos de Sustentabilidade Ambiental voltados para Construção Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Resolução CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção. 3 Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de julho de 2002.

DANTAS, J. L. **Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil**. João Pessoa: Inspira Comunicação e Design, 2001.

D'AVIGNON, A.; et al. **Manual de auditoria ambiental**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J. R.; MELLO, C. S.; CAVALCANTI, Y. **Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação**. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2004. CIB – Agenda 21 para a construção sustentável. trad. de I. Gonçalves, T. Whitaker. ed. de G. Weinstock, D. M. Weinstock. São Paulo: s.n., 2000.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JOHN, V. M. **Reciclagem de resíduos na construção civil: contribuição à metodologia de pesquisa e desenvolvimento**. São Paulo: EPUSP, 2000. (Tese de Livre Docência).

Disciplina	Trabalho de Conclusão de Curso I	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Integração e síntese de conhecimentos dentro da Construção Civil; aplicação de conceitos sobre metodologia em ciência e tecnologia para elaboração e apresentação de um projeto de trabalho escrito e defesa do mesmo diante de uma banca examinadora.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos a elaboração de um projeto de pesquisa, a escolha do aluno e sob orientação de um de seus professores, com objeto vinculado a um dos eixos temáticos do curso e que justifique a adoção da prática construtiva de forma eficiente, sustentável e aplicável em edificações de pequeno porte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAKATOS, Eva Maria & Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
 GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.
 SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
 GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
 SALOMON, D.V. **Como fazer uma monografia**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001

MODULO IV

Disciplina	Projetos Arquitetônicos III	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Entendimento de representação gráfica de construção civil: Elementos e medidas; Desenho de concreto armado: formas e peças; Desenho de alvenarias estruturadas e sistemas alternativos; Desenho de aço e madeira. Propriedades e características de estruturas de aço e sistemas complementares (Elétrica e Hidráulica).

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o conhecimento específico necessário para elaboração de um projeto completo, contendo Projeto Arquitetônico e Complementares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RIBEIRO, Antônio. **Curso de Desenho Técnico e Autocad**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pearson, 2013.
 KATORI, Rosa. **Autocad 2011: Projetos em 2 D**. 1. ed. São Paulo: Senac, 2010.
 OLIVEIRA, Bandeira de Oliveira. **Sketchup aplicado ao projeto**. 1. ed. São Paulo: Novatec, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MONTENEGRO, Gildo. **Desenho Arquitetônico**. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2001.
 COSTA, Lourenço. **Autocad 2015**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
 MOSS, Elise, **Introdução ao Revit 2012**. 1. ed. São Paulo: Ciência Moderna, 2012.

Disciplina	Instalações Elétricas	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Introdução em elétrica básica; Apropriação da NBR-5410; Interpretação de projetos elétricos e simbologias; Dimensionamento das cargas de instalações elétricas residenciais; Dimensionamento dos eletrodutos e condutores. Divisão de circuitos elétricos; Quantificação de projetos elétricos; Especificações gerais dos projetos elétricos residenciais; Diagrama unifilar; Luminotécnica. Considerações e Normas sobre instalações elétricas prediais e em condomínios; Noções sobre Instalações de máquinas e equipamentos elétricos; Elaboração e confecção de projeto elétrico residencial completo; Conceitos de segurança em NR10..

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o conhecimento específico necessário para análise de instalações elétricas prediais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMA FILHO, Domingos Leite. **Projetos de Instalações Elétricas Prediais**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
COTRIM, A.A.M.B. **Instalações elétricas**. São Paulo: Makron, 2003.
NERY, N. **Instalações elétricas**. São Paulo: Eltec, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MTE. NR10: **segurança em instalações elétricas e serviços em eletricidade**, 2004.
MACHADO, Clóvis. **Manual de Projetos Elétricos**. Bibliotheca 24 horas, 2009.
VISACRO, Silvério. **Aterramentos Elétricos**. São Paulo: ARTLIBER, 2002

Disciplina	Gerenciamento de Obras	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Orçamentos estimativos e Memoriais descritivos; Composição de Cronograma físico e financeiro; Aferição de BDI; Normas técnicas; Projeto e organização do trabalho em canteiro; Produção e produtividade; Indicadores e resultados de execução; Gerenciamento e controle de qualidade; Etapas de desenvolvimento de projetos.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar a gestão plena de obras de construção civil, aplicando gestão de pessoas e dinâmica entre as diversas áreas que a compõem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NBR 12721, **Incorporação Imobiliária**. São Paulo: Pini, 2005.
LIMMER, Carl Vicente. **Planejamento, orçamentação e controle de projetos e obras**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
MATTOS, Aldo Dórea, **Planejamento e Controle de Obras**. São Paulo: PINI, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Roberto Sales, **Orçamento de Obras em Foco**. São Paulo: PINI, 2009.
GOLDMAN, Pedrinho, **Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil Brasileira**. 4. ed. São Paulo: PINI, 2004.
MATOS, Aldo Dórea, **Como preparar orçamentos de obras**. São Paulo: PINI, 2006.

Disciplina	Segurança em Obras	Carga Horária	54 h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Legislação e normas técnicas; Legislação e normas sobre saúde e segurança do trabalho na construção civil; Medidas de proteção individual e coletiva.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o conhecimento específico das normas de segurança do trabalho no ramo da construção civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Adriano Aurelio R. **Segurança do Trabalho**. Curitiba: LT, 2012.
 FILHO, Antonio Nunes Barbosa. **Segurança do Trabalho na Construção Civil**. São Paulo: Atlas, 2015.
 PAOLESCHI, Bruno. **CIPA: guia prático de segurança do trabalho**. São Paulo: Érica, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARSANO, Paulo Roberto. **Legislação aplicada à segurança do trabalho**. São Paulo: Érica, 2014.
 RODRIGUES, Flávio Rivero. **Prevenindo acidentes na construção civil**. 2. ed. São Paulo: LTR, 2013.
 YEE, Zung Che. **Perícias Técnico em Edificações de segurança do trabalho: aspectos processuais e casos práticos**. Curitiba: Juruá, 2012.

Disciplina	Estrutura de Madeiras	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Anatomia e caracterização da madeira; ações e segurança nas estruturas de madeira; dimensionamento das peças de madeira submetidas à tração, compressão e flexão; dimensionamento das ligações. Noções sobre Detalhamento, Fabricação e Montagem.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar o conhecimento específico sobre estruturas de madeira, dando subsídio para análise e projeção de residências em madeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 7190/97 – **Projeto de estruturas de madeira**. Rio de Janeiro: ABNT, 1997.
 PFEIL, W. PFEIL, M. **Estruturas de madeira**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos- LTC, 2012.
 CALIL Jr, C.; L HAR, F.A.R.; DIAS, A.A. **Dimensionamento de Elementos Estruturais de Madeira**. São Paulo, Manole. 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Roberto Sales, **Orçamento de Obras em Foco**. São Paulo: PINI, 2009.
 GOLDMAN, Pedrinho, **Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil Brasileira**. 4. ed. São Paulo: PINI, 2004.
 MATOS, Aldo Dórea, **Como preparar orçamentos de obras**. São Paulo: PINI, 2006.

Disciplina	Trabalho de Conclusão de Curso II	Carga Horária	72 h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Elaboração de um projeto completo de uma edificação de pequeno porte, que demonstre, gráfica e textualmente, todos os sistemas, instalações e materiais pertinentes a mesma, com ênfase na aplicação prática construtiva desenvolvida na fase de TCC I.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos a elaboração de um projeto de pesquisa, a escolha do aluno e sob orientação de um de seus professores, com objeto vinculado a um dos eixos temáticos do curso e que justifique a adoção da prática construtiva de forma eficiente, sustentável e aplicável em edificações de pequeno porte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAKATOS, Eva Maria & Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
 GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.
 SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
 GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
 SALOMON, D.V. **Como fazer uma monografia**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001

Disciplina	Estágio Curricular Supervisionado	Carga Horária	486 h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Vivência em atividades inerentes ao campo de trabalho do Engenheiro civil, com acompanhamento de um profissional. Estudos preliminares. Observações e visitas. Elaboração de projeto de estágio. Elaboração dos planos de atividades. Prática. Elaboração do relatório de estágio.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o convívio no âmbito profissional e aplicação de conceitos teóricos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONFEA – CONSELHO FEDERAL TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, ARQUITETURA E AGRONOMIA. **Código de Ética Profissional da Engenharia, Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia**. Disponível em < <http://www.confea.org.br/> >, 5. p, 6 de novembro de 2002.
 _____. **Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomias**. Resolução 218 de 29 de junho de 1973.
 BRASIL. Legislação Federal – **Estágio. Dispões sobre estágio de estudantes**. Lei 11.788, 7. p., de 25 de Setembro de 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023: **Informação e documentação - Referências - Elaboração**.
 Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10520: **Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação**.
 Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724: **Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos – Apresentação**.

10.2 CARGA HORÁRIA DO CURSO

A carga horária dos Cursos Técnico da FVA, segue a Resolução nº 004/2012, onde afirma:

Art. 2º - A carga horária de cada Disciplina e dos Currículos dos Cursos Técnico da FVA devem ser integralizados, em seus currículos mínimos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais ou de Parecer equivalente, considerando-se horas de 60 (sessenta) minutos.

Art. 3º - A duração da hora/aula na FVA é de 50 (cinquenta) minutos.

Art. 4º - O valor do crédito de cada disciplina dos Currículos dos Cursos Técnico da FVA é de 15 (quinze) horas, equivalente a 18 (dezoito) horas/aula.

Art. 5º - Para o cumprimento do artigo anterior, o semestre letivo será composto de, no mínimo, 20 (vinte) semanas e 100 (cem) dias letivos.

Parágrafo Único – No período letivo de 100 (cem) dias letivos deverão estar incluídas todas as avaliações com os conceitos finais do acadêmico.

Art. 6º - Os projetos de Cursos Técnico deverão obedecer à seguinte relação:

- 1) para componente curricular de 1 crédito, registra-se 18 horas/aula;
- 2) para componente curricular de 2 créditos, registra-se 36 horas/aula;
- 3) para componente curricular de 3 créditos, registra-se 54 horas/aula;
- 4) para componente curricular de 4 créditos, registra-se 72 horas/aula;
- 5) para componente curricular de 5 créditos, registra-se 90 horas/aula;
- 6) para componente curricular de 6 créditos, registra-se 108 horas/aula;
- 7) para componente curricular de 8 créditos, registra-se 144 horas/aula;
- 8) para componente curricular de 16 créditos, registra-se 288 horas/aula e assim, sucessivamente.

11. NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

11.1 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Na organização curricular do Curso, são previstas duas formas de estágio: o Curricular Supervisionado e o Curricular Não-Obrigatório.

O Estágio Curricular Supervisionado consta na matriz curricular do Curso, como a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado e constitui um espaço de aprendizagem e de vivência prática, proporcionando ao acadêmico a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do Curso, ao mesmo tempo em que proporciona desenvolver novas habilidades e competências durante o contato direto com o meio profissional, além de facilitar a inserção de egresso no mercado de trabalho. No âmbito do Curso de Edificações este estágio é regido por Regulamento específico, anexo ao PPC.

Entende-se por Estágio curricular Não-Obrigatório, aquele desenvolvido como atividade opcional pelos acadêmicos, nas áreas de atuação compatíveis com as competências e habilidades do Curso, acrescida à carga horária regular e obrigatória. A realização do Estágio Não-Obrigatório deverá seguir as orientações constantes na Lei 11.788/2008. No Curso de Edificações este estágio pode ser considerado como Atividade Complementar, conforme Regulamento.

11.1.1 Concepção

O Estágio Curricular Supervisionado é uma atividade curricular desempenhada pelo acadêmico, e tem relação direta com a sua formação acadêmica e se constitui em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano, propiciando a complementação do Ensino e aprendizagem aos acadêmicos regularmente matriculados com frequência normal às aulas.

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Edificações consolida o objetivo proposto no Projeto Pedagógico.

11.1.2 Objetivo Geral

Proporcionar ao Estagiário (a) experiências práticas como profissional, atuando diretamente nas organizações, desenvolvendo conhecimentos, habilidades e competências pertinentes ao desempenho de sua profissão, com atitude profissional e ética.

11.1.3 Carga Horária Prevista

O Estágio Curricular Supervisionado em Edificações possui 480 horas, previsto para o último semestre do Curso.

11.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso de Edificações da Faculdade do Vale do Araranguá está inserido na Matriz Curricular, compreendendo dois momentos: o primeiro momento ocorre no 9º semestre do Curso com a construção de um Projeto de Pesquisa na disciplina de TCC I. Essa fase é finalizada mediante avaliação do Projeto de Pesquisa. A segunda etapa, ocorre no último semestre do Curso, na disciplina TCC II, e compreende a construção do trabalho científico, a partir do planejamento realizado no Projeto de Pesquisa. O processo do TCC no Curso consiste em orientações individuais com docentes orientadores. O processo de orientação envolve uma dimensão extremamente pedagógica, em que a relação orientador-orientando seja fundamentalmente de aprendizagem e de crescimento profissional e intelectual.

11.2.1 Apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

É permitido, durante as apresentações dos TCCs, a participação de empresários e representantes diversos da comunidade como membros da Banca Examinadora dos trabalhos científicos, além dos membros oficializados da Instituição.

Realização de Seminários Empresa/Estágio, visando à integração da Faculdade com a comunidade e as empresas, participando da formação acadêmica do sujeito.

11.3 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A Carga total das Atividades Complementares definidas para o Curso de Edificações é de 160 h (192 h/a) inseridas no Projeto Pedagógico do Curso. Atende a Legislação vigente e em conformidade com o PDI Institucional, funcionando como estratégia de flexibilização do Currículo. As Atividades Complementares da Faculdade do Vale do Araranguá, buscam desenvolver no acadêmico o sentimento de autonomia, responsabilidade e participação em sua própria formação, sem deixá-lo desamparado quanto à realização da busca por tais Atividades, mantendo a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, que poderão ocorrer dentro e fora dos muros da Faculdade.

- **Atividades de Ensino:** Palestras, Seminários, Cursos, Oficinas, Semanas acadêmicas, Projetos, etc;

- **Atividades de Pesquisa:** Trabalhos de Iniciação Científica, horas concedidas a Elaboração e Publicação de Comunicação Oral e Escrita em jornais, meios eletrônicos, TV e rádio, entre outras;

- **Atividades de Extensão:** Cursos promovidos pela FVA ou em outras Instituições, Feiras, Congressos, Simpósios, Expedições Científicas, Atividades Culturais, Estágios Extracurriculares nas Empresas.

O Curso deverá oportunizar essas atividades complementares criando mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo acadêmico, por meio de estudos e práticas independentes presenciais, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins, oportunizando ao estudante vivenciar situações reais pertinentes ao exercício profissional, evidenciando a relação entre os postulados teóricos e o contexto do trabalho. O cumprimento das horas e das atividades estão em consonância com o Projeto Político Pedagógico Institucional da FVA.

No quadro das Atividades Complementares, anexo ao PPC do Curso, apresentam-se sugestões de oportunidades ao acadêmico, de inteirar-se com mais profundidade em assuntos pertinentes à sociedade, atingindo as mais diversas comunidades em suas particularidades mais necessárias.

12. METODOLOGIA

12.1 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA DA FACULDADE DO VALE DO ARARANGUÁ

Para a superação de modelos pedagógicos e curriculares tradicionais não basta que se proceda a uma diferenciação somente de conteúdos; é necessária uma série de inovações metodológicas que otimizem a realização de atividades por parte tanto de acadêmicos quanto de professores e que possibilitem a efetiva interdisciplinaridade.

Com este objetivo, a FVA desenvolve, no âmbito dos seus Cursos, as seguintes alternativas didático-pedagógicas que caracterizam o modelo de ensino implantado, além das já tradicionalmente conhecidas e executadas:

- a) Desenvolvimento de Trabalhos em Parceria tanto com IES cuja atuação venha a complementar a formação do acadêmico;

b) Utilização de Simulações como recursos didáticos: são estratégias que procuram simular algum aspecto da realidade, colocando o acadêmico bem próximo às situações de vida, possibilitando um retorno imediato acerca das consequências, atitudes e decisões. No Ensino Superior as simulações têm como objetivo principal o desenvolvimento de atitudes dos acadêmicos e secundariamente os seguintes objetivos: estimular a reflexão acerca de determinado problema; promover um clima de descontração entre os acadêmicos; favorecer o autoconhecimento; desenvolver empatia; analisar situações de conflito; desenvolver atitudes específicas; desenvolver habilidades específicas;

c) Incentivo ao Estudo Independente, com uma metodologia centrada no estudante: este tipo de ensino apresenta as seguintes características: respeito ao ritmo de aprendizagem de cada acadêmico; individualização da avaliação; propiciar formas alternativas de instrução e conteúdo; delegação ao estudante de maior responsabilidade por sua aprendizagem; propiciar maior de autonomia intelectual; facilitação da aquisição de maior confiança por parte do estudante em seus recursos e o alcance de certas metas, que não seriam atingidas em outras situações;

d) Estímulo ao uso de Metodologias de Ensino baseadas na Interação: são muitos os métodos baseados na interação, entre eles: a discussão; o debate; a mesa redonda; o seminário; o simpósio; o painel; o diálogo, a entrevista; e o estudo de casos;

e) Implementação em algumas áreas, da metodologia do Aprendizado Baseado em Problemas, com o estudo centrado em casos reais;

f) Estabelecimento de um Programa de Integração dos professores e acadêmicos com a realidade da profissão e necessidades do mercado, bem como com os avanços tecnológico-científicos e as tendências futuras para a área.

Paralelamente, a Direção de Ensino tem estimulado a adoção de ações educacionais para dinamizar a aplicação de aulas práticas, visitas técnicas, fortalecimento da Iniciação Científica e Extensão nos diversos cursos da FVA. Novos recursos tecnológicos e de multimídia serão incorporados permanentemente ao processo ensino-aprendizagem.

12.2CURRÍCULO

A concepção de Currículo se traduz em políticas norteadas pelas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação que possibilitam a formação profissional competente e do cidadão para atuar em sua área e nos processos de transformação social e criar alternativas com potencial para enfrentar as problemáticas que emergem no

mundo contemporâneo. Dessa forma, estão sendo superadas as práticas derivadas da rigidez dos Currículos mínimos, de Cursos estruturados mais na visão corporativa das profissões do que nas perspectivas da obtenção para o contexto científico-histórico das áreas de conhecimento, do atendimento às demandas existentes e da indicação de novas demandas mais adequadas à sociedade.

A construção dos Projetos Pedagógicos, atendendo às resoluções e adaptando-as aos Cursos, está baseada nos seguintes tópicos:

- a) Projeto Pedagógico construído coletivamente;
- b) Flexibilidade, de modo a observar transformações ocorridas nas diferentes fronteiras das ciências;
- c) Formação integral que possibilite a compreensão das relações de trabalho, de alternativas sócio-políticas de transformação da sociedade, de questões relacionadas ao meio ambiente e à saúde, na perspectiva de construção de uma sociedade sustentável;
- d) Ensino técnico que constrói a base para o permanente e necessário processo de educação continuada;
- e) Incorporação de atividades complementares em relação ao eixo fundamental do Currículo;
- f) Interdisciplinaridade;
- g) Predominância de formação sobre a informação;
- h) Articulação entre teoria e prática;
- i) Produção de atividades educativas de natureza científica e de extensão;
- j) Indissociabilidade entre Ensino, Iniciação Científica e Extensão.

Os Currículos e Programas devem propiciar a aquisição do conhecimento como ato cooperativo de criar e recriar, compreendendo atividades que se destinem a viabilizar o melhor domínio dos conteúdos das diversas disciplinas e desenvolvimento de habilidades que qualifiquem os educandos para responderem, de forma eficiente, eficaz e coletiva, aos desafios do mundo atual e conseqüentemente, para a construção de um mundo melhor.

O Currículo deve direcionar e orientar, teórica e metodologicamente, toda a prática docente e discente, e estar comprometido com as questões éticas, sociais, políticas.

Para que o Currículo possa cumprir sua função social e tomar-se um documento vivo presente e dinâmico na sala de aula, precisa ser viabilizado por atividades significativas. Um verdadeiro Currículo não se esgota em si mesmo, deve estar sempre “aberto” a novas indagações e possibilidades, pois nele, a verdade é sempre uma busca. Caso contrário, pode

perder-se num “vazio”, em que a teoria se distancia da prática e, tomar-se um instrumento que contempla um saber dogmático “aceito” sem questionamentos.

A Matriz Curricular do Curso de Edificações corresponde ao desdobramento, em disciplinas, das áreas temáticas constantes nas DCNs específicas para o Curso, estabelecidas pelo MEC e de outras previstas em legislação específica ou estabelecidas pela própria Faculdade.

As disciplinas que compõem a estrutura curricular do Curso abordam temáticas, conteúdos que visam favorecer a expansão das capacidades humanas em íntima relação com o aprendizado no campo específico da Engenharia, da ética e do meio ambiente.

Para tanto, as propostas didático-pedagógicas oportunizarão o questionamento de práticas sociais empresariais, focalizando análise de pressupostos teóricos, articulações com culturas organizacionais, inovações tecnológicas e de desenvolvimento, em harmonia com o ambiente social, cultural e natural.

Os processos de aprendizagem serão sempre valorizados na ocorrência em diversificados contextos e situações, especialmente prestigiando o aprimoramento da interação professor/aluno.

As atividades didático-pedagógicas desenvolvidas no Curso envolvem ações individuais, socializadoras, estudos teóricos, pesquisas bibliográficas e em meio digital, estudos dirigidos em diferentes campos da Contabilidade, com o intuito de estimular a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos e habilidades orais, escritas, além de processos de criatividade e criticidade, em práticas disciplinares e interdisciplinares.

A Matriz Curricular determinada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do referido Curso, parte do tipo do profissional que se deseja formar, ou seja, visam capacitar os acadêmicos nas suas diversas áreas de atuação. Assim, são imprescindíveis conhecimentos básicos nas diversas áreas descritas acima para dar embasamento às disciplinas formativas, concluindo assim o curso.

Desta forma, a estrutura curricular do Curso de Edificações da FVA contempla o perfil do egresso descrito no seu projeto pedagógico.

12.3 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS FRENTE À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES

O princípio da flexibilização, o qual contempla maior e melhor movimentação interna do acadêmico por meio da organização e ampliação de atividades, é adotado pela FVA a partir das seguintes ações:

- a) Disciplinas optativas;
- b) Atividades complementares, de caráter técnico, científico-culturais, envolvendo atividades de Ensino, Iniciação Científica e Extensão;
- c) Maior fluidez e dinamização no percurso acadêmico, pela minimização dos pré-requisitos;
- d) Atividades de intercâmbio e mobilidade acadêmica (permite ao acadêmico cursar disciplinas em outros Cursos).

12.4 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

A Metodologia proposta no Curso implica a concepção de formação superior no campo da Edificações que considera a profissão dinâmica e generalista, ciente da responsabilidade social, empenhada com a consciência de que os atos da empresa administrativa geram impactos positivos e negativos à sociedade.

Inerente a concepção tradicional de negócios está também a concepção das necessárias ações sociais comprometidas com a saúde, segurança, cultura, lazer, zelo pelo ambiente natural nas etapas de produção e serviços da empresa, bem como cuidado com funcionários, portanto, em consonância com as políticas econômicas/sociais responsáveis.

A FVA estabeleceu princípios metodológicos voltados para a Educação Empreendedora e Ética com propostas de ações visando: a formação de condutas éticas; formulação do sonho e sua estruturação em projeto; busca da realização do sonho estruturado.

Tomadas como uma unidade indissociável, essas ações compõem o eixo do aprendizado e acompanharão o acadêmico, a cada semestre, ao longo do curso, de tal forma que a tarefa pedagógica consistirá em movimentar o ciclo “sonhar e buscar realizar o sonho” a cada ano.

Na Educação Empreendedora e Ética, a estratégia metodológica funda-se em: incentivo a posturas e atitudes éticas; estímulo ao projeto; realização do projeto; orientação e meios de suporte para o desenvolvimento das competências e habilidades para formular e buscar realizar o projeto; delineamento dos contornos éticos em que a atividade se desenvolverá.

A Metodologia do Curso de Técnico em Edificações consiste na proposta de

reflexão e investigação (estudos teóricos práticos), considerando o pluralismo de conhecimentos e as variáveis do processo de ensino aprendizagem.

A interdisciplinaridade, marco referencial da organização metodológica e curricular busca estabelecer um diálogo constante das unidades programáticas de um mesmo ou de diferentes campos do saber cujas práticas possibilitam a diminuição da fragmentação dos conhecimentos e saberes, em prol de um conhecimento relacional e aplicado.

Essa preocupação desenvolve-se na operacionalização das metodologias que demonstram as políticas institucionais para o ensino. Articulam-se no processo teoria-prática, cuja proposta e execução estão contidas nos planos de ensino, incluindo as referências bibliográficas dos diferentes componentes curriculares, a dinâmica das aulas e o sistema de avaliação. Também as atividades de Iniciação Científica, o Estágio e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), indicam maneiras diversificadas e integradas para a formação profissional e acadêmica dos alunos.

Os Planos de Ensino desenvolvidos pelos docentes retratam as finalidades pedagógicas contidas no Projeto Pedagógico do curso e são elaboradas por meio de um processo de planejamento que exige organização, sistematização, previsão e decisão.

Do ponto de vista educacional, a Metodologia de Ensino consiste em um ato político-pedagógico que revela medidas centradas na formação do cidadão bem como sua profissionalização, exprimindo a reflexão coletiva do corpo docente, a participação dos alunos e a integração deles às necessidades sociais e comunitárias. Ela indica a construção do conhecimento científico e prático, onde o refletir e o agir docente, ocorre na execução dos objetivos, no desenvolvimento das competências e habilidades dos conteúdos e dos procedimentos metodológicos, assim como nas atividades didáticas, e como também, na avaliação do acadêmico e do professor, num processo de constante atualização e capacitação.

Não é somente o uso de recursos tecnológicos, que demonstram a inovação das práticas metodológicas presentes no Curso, mas a atualização das referências teóricas, a adequação das informações às diretrizes contidas na legislação nacional para a Educação, os procedimentos de construção do conhecimento e observação, realizados como atividades de diferentes componentes curriculares.

Com a finalidade de formar um profissional Engenheiro, com formação generalista, de visão crítica e reflexiva, os docentes do Curso utilizarão diferentes metodologias de ensino com a implicação em uma Educação Empreendedora e Ética desenvolvendo dinamicamente sua própria prática didática, buscando:

- Adotar estratégias que representem a realidade que se quer abordar, evitando sempre que possível apenas aulas expositivas;
- Utilizar intensivamente recursos laboratoriais, práticas profissionais, situações reais contextualizadas no cenário pedagógico das disciplinas;
- Avaliação textual de trabalhos científicos e livros ou referenciais teórico afins;
- Incursões ao ambiente externo e ao mercado de trabalho;
- Participações em projetos de iniciação científica, participação em eventos científicos na área;
- Elaboração e audição de filmes, notícias, dinâmicas, biografias, depoimentos em sala de aula;
- Estabelecer conexões com as lideranças e com órgãos representativos da sociedade, oferecendo aos acadêmicos fontes do saber empreendedor e ético, fortalecendo assim a relação faculdade/sociedade;
- Convidar pessoas da comunidade e do mundo científico para narrar a realização de seus sonhos e projetos; convidar os acadêmicos para descreverem os processos que desenvolveram para planejar e realizar os seus projetos; estimular a autoavaliação;
- Outras atividades que dão vida aos encontros, descortinando ricas oportunidades de aprendizagens.

Sempre que necessário os acadêmicos terão apoio bibliográfico, na sala de aula, nos laboratórios de Informática ou na Biblioteca da Instituição, como forma de incentivo a pesquisa aplicada e de troca de experiências cognitivas, visando à construção/reconstrução dos conhecimentos de forma contextualizada.

Os Componentes Curriculares previstos na matriz curricular, aliados às atividades complementares, podem ser destacados como instrumentos para que o acadêmico desenvolva a sua capacidade de gerenciar a sua vida acadêmica, incluindo na sua formação conteúdos e conhecimentos que trarão contribuição para o foco profissional por ele perseguido.

Na Educação Empreendedora e Ética, o acadêmico produz novos conhecimentos (a formulação do próprio sonho, planejamento metodológico e execução dos projetos), fazendo uso do que aprendeu: um sistema proativo de gerar o saber Empreendedor e Ético, a partir das necessidades de conhecimento identificadas pelo indivíduo, na formulação do projeto e na busca de sua transformação em realidade.

O processo de aprendizagem não é estático, assume características próprias em função dos atores, sendo reconstruído continuamente, porque se vincula ao universo cultural do acadêmico, do docente, da comunidade da Instituição de Ensino.

Aprender é uma construção (ou reconstrução) pessoal, em que o acadêmico dá significado à própria experiência e às diversas relações que estabelece com o mundo.

Ao implementar a Educação Empreendedora e Ética, o docente tem oportunidade de recriá-la, moldando-a às peculiaridades dos públicos interno e externo, alvo de sua aplicação. Com isso, desenvolve sua criatividade, aplicando conhecimentos, enfrentando desafios e aprendendo. Os principais atores envolvidos com a Educação Empreendedora e Ética – acadêmicos, docentes, Instituição e comunidade – apresentam diferenças substanciais (de escola para escola, de cidade para cidade, de região para região). Tais diferenças dizem respeito a valores, tradições, nível de capital social e humano, práticas econômicas, políticas e qualidade de vida.

Ao reconhecer a coletividade como alvo do saber empreendedor e ético, o professor proporciona a transformação do saber em valor, ou da riqueza material em imaterial, para a comunidade. Ao endereçar o saber à construção de si mesmo, do outro e de produtos ou serviços para o bem comum, o docente se envolve em processos que visam ao desenvolvimento humano.

Ao admitir a comunidade como uma das principais fontes do conhecimento, e de oferta de modelos para a prospecção de ideias de projetos para os acadêmicos, o professor amplia sua compreensão sobre o papel da comunidade e constrói o entendimento sobre a formação do que se chama capital social.

Ao chamar a comunidade a participar do processo educacional, o professor forma e fortalece sua rede própria de relações, desenvolvendo sua própria capacidade de empreender.

Ao se integrar à comunidade, de forma intensa, o professor constrói sua competência para cooperar e gerar cooperação, o que é fundamental para o desenvolvimento humano e a formação do capital social.

O acadêmico gera um conhecimento específico, representado pela formulação de seu projeto e do “trabalho” empregado na busca de sua realização, ao qual o professor terá acesso de forma privilegiada. Aqui, o mestre aprende mais que o aluno, numa verdade concreta e não metafórica, porque, ao testemunhar a criação de estratégias, meios e caminhos,

busca e aplicação de energia, inteligência, criatividade, inovação, transgressão, o professor se torna testemunha e participante de experiências que dizem respeito à epopéia humana.

Na Educação Empreendedora e Ética, o docente estará se envolvendo em uma estratégia de ensino e aprendizado com as seguintes características:

- Os conteúdos programáticos não se restringem a conceitos científicos, mas incluem práticas experimentais comprobatórias valorizando o espírito científico;
- Os conteúdos das disciplinas afirmam as competências e habilidades a serem desenvolvidas e com a formação de valores;
- O professor será envolvido no processo, desenvolvendo uma nova visão da aquisição do saber, construída a partir da prospecção de ideias e de propostas existenciais básicas apresentadas pelos acadêmicos para a elaboração consubstanciada de projetos de produtos ou serviços inovadores.

Dessa forma, o acadêmico preparado com todas essas metodologias de ensino estará capacitado para exercitar atividades referentes ao Curso pautados em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

12.4.1 Interdisciplinaridade

A proposta da interdisciplinaridade no Curso é estabelecer ligações de complementaridade, convergência, interconexões entre os conhecimentos. Segundo estudos, a interdisciplinaridade caracteriza-se como uma articulação de ações disciplinares que buscam um interesse comum. Dessa forma, a mesma só é eficaz se for uma maneira eficiente de se atingir metas educacionais previamente estabelecidas e compartilhadas pelos docentes da IES.

Essa temática é compreendida como uma forma de trabalhar em sala de aula, no qual se propõe um tema com abordagens em diferentes disciplinas. É compreender as partes de ligações entre as diferentes áreas de conhecimento unindo-se para transpor algo inovador, resgatar possibilidades e ultrapassar o pensar fragmentado.

Todo conhecimento mantém um diálogo aberto com outro conhecimento. É o eixo integrador com as disciplinas do currículo, para que os acadêmicos aprendam a olhar o mesmo objeto sob perspectivas diferentes. Com esta intenção, reforça-se a ideia da integração dos professores de um mesmo semestre às reuniões, para discutirem aspectos didático-

pedagógicos que incluem, dentre outros aspectos, a integração entre as disciplinas e a sinergia derivada desta integração.

Abaixo, são listadas ações a serem desenvolvidas no Curso de Edificações que visem à interdisciplinaridade, sendo que algumas delas já são realizadas nos Cursos Técnico da FVA:

- Semana Acadêmica;
- Jogos Intercursos;
- Projetos disciplinares;
- Reuniões de Planejamento entre os docentes;
- Participação do Diretório Acadêmico da IES no Planejamento do Curso;
- FVA Ativa: Galera Solidária, projeto de Recepção de Calouros;
- Participação em eventos culturais e sociais de integração com a comunidade.

Para Japíassu (1976 p.74) “a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade dos traços entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”. Essa temática é compreendida como uma forma de trabalhar em sala de aula, no qual se propõe um tema com abordagens em diferentes disciplinas. É compreender as partes de ligações entre as diferentes áreas de conhecimento unindo-se para transpor algo inovador, resgatar possibilidades e ultrapassar o pensar fragmentado. Todo conhecimento mantém um diálogo aberto com outro conhecimento. É o eixo integrador com as disciplinas do currículo, para que os acadêmicos aprendam a olhar o mesmo objeto sob perspectivas diferentes. Com esta intenção, reforça-se a ideia da integração dos docentes de um mesmo semestre às reuniões, para discutirem aspectos didático-pedagógicos que incluem, dentre outros aspectos, a integração entre as disciplinas e a sinergia derivada desta integração.

13. POLITICAS PARA O CURSO TÉCNICO

13.1POLÍTICAS DE ENSINO

A política de Ensino enfatiza a preparação do ser humano para entender e intervir adequadamente na sociedade em que vive, buscando formar cidadãos com uma visão inter e

multidisciplinar de sua área de atuação, com pensamento global em suas ações e elevados padrões éticos.

Visando a um padrão de excelência acadêmica, o Ensino proporciona a construção de competências, habilidades e atitudes, por meio da utilização de práticas pedagógicas diversificadas, fundamentais na formação mais qualificada. Tais práticas deverão ser constituídas por aulas teóricas utilizando tecnologias educacionais inovadoras, práticas laboratoriais e de campo, elaboração de trabalho de conclusão de curso, atividades de monitoria e estágio, participação em projetos de pesquisa, de iniciação científica e em atividades de extensão, bem como em congressos, eventos, oficinas e colóquios, entre outros.

A FVA tem estruturado suas metodologias pelo paradigma da modernidade, trabalhando o conhecimento muito mais como produto do que como processo. Há, nessa estruturação, a percepção de que a teoria vem sempre antes da prática e que esta deva ser compreendida como aplicação exclusiva daquela. É valorizado um currículo altamente específico e especializado. No entanto, as sociedades atuais estão a exigir, cada vez mais, a participação de cidadãos não somente qualificados para o trabalho, mas principalmente aptos a refletir e produzir novos conhecimentos acerca de sua prática profissional e, com capacidade de empreender novos projetos.

Quando se toma como referência a concepção de que o Ensino técnico consiste fundamentalmente em um nível mais elevado de ensino, estar-se-á, de algum modo, enfatizando as competências e habilidades transferidas para o acadêmico. Nesta perspectiva, o caráter tecnicista e orientado para as necessidades do mundo do trabalho. Por outro lado, quando se tem o Ensino técnico como Educação Superior, tem-se como referência à utilização dos meios que permitem assegurar a formação e o desenvolvimento do ser humano. Por meio desta concepção busca-se encorajar o autodidatismo e estimular e facilitar a autonomia do espírito. Não se trata de privilegiar o mero saber, mas antes de tudo um modo de pensar aberto e livre.

Por compreender que o conhecimento não é neutro, bem como suas formas de produção e disseminação, a FVA concebe a atividade de ensino num sentido amplo, que transcende a necessária formação técnica e de competências. Seu objetivo é contribuir para a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, possa atuar no seu contexto social de forma comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e integrada ao meio ambiente.

Para caminhar em direção a uma dinâmica curricular integradora, recomenda-se que a arquitetura curricular deva ser flexível o suficiente para orientar a prática pedagógica pelo princípio da interdisciplinaridade. Esta deverá ocorrer tanto entre as disciplinas quanto com as outras atividades que configurarão a formação e que até agora foram consideradas complementares ao Ensino, tais como: Estágio, Monitoria, Iniciação Científica e Extensão. Tais atividades deverão ser repensadas de modo que sejam reconstruídos seus limites, a fim de se integrarem plenamente ao processo formativo.

As novas estruturas curriculares deverão propiciar, desde o início do Curso, o comprometimento ético com a solução de problemas sociais. Para tanto, deve-se dar suporte contínuo às práticas sociais como elemento integrante do processo formativo. Este compromisso social do acadêmico deve ser o ponto de partida e chegada para a formação.

Nesta perspectiva, todos os esforços serão envidados a fim de que a recepção do acadêmico seja marcada pelo compromisso social. O princípio básico da formação profissional competente deve levar em consideração o contexto no qual o profissional deverá atuar, reconhecendo-se, deste modo, que ela não é universal, embora não possa prescindir do ensino e da experiência daqueles conhecimentos reconhecidos como integrantes do avanço científico da área em questão.

Nesse processo, o Estágio deve assumir um lugar de destaque, por meio da interação com o campo de trabalho. As atividades de Estágio devem ser capazes de propiciar ao acadêmico a oportunidade de aplicar seus conhecimentos, de forma supervisionada, em situações de prática profissional específica, o que significa dizer que o Estágio deverá proporcionar ao acadêmico a realimentação do processo aprendizagem-ensino e sua vinculação ao mundo do trabalho. Para assegurar a eficácia do processo, a Faculdade deverá acompanhá-lo sistematicamente, em todos os níveis, assegurando-lhe realmente sua função pedagógica, ao invés de considerá-lo simplesmente como uma exigência legal para a formação, dentro de certas áreas.

A Monitoria deverá compreender atividades que articulem o Ensino, Pesquisa e a Extensão de forma indissociável. Isto quer dizer que ela inicia o acadêmico nas atividades de planejamento, organização e realização das situações didáticas, como forma inclusive de estimular a intervenção profissional. A concepção de seu planejamento deve ser repensada, de modo que se venha a superar a fragmentação hoje existente entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

Ao assumir seu comprometimento social, a FVA também assume a responsabilidade de contribuir para a permanência dos que nela ingressam. Assim, os projetos de Apoio Social ao Estudante devem ser orientados academicamente para a formação correspondente, de modo que se consolide no acadêmico o respeito por si mesmo e pelos outros.

O trabalho interdisciplinar e coletivo permitirá o desenvolvimento de uma capacidade de análise e produção de conhecimentos com base numa visão multidimensional e, portanto, mais abrangente sobre o objeto de estudo. Ele corresponde a uma nova consciência da realidade, a um novo modo de pensar, que resulta num ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes de conhecimento, visando tanto a produção de novos conhecimentos, como a resolução de problemas, de modo global e abrangente.

Para atingir estes objetivos, recomenda-se facilitar a aquisição de conhecimentos teórico-práticos, competências e habilidades para a comunicação, análise crítica e criativa, reflexão independente e trabalho em equipe em contextos multiculturais. Estimular a criatividade, envolvendo a combinação entre o saber tradicional, ou local e o conhecimento aplicado da ciência avançada e da tecnologia.

Sugere-se também, o desenvolvimento de novas aproximações para a avaliação educacional. Estas colocarão à prova não somente a memória, mas também as faculdades de compreensão, a crítica e a criatividade, incluindo-se a habilidade para o trabalho teórico-prático.

13.2 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs)

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na FVA exercem um papel cada vez mais importante na forma de nos comunicarmos, aprendermos e vivermos. Isso está inteiramente relacionado à formação acadêmica e profissional. Sabe-se que as TICs são apenas uma parte de um contínuo desenvolvimento de tecnologias, a começar pelo giz, canetões e livros que apoiam inicialmente a aprendizagem. Estas ferramentas ao longo das décadas se atualizaram e ganharam espaço nas salas de aula e como datas-shows, sons, vídeos, softwares educacionais e outras ferramentas tecnológicas de apropriação prática. Contudo, como qualquer ferramenta pedagógica, devem ser usadas e adaptadas para servir a fins educacionais. O desafio é utilizar essas tecnologias de forma inteligente para atender aos interesses dos docentes, discentes e da própria comunicação interna e externa da IES.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) contribuem direta e indiretamente no Curso Técnico. A própria evolução do Sistema de controle acadêmico, cada vez mais prático, que é usado de forma efetiva, contribui nas relações pedagógicas entre docentes e discentes. Assim como a apropriação de e-mails de turmas que possibilitam o contato direto estes e as coordenações de apoio, as redes sociais como divulgadoras de trabalhos realizados e projetos supervisionados, o uso de novas mídias na apresentação de trabalhos de forma inovadora.

O desenvolvimento do Curso, o planejamento estratégico, o plano de aula e os processos de investigação e análise de resultados, todos utilizam as TICs em seus processos de apropriação de conhecimento. E são ferramentas da maioria dos docentes em suas aulas ministradas.

São metas:

- Possibilitar espaços nas grades curriculares para discussões sobre o uso das TICs na formação acadêmica e profissional;
- Incentivo ao uso e desenvolvimento de recursos e softwares educacionais plurilíngues, que sejam disponíveis para uso e reuso como resultado de licenças abertas (recursos educacionais abertos – REA; software livre e aberto);
- Fomento ao uso de TICs para educação inclusiva, que inclua pessoas com deficiências e proporcione a igualdade de gênero;
- Coleta de dados estatísticos e desenvolvimento de indicadores sobre o uso de TIC no Curso Técnico;
- Provisão de apoio à políticas da IES que garantam a ampliação do potencial das TICs em seu sistema educacional.

13.3POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-ENSINO TÉCNICO

Atualmente, identifica-se como formação profissional de excelência aquela que articula o diálogo entre as competências científicas e técnicas, promovendo oportunidades efetivas no campo prático de atuação do acadêmico e do egresso. Assim, ao longo da ensino técnico, um Curso de qualidade deve propiciar espaço de ensino que possibilite por sua vez, a pesquisa e a extensão e que estas discutam aspectos da sociedade atual no processo de ensino-aprendizagem.

Neste ambiente teórico e prático, o ensino contextualiza questões da sociedade contemporânea que fundamenta a Extensão de uma Instituição de Ensino Superior. A pesquisa por sua vez, apontará para o domínio dos instrumentos nos quais o acadêmico se construiu, a fim de exercer sua profissão. O processo seguinte será a apropriação de novos saberes e práticas a serem buscadas no âmbito profissional do egresso, o ambiente da Pós-Ensino técnico.

Neste contexto, a educação superior deve assegurar o contato com a Extensão e a responsabilidade social de um Curso Técnico, bem como, o ensino científico atrelado ao trabalho de pesquisa e investigação. A pesquisa é um componente teórico-prático constitutivo do Curso, cujo objetivo é promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos adquiridos na academia para a comunidade em que a IES está inserida.

Ressalta-se, dentre as finalidades da Educação Superior, conforme Artigo 43, da Lei Nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os seguintes incisos:

“I- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; III- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; “VI- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviço especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.” (LDB, 1996)

Ao referir-se às finalidades da Educação Superior, a LDB aponta uma concepção metodológica para assegurar o cumprimento dos princípios e finalidades educacionais. Assim, o discurso legal expõe a necessidade de uma formação acadêmica que incentive o trabalho de pesquisa e a extensão, bem como a divulgação e apropriação da sociedade pelos resultados obtidos, princípios norteadores do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Desse modo, a experiência acadêmica que estimula a pesquisa e suas manifestações na comunidade, é um dos principais elementos que estimulam o egresso ao campo da formação após o ensino técnico. Neste contexto, a pesquisa passa a ser aliada no processo de crescimento pessoal e profissional, fomentando os Programas de Pós-Graduações das Instituições.

A Faculdade do Vale do Araranguá define em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) as diretrizes da IES para Pesquisa, Extensão e Pós-Ensino técnico como elementos fundamentais para o Ensino Superior de qualidade.

13.4POLÍTICAS DE EXTENSÃO

Segundo o PDI da Faculdade do Vale do Araranguá, a função da Extensão é compreendida e fomentada “como um mecanismo acadêmico de formação que articula a produção científica e sua transmissão, com a aplicação e transferência dos resultados. Isto se faz num processo educativo, acadêmico, científico, cultural e comunitário que relaciona a Pesquisa e o Ensino de forma indissociável.”. (PDI – FVA, p.90). Neste sentido, a Extensão deve ser entendida como meio de produção do conhecimento, elemento de transformação da sociedade nas relações com a Faculdade e a comunidade. Assim, cabe a IES fomentar mecanismos de comunicação interna e externa que contribuam nestas relações. No entanto, ainda de acordo com o PDI, cabe-nos registrar que “a Faculdade não deve se constituir em agência de prestação de serviços, pois isto não a orienta para a produção de conhecimento, nem é sua função substituir o Estado no atendimento às diferentes necessidades sociais.”.

Na Faculdade do Vale do Araranguá as Atividades de Extensão contemplam os seguintes aspectos:

- Incentivar docentes e discentes para a participação do programa de serviços de Extensão, voltadas às necessidades da comunidade.
- Realizar eventos de cunho técnico científico sobre temas de desenvolvimento e inovação tecnológica.
- Incentivar a criação de grupos culturais, artísticos e esportivos.
- Criar grupos de consultoria nos diversos domínios de prestação de serviços a comunidade.
- Incentivar Projetos de Extensão que incluam a participação discente.
- Incentivar a elaboração e a implementação de projetos de desenvolvimento regional com a participação ativa da comunidade regional e acadêmica.
- Disseminar e divulgar a produção acadêmica (publicação e eventos).
- A Extensão é uma via para a IES transferir o conjunto social em termos de conhecimento.

13.4.1 Estratégias de Extensão no contexto do Curso Técnico em Edificações

Sob o enfoque da Extensão, o Curso de Edificações da FVA deve desenvolver atividades que promovam a interação teórica e prática dos acadêmicos e contribuam para sua

inserção no mercado de trabalho. Sendo que estes elementos podem e devem ser significativos para comunidade no qual se insere. As atividades de Extensão visam assim, qualificar as práticas educacionais do Curso e da IES, bem como avaliar o Ensino e a Pesquisa e suas relações com os ambientes sociais em que ocorrem.

Os acadêmicos participarão de projetos e eventos promovidos pelo Curso Técnico em Edificações da FVA que objetivem agregar maior conhecimento sobre a área de atuação do profissional a ser formado. Entre eles poderão acontecer a organização de eventos, cursos de curta duração, projetos interdisciplinares, viagens de estudo, seminários e semanas acadêmicas, cujo foco está no aprimoramento dos conhecimentos necessários a prática profissional, como também, na oportunidade de integrar a comunidade em discussões científicas do Ensino Superior.

As atividades de extensão devem visar a desenvolvimento regional do Vale do Araranguá no âmbito da Edificações, fundamento que define o Projeto Pedagógico do Curso. Como nos demais cursos da FVA, elas estão integradas ao Ensino e à Pesquisa de forma inseparável, através de cursos, atividades, eventos e serviços, elementos previstos no Regimento Geral e PDI da FVA.

Neste contexto, as atividades de extensão são acompanhadas pela Coordenação do Curso e orientadas pela Coordenação de Pesquisa e Extensão, órgão que tem a finalidade de coordenar, implementar e acompanhar as políticas e atividades de Extensão da IES.

13.4.2 Cursos de Iniciação Profissional

Dentre as atividades de Extensão praticadas na FVA, elencamos os Cursos de Iniciação Profissional ofertados a partir do Curso Técnico de Nível Médio em Edificações (Parecer de Autorização nº 016/2005 – CEE/SC, Parecer de atualização CEDP nº 38 de 23/04/2007). Os Cursos de Iniciação Profissional se articulam em dois objetivos comuns. O primeiro é a preparação extra do estudante da FVA para a inserção no mercado de trabalho no contexto regional, isto de acordo com suas necessidades pessoais e exigências do mercado. Segundo, os Cursos atuam como elemento de qualificação ofertada para comunidade em geral, os não estudantes dos Cursos Técnicos. Assim, as oportunidades de qualificação profissional dentro da Instituição se estruturam de acordo com a demanda de público e as necessidades do mercado de trabalho atual.

Cursos ofertados pela Escola Técnica da FVA nos últimos 10 (dez) anos:

- Planejamento e organização de canteiros de obras – 40 h/a

- Instalador de sistema elétrico – 40 h/a
- Nr10 – 45 h/a
- Instalador de sistema hidrossanitário – 40h/a
- Iluminação de interiores - 40h/a
- Modelagem em 3 d – sketchup – 60 h/a
- Computação gráfica em 2d – ferramentas livres – 60 h/a
- Paisagismo para áreas internas e externas – 40 h/a

13.5POLÍTICAS DE PESQUISA

Entre os especialistas e legislação vigente do Ensino Superior, compreende-se a Pesquisa como matéria-prima do ensino, a qual objetiva o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional. Na FVA não é diferente, o planejamento da Pesquisa é inseparável das políticas de Ensino e de Extensão, contribuindo para a qualidade dos processos educacionais, do corpo docente e discente e principalmente dos benefícios direcionados à comunidade.

As atividades de Pesquisa estão articuladas com os Cursos Técnico, Pós-Ensino técnico e com as atividades de Extensão através da participação de docentes, discentes e colaboradores técnico-administrativos da IES. Assim, a prática da investigação científica e tecnológica nas áreas do conhecimento relacionadas aos cursos Técnico fomenta a discussão de conhecimentos já adquiridos e os avanços teóricos e práticos nas respectivas áreas. Importante lembrar que este contexto de investigação e divulgação de resultados obtidos, colabora desde o aprimoramento do Projeto Pedagógico dos Cursos da IES até o estímulo à produção científica e tecnológica de temas comuns à realidade local e regional.

Segundo o PDI da FVA, as ações previstas para a Política de incentivo à Pesquisa são:

- Valorização à pesquisa junto aos acadêmicos dos Cursos Técnico incentivando-os por meio do programa de Iniciação Científica;
- Integração à pesquisa com a prática, ao colocar o discente em contato direto com a atividade científica;
- Auxílio à Instituição no cumprimento de sua junção de integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Estímulo à criação de Grupos de Pesquisa na IES.

- Oferecer condições para o aumento da produção científica do seu corpo docente;
- Estímulo à publicação e divulgação científica.

13.5.1 Estratégias de Pesquisa no contexto do Curso Técnico em Edificações

Sob o enfoque da Pesquisa, o Curso de Edificações da FVA deve desenvolver atividades que fomentem o interesse do docente e discente à investigação científica. Que estes, sintam-se motivados e assistidos no que se refere às oportunidades de pesquisa, espaços e ferramentas de trabalho na IES. E principalmente, quanto a mecanismos de divulgação científica de acordo com o público de atuação.

Além das ações previstas pelo DPI, sinalizam-se as seguintes ações correlacionadas ao Curso de Edificações da FVA:

- Buscar recursos para concessão de bolsas de pesquisa e de auxílio e de intercâmbio em órgãos oficiais de estímulo à Pesquisa;
- Viabilizar o recebimento de bolsistas de intercâmbios em nível nacional e internacional para disseminação da produção científica na IES;
- Articular a investigação científica como ferramenta para a solução de problemas locais e regionais;
- Buscar recursos nos órgãos da área das Engenharias que estimulem o fomento ao desenvolvimento de projetos de pesquisa;
- Estabelecer parcerias com empresas privadas que fomentem o desenvolvimento profissional local;
- Implementar cursos de Pós-Ensino técnico na área e reafirmar as linhas/grupos de pesquisa na IES.

Neste contexto, as atividades de Pesquisa são acompanhadas pela Coordenação do Curso e orientadas pela Coordenação de Pesquisa e Extensão, órgão que tem a finalidade de coordenar, implementar e acompanhar as políticas e atividades de Pesquisa na IES.

13.6 POLÍTICAS DE PÓS-ENSINO TÉCNICO

Os Cursos de Pós-Ensino técnico (lato sensu) têm ganhado visibilidade como um diferencial nas IES. São organizados e ofertados aos profissionais que buscam melhores

arranjos e posições no mercado de trabalho através de qualificação, reconhecimento e melhor remuneração. Nesse sentido, as especializações capacitam profissionais aptos a atuarem de forma mais específica e efetiva atendendo às exigências do mercado atual.

A FVA comprometida com o desenvolvimento regional, e principalmente com a atualização profissional de seus egressos e comunidade em geral, desenvolve ações e propõe metas para o Programa de Pós-Ensino técnico da IES. Assim, cumpre seu papel de ser uma Faculdade orientada a servir a sociedade, proporcionando ferramentas que impulsionem o desenvolvimento acadêmico contínuo. Sendo que reconhece o contexto em que o diploma de Ensino Superior vem deixando de ser um único diferencial no currículo profissional. Atualmente, quem está inserido no mercado de trabalho que valoriza a formação continuada, busca em Cursos de Pós-Ensino técnico uma oportunidade de aprimoramento intelectual e ascensão profissional.

Também é sabido que o desenvolvimento da região do Vale do Araranguá nos últimos anos demonstra um leque de oportunidades de trabalho cada vez mais especializado, o que favorece a procura por Programas de Ensino em determinadas áreas. Este trabalho consolida a ação contínua da FVA na região e promove o reconhecimento da comunidade como instituição cada vez mais comprometida com seu lugar e seu tempo.

Neste contexto, as atividades de Pós-Ensino técnico são programadas e coordenadas pela Coordenação de Pós-Ensino técnico da Faculdade do Vale do Araranguá e acompanhadas pelas Coordenações de Cursos. A qual organiza Cursos de Especialização *Lato Sensu* voltados para profissionais formados em áreas correlatas aos Cursos ofertados na IES e também, de acordo com as exigências do mercado regional. Assim, a preocupação com a qualidade se faz presente essencialmente através do corpo docente, estrutura física e serviços ofertados e no “feedback” dos egressos da FVA e demais profissionais locais.

Nesta perspectiva, os cursos técnicos mediante sua proposta política pedagógica, têm como um de seus objetivos propiciarem oportunidades de Especialização, estimulando a formação contínua. Além da qualificação profissional, o pós-graduado pode se preparar para as atividades de pesquisa e formação docente em sua área de atuação, contribuindo para o crescimento científico e profissional da própria FVA.

O Curso de Edificações por sua vez, participará da organização de programas de Especialização voltados para formados em áreas correlatas ao Curso a partir de seu funcionamento na IES. Estes deverão oportunizar a complementação e enriquecimento dos conhecimentos construídos ao longo do curso Técnico.

13.7 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

13.7.1 Programa de Nivelamento

O Programa de Nivelamento constitui uma iniciativa Institucional para a avaliação progressiva e contextualizada da relação ensino/aprendizagem, destinada a todos os acadêmicos da Ensino técnico e será aplicada pelos docentes das áreas afins, dentro de sua carga de contratação para as atividades letivas. Inclui-se neste programa, reforço pedagógico, práticas laboratoriais, desenvolvimento de projetos de pesquisa, atividades de extensão comunitária, sempre com objetivo de integrar os acadêmicos à realidade profissional e pedagógica.

Promovido pela Coordenação de Apoio ao Estudante – Caes, o Programa oportuniza a recuperação da aprendizagem ou o adiantamento dos estudos em disciplinas específicas a fim de minimizar as dificuldades encontradas e potencializar as habilidades do acadêmico no Curso Técnico.

O Programa já oferta os seguintes Cursos de Nivelamento comuns aos Cursos da FVA:

- Curso de Matemática Básica (10h)
- Curso de Física Básica (10h)
- Curso de Leitura e Produção Textual (10h)
- Curso de Informática Básica (10h)
- Curso de Oratória (10h)
- Curso de Produção de Trabalhos Acadêmicos (10h)

O Programa de Nivelamento é avaliado de forma processual pela Direção de Ensino. Os discentes também avaliam cada Curso por meio de fichas avaliativas de satisfação quanto à organização do curso e à dinâmica de trabalho desenvolvida pelo professor. Ao final de cada oferta, a Secretaria Acadêmica e a Coordenação do Programa disponibilizam a Certificação de participação, cujas horas poderão ser contabilizadas como Atividades Complementares.

13.7.2 Apoio Psicopedagógico

O Psicopedagogo Institucional, vinculado às Coordenações de Cursos, priorizará sua atuação na intervenção, dando assistência aos professores e aos acadêmicos da IES para melhoria das condições do processo ensino-aprendizagem, bem como para prevenção dos problemas de aprendizagem, avaliando os acadêmicos com intuito de favorecer o desenvolvimento da potencialização humana no processo de aquisição do saber.

Especificamente, o Psicopedagogo Institucional, no Ensino Superior poderá priorizar a sua atuação:

- Na intervenção, visando a solução dos problemas de aprendizagem, tendo como enfoque o Aprendiz e a Instituição de Ensino;
- Na realização do diagnóstico e intervenção psicopedagógica, utilizando métodos, instrumentos e técnicas próprias da psicopedagogia;
- No desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos, relacionados ao processo de aprendizagem e seus problemas;
- Oferecer Assessoria Psicopedagógica aos trabalhos realizados no espaço da Instituição;
- Orientar, coordenar e supervisionar as questões de ensino aprendizagem decorrentes da estrutura curricular;
- Acompanhar e interferir na relação professor-aluno nos aspectos subjetivos;
- Reorientar nas questões vocacionais;
- Assessorar e orientar no cumprimento do Projeto Pedagógico;
- Acompanhar a implementação e implantação de nova proposta metodológica de ensino;
- Promover encontros socializadores entre corpo docente, discente, coordenadores, corpo administrativo e de apoio, e dirigentes;
- Acompanhar os acadêmicos com dificuldades de aprendizagem;
- Cooperar na correção de funções cognitivas deficientes;
- Ajudar na aquisição de conceitos básicos;
- Proporcionar momentos de reflexão sobre a ação educativa.

O Setor da Psicopedagogia atuará em conjunto com o acompanhamento pedagógico ao Currículo e buscará a formulação de um diagnóstico psicológico precoce, com objetivos centrados para identificar as dificuldades emocionais dos acadêmicos, situações de

conflitos, distúrbios emocionais, realizando ações para a prevenção do estresse e identificando fatores que o potencializam na profissão.

13.7.3 CAES – Coordenação de Apoio ao Estudante

O CAES – Coordenação de Apoio ao Estudante é órgão vinculado a Direção de Ensino que tem por função acompanhar os acadêmicos ao longo da Ensino técnico, assistindo-os em suas dúvidas e ansiedades, favorecendo assim, o desenvolvimento pessoal, social e cultural essenciais à formação e qualificação profissional.

As políticas do CAES foram desenvolvidas na busca pela democratização da permanência do discente, sua integração e participação na IES, tendo em vista o apoio ao aprendizado e a otimização do ensino desenvolvido pela FVA no cumprimento de sua missão e da visão dela decorrente.

O apoio desenvolvido pelo CAES possibilita auxílio na identificação das dificuldades encontradas pelo discente no decorrer de seus estudos, sejam elas atuais ou advindas de sua formação anterior, e a busca de soluções que permitam um melhor aproveitamento no processo de aprendizagem.

São áreas de atuação do CAES:

- Programa de Acompanhamento Institucional: Apoio Pedagógico às Coordenações de Cursos e Direção de Ensino;
- Projetos de Integração/Comunidade Acadêmica;
- Programa de Acompanhamento Acadêmico: Processos Seletivos de Ingresso; Programa de Nivelamento, Projeto Enade e Projetos Interdisciplinares;
- Programas de Bolsas e Assistência Estudantil: UNIEDU, PROUNI e FIES;
- Participação no Programa de Avaliação Institucional.

São fundamentos que norteiam as práticas da Coordenação de Apoio ao Estudante:

Integração: A ação do CAES deve estar embasada nos documentos básicos institucionais, tais como: PDI, PPCs e, com as recomendações emanadas da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Flexibilidade: A abordagem do CAES deve ser dinâmica, com intuito de adequar-se aos diferentes tipos de acadêmicos que compõem o corpo discente da IES em seus diferentes Cursos, com seus diferentes perfis e exigências.

Acessibilidade: As ações devem ser estendidas a todos os acadêmicos da IES, na medida de suas necessidades e, na busca por atender as exigências da Instituição.

Abaixo, elencam-se atribuições da Coordenação de Apoio ao Estudante:

I. Realizar o acompanhamento das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, no Planejamento Estratégico definidos pela Instituição no que diz respeito ao corpo discente e egresso;

II. Contribuir para a preparação dos acadêmicos concluintes dos Cursos Técnico para a inserção dos mesmos no mercado de trabalho;

III. Apoiar os egressos em suas relações de qualificação profissional, por meio de Programas de Formação Continuada e da Política de Ensino de Pós-Ensino técnico praticada pela IES;

IV. Zelar pela qualidade de ensino, por seu contínuo aperfeiçoamento e pela constante melhoria do aprendizado ofertado pela Faculdade;

V. Analisar semestralmente os resultados da Avaliação do Processo Acadêmico realizadas pela CPA, detectando necessidades a serem corrigidas e potencialidades a serem reforçadas;

VI. Analisar semestralmente os dados estatísticos referentes ao rendimento escolar dos acadêmicos, nos diferentes componentes das estruturas curriculares de todos os Cursos;

VII. Verificar semestralmente os dados referentes à movimentação acadêmica dos Cursos, tais como: transferências, cancelamentos e trancamentos;

VIII. Elaborar o Plano de Ações Semestral da CAES, com base no diagnóstico resultante das análises referidas anteriormente e nos Programas Institucionais de Apoio ao Discente e, submetê-lo à aprovação da Direção de Ensino;

IX. Realizar o levantamento de alternativas de solução, articular a elaboração de políticas e propostas visando a eliminação das fragilidades e as possibilidades de apoio da CAES em vista a análise dos resultados da Avaliação do Processo Acadêmico;

X. Desenvolver as ações previstas no Planejamento semestral do CAES;

XI. Realizar a articulação e contribuir com as Coordenações dos Cursos Técnico da FVA no acompanhamento e desenvolvimento dos estágios curriculares obrigatórios e não

obrigatórios, buscando ampliar cada vez mais o espaço de aprendizado discente pela via da atuação profissional;

XII. Manter articulação com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), responsável pela avaliação institucional interna da Faculdade do Vale do Araranguá, com a finalidade de integrar ações;

XIII. Gerir e acompanhar todos os processos de Bolsas de Ensino, Pesquisa e Extensão da FVA, seja de âmbito institucional, municipal, estadual ou federal;

XIV. Gerir e acompanhar todos os processos de Financiamento Estudantil, seja no âmbito institucional, municipal, estadual ou federal;

XV. Elaborar relatórios semestrais de ações desenvolvidas pela CAES;

XVI. Gerir e acompanhar todas as comissões referentes a Bolsas e Financiamentos do Ensino.

13.7.4 Programa de Apoio Financeiro

A FVA proporciona variadas formas de auxílio para possibilitar o ingresso e permanência do acadêmico no Ensino Superior:

- *PROUNI – Programa Universidade para Todos*: É uma política pública que favorece a inclusão social e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos (integrais e parciais) nas instituições de ensino privadas para estudantes de baixa renda, variando com a disponibilidade de vagas no curso e concorrência a bolsa de estudos. Suas inscrições ocorrem 2 (duas) vezes ao ano.

- *FIES - Fundo de Financiamento Estudantil*: O Fies é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a ensino técnico no Ensino Superior de estudantes matriculados em instituições privadas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Para solicitar o financiamento, os acadêmicos deverão fazer suas inscrições no SisFIES e validar suas informações na Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA) e por fim comparecer a um agente financeiro do FIES (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil).

- *UNIEDU – Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina*: É um programa do Estado de Santa Catarina, executado pela Secretaria da Educação, que agrega todos os programas de atendimento aos estudantes da educação superior, fundamentados

pelos Artigos 170 e 171 da Constituição Estadual e pela lei do Fundo Social. As bolsas do UNIEDU favorecem a inclusão de jovens no ensino superior com dificuldades de realizar os seus estudos, e que atendem aos requisitos estabelecidos na regulamentação dos programas, com bolsas de estudo e de pesquisa e extensão, integrais e parciais, para estudantes residentes em Santa Catarina matriculados em Cursos Técnico presenciais, nas instituições de ensino superior habilitadas pelo MEC ou pelo Conselho Estadual de Educação e cadastradas na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina para participarem do Programa UNIEDU.

A FVA participa do Programa e concede bolsas parciais e integrais nos Cursos Técnico por ela ofertados em Processos Seletivos específicos conduzidos pela Comissão UNIEDU no âmbito instituição.

13.7.5 Projeto ENADE

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e afere o desempenho de estudantes com relação aos conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), quanto a Formação Geral, Habilidades e Competências necessárias à formação e ao exercício profissional.

A FVA considera a avaliação como prática contínua que deve estar incorporada a vida acadêmica. Com esse intuito as Coordenações dos Cursos Técnico, Comissão Própria de Avaliação e Coordenação de Apoio ao Estudante formataram o Projeto “ENADE - VALORIZE SEU DIPLOMA”.

O Projeto tem por objetivo preparar e estimular os acadêmicos para prestarem a avaliação, por meio de atividades metodológicas baseadas nas questões do ENADE de anos anteriores e, também, nas legislações pertinentes. O Programa também beneficia a preparação do acadêmico para os concursos públicos e inserção no mercado de trabalho. Ressalta-se ainda, o intuito de atingir grau de excelência no exame, alcançando índices positivos na avaliação da IES.

13.7.6 Diretório Acadêmico – DA

Entidade de representação estudantil dos Cursos Técnico da FVA. É um canal de reivindicações e sugestões dos acadêmicos sobre condições de Ensino e infraestrutura, docentes, mudanças curriculares, entre outros. Por intermédio do DA, podem-se tirar dúvidas sobre situações da vida acadêmica; fazer solicitações para participação de congressos/conferências e encaminhar propostas em defesa estudantil. O DA também tem por objetivo implantar políticas acadêmicas que busquem integrar os acadêmicos dos Cursos da FVA, com intuito de promover o bem-estar e o lazer no ambiente educacional.

13.8 POLÍTIAS DE APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS INTERNOS, EXTERNOS E A PRODUÇÃO DISCENTE

A realização de eventos internos e externos da IES acontece em sua maioria, por meio de recursos próprios, e em alguns casos, com recursos advindos de parcerias com órgãos públicos ou empresas privadas. Não há estabelecido um programa específico de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente. Assim, faz-se necessário priorizar o estabelecimento de programas internos de apoio a realização de eventos, que articulem a pesquisa ao ensino e à extensão, como maneira de garantir a publicidade dos resultados oriundos das práticas acadêmicas da IES.

O estímulo à participação discente na organização, realização e participação em atividades artísticas e culturais, no âmbito do Curso de Edificações e em cursos correlatos deve ser uma prática cotidiana da IES. Eventos como Semana Acadêmica e o Seminário interdisciplinar, já realizados na FVA, serão mantidos e ampliados, afirmando o compromisso com atividades voltadas à ampliação e difusão do conhecimento correlato a sua futura área de atuação.

O Curso pretende ainda buscar auxílio através de parcerias com o Departamento de Pesquisa e Extensão, aos acadêmicos integrantes de Grupos de Estudo, por exemplo, para participação em eventos e/ou patrocínios para competições e atividades acadêmicas.

14. EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES

MODULO I

Disciplina	Leitura e Produção Textual	Carga Horária	52h/a	CH Prática	9h/a
				CH Teórica	43h/a

EMENTA

As relações entre linguagem oral e escrita. As funções da escrita. Escrita acadêmica: resenha, fichamentos e artigos. A intertextualidade como recurso de escrita. Paráfrase, citação textual e sínteses. Planejamento da escrita. Organização e construção das ideias do texto. Estrutura, ordenação e desenvolvimento do parágrafo. Argumentação e ritmo nas escritas acadêmicas. Adquirir conhecimento sobre técnicas e procedimentos para a realização de trabalhos científicos e pesquisas de acordo com as Normas da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver postura enunciativa oral e escrita, entendendo-a como instrumento auxiliar à exploração e divulgação do conhecimento; a sua integração e atuação social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, José G Herculano de. **Teoria da Linguagem**. Coimbra, Atlântida, 1967.
 INFANTE, Ulisses. **Curso de Gramática Aplicada aos textos**-São Paulo: Scipione, 1995.
 LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira**. São Paulo: Globo, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. rev. ampl. E atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
 CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa** -São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.
 CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**

Disciplina	Representação Gráfica	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Conceitos Gerais de Desenho Técnico; Instrumentos, Ferramentas e Normas; Escalas; Lay-outs; Métodos de composição e reprodução de desenhos; Regras básicas para desenho a mão livre; Projeções e cotas.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o conhecimento específico em desenho técnico, necessário para que possam desenvolver o passo a passo do Processo de Graficação de Projetos de Arquitetura e Engenharia, com planta baixa, de cobertura, de situação, de locação, cortes e fachadas de uma edificação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRENCH, Thomas E; VIERCK, Charles J. **Desenho técnico e tecnologia gráfica**. Tradução de Eny Ribeiro Esteves ... [et al.]. 8. ed. São Paulo: Globo, 2005..
 MAGUIRE, D. E.; SIMMONS, C.H. **Desenho Técnico: problemas e soluções gerais de desenho**. São Paulo: Hemus, 2004..
 CHING, Francis D. K. **Representação gráfica em arquitetura**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KUBBA, Sam A. A. **Desenho Técnico para Construção**. Porto Alegre: Bookman, 2014.
 NEIZEL, Ernst. **Desenho Técnico para a Construção Civil**. São Paulo: E.P.U., 2014
 SPECK, Henderson José. **Manual Básico de Desenho Técnico**. 8. ed. Florianópolis: UFSC, 2014.

Disciplina	Matemática	Carga Horária	72h/a	CH Prática	36h/a
				CH Teórica	36h/a

EMENTA

Conceitos básicos sobre unidades de medidas, capacidades e volumes. A exploração das grandezas proporcionais e suas aplicações ao estudo das razões, proporções, escalas e porcentagens. O estudo do triângulo retângulo, explorando as relações métricas e as relações trigonométricas, para depois aplicar esses conhecimentos na resolução de triângulos quaisquer. Estudar a condição de alinhamento de três pontos. Estudar áreas e volumes de figuras planas e espaciais conhecidas para depois calcular áreas e volumes de quaisquer figuras planas e espaciais.

OBJETIVO GERAL

Refletir e discutir os conceitos básicos da Matemática, de modo a revisitar, recordar, e reaplicar os mesmos, partindo da linguagem e do tempo próprio dos alunos e estabelecendo inter-relações com as demais disciplinas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSQUILHA, A., CORRÊA, M. L. P., VIVEIRO, T. C. **Mini manual Compacto De Matemática: teoria e prática**. - / - 2. ed. rev. - São Paulo: Rideel, 2003.
 IEZZI, G, DOLCE O; DEGENZAJN, D; PÉRIGO, R; ALMEIDA, N. **Matemática – Ciências e Aplicações – 7ª Ed**. – São Paulo: Saraiva, 2013.
 PAIVA, M. **Matemática Plus**. São Paulo: Moderna, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAIO, Waldemar de. **Fundamentos de Matemática - Álgebra - Espaços Métricos e Topológicos**. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
 MORETTIN, Pedro Alberto. **Cálculo: função de uma e várias variáveis**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
 ZAHN, Maurício; MENESES, Lisiane Ramires. **Um Curso de Cálculo**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda., 2013.

Disciplina	Construção Civil I	Carga Horária	72h/a	CH Prática	36h/a
				CH Teórica	36h/a

EMENTA

Aplicações e condições ideais de emprego dos materiais básicos para Construção Civil, com base nos aspectos de obtenção, extração ou fabricação; Aplicar métodos de classificação de materiais para cada edificação; Conhecer ensaios tecnológicos e de campo; Características e propriedades dos materiais de construção; Especificação de materiais..

OBJETIVO GERAL

Conhecer as propriedades e aplicações dos materiais básicos para Construção Civil..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, Alberto de Campos. **Prática das Pequenas Construções**. 9. ed. São Paulo: Blucher, 2009.
 BOULOMYTIS, Vassiliki Terezinha Galvão; FANTINATTI, Pedro Augusto Pinheiro; SOARES, Silvette Mari. **Noções de Construção Civil**. Curitiba: Livro Técnico, 2013.
 HOLTZAPPLE, Mark Thomas; REECE, W. D. **Introdução à Engenharia**. Rio de Janeiro, LTC, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, Alberto de Campos. **Prática das Pequenas Construções**. 9. ed. São Paulo: Blucher, 2009.
BOULOMYTIS, Vassiliki Terezinha Galvão; FANTINATTI, Pedro Augusto Pinheiro; SOARES, Silvete Mari.
Noções de Construção Civil. Curitiba: Livro Técnico, 2013.
HOLTZAPPLE, Mark Thomas; REECE, W. D. **Introdução à Engenharia**. Rio de Janeiro, LTC, 2015..

Disciplina	Informática	Carga Horária	72h/a	CH Prática	48h/a
				CH Teórica	24h/a

EMENTA

Sistemas computacionais como ferramentas capazes de adequar, racionalizar e agilizar atividades relacionadas com o setor de projetos e obras de construção civil; considerando a utilização da Internet, para pesquisa e comunicação profissional, a elaboração e manipulação de textos, planilhas eletrônicas, apresentações multimídia.

OBJETIVO GERAL

Conhecer e aplicar processadores de textos, planilhas de cálculos, softwares de apresentação de banco de dados voltados ao Curso Técnico em Edificações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAURINDO, Fernando José Barbin. **Tecnologia da informação: Planejamento e Gestão de Estratégias**. São Paulo: Atlas, 2008. 328 p.
BORGES, Klaibson Natal Ribeiro. **LibreOffice Para Leigos: Facilitando a vida no escritório**. 2010. 144 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2010. 428 p.
POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 210p.

MODULO II

Disciplina	Projetos Arquitetônicos I	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA
<p>Uso apropriado de escalas: implantação, elevação, situação e localização; Projeções ortogonais de diferentes escalas em projeto: implantações, situação e localização, plantas baixas, cortes e fachadas; Detalhamentos: limites, especificações técnicas e da materialidade; Leitura e interpretação de projetos. Composição espacial em diferentes níveis de detalhamento.</p>

OBJETIVO GERAL
<p>Proporcionar aos alunos o conhecimento específico necessário para que possam desenvolver desenhos técnicos nas normas técnicas de graficação (ABNT).</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>Montenegro, Gildo. Desenho Arquitetônico. Estephanio, Carlos. Desenho Técnico. SPECK, Hidelbrando José, Manual Básico de Desenho, Editora da UFSC. FRENCH, Thomas E; VIERCK, Charles J. Desenho técnico e tecnologia gráfica. Tradução de Eny Ribeiro Esteves ... [et al.]. 8. ed. São Paulo: Globo, 2005.</p>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>SPECK, Hidelbrando José, Manual Básico de Desenho, Editora da UFSC. NBR 6492 Representação de projetos de arquitetura, 1994</p>

Disciplina	Ética e Legislação Profissional	Carga Horária	52h/a	CH Prática	ND
				CH Teórica	ND

EMENTA
<p>Conceitos sobre Ética, Moral e Caráter; Relações entre a Ética e a Cidadania: Direitos e Deveres - O exercício da Ética cidadã; A Ética profissional: o Código de Ética legal; O CREA e as atribuições técnicas; As relações profissionais entre Técnicos e Engenheiros.</p>

OBJETIVO GERAL
<p>Conscientizar o aluno sobre a sua condição de futuro profissional, as atribuições que lhe serão concedidas, suas responsabilidades sociais, ambientais e de classe, aferindo o valor do trabalho empreendido enquanto Técnico de Edificações.</p>

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONFEA - **Código de Ética Profissional do Sistema CONFEA/CREAS**. Resolução nº 1002 de 26 de novembro de 2002. Disponível no site http://normativos.confea.org.br/ementas/lista_ementas.asp.
 MACEDO, Edison Flávio; PUSCH, Jaime. **Código de ética profissional comentado: engenharia, arquitetura, agronomia, geologia, geografia, meteorologia**. 4ª Ed. Brasília, DF: CONFEA, 2011. 254 p.
 PROHMANN, Nelson Ricardo. . **O ensino da ética profissional nas faculdades de arquitetura: uma análise da sua relevância na formação do arquiteto**. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAGUNDES, Márcia Botelho. **Aprendendo valores éticos**. 5ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 111 p.
 LLOYD, Dennis. **A idéia de lei**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1985. 301 p.
 MARTINEZ, Paulo. **Direitos de cidadania: Um lugar ao sol**. São Paulo: Ed. Scipione, 1996.

Disciplina	Solos e Movimentação de Terras	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	72 h/a

EMENTA

Introdução à topografia; Identificação dos equipamentos para levantamento topográfico; Levantamentos plani-altimétricos; Cálculo de áreas, volumes, ângulos internos e externos de um terreno; Confeção de croqui de situação e locação de obras. Classificação dos solos; Sondagens; Identificação da capacidade de absorção de cargas do Solo; Adensamento, liquefação e outros condicionantes. Identificação dos solos; Equipamentos e técnicas de compactação de solos; Cálculo de cortes de aterros..

OBJETIVO GERAL

Interpretar os principais ensaios de caracterização dos solos, determinar as tensões existentes no maciço de solo, apresentar o processo de percolação de água através do maciço e metodologia para o dimensionamento de fundações rasas..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PINTO, Carlos de Souza. **Curso Básico de Mecânica dos Solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.
 CAPUTO, Homero Pinto. **Mecânica dos Solos e suas Aplicações**. 6 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 6122. **Projeto e execução de fundações**. Rio de Janeiro, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABGE. **Geologia de engenharia**. São Paulo:, ABGE. 586 p.
 JOPPERT JÚNIOR, Ivan de Oliveira. **Fundações e contenções de edifícios**. Pini, São Paulo, 2007.
 LEAL, Ubiratan. **Fundações rasas**. Técnica 83, 2004. RIPPER, Ernesto. **Como evitar erros na construção**. São Paulo: PINI, 1986. 122p.

Disciplina	Construção Civil II	Carga Horária	72 h/a	CH Prática	
				CH Teórica	72h/a

EMENTA

Dosagem de Concreto e Argamassas; Técnicas de execução de obras civis e alvenaria convencional; Características e propriedades dos materiais de acabamento nas obras: revestimentos, impermeabilizações, pinturas e fechamentos diversos.

OBJETIVO GERAL

Interpretar os principais conceitos de dosagem de concreto e argamassas na construção civil. Compreender as propriedades, as aplicações e condições ideais de emprego dos materiais de acabamento para

Construção Civil, com base nos aspectos de obtenção, extração ou fabricação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, Alberto de Campos. **Prática das Pequenas Construções**. 8a edição. São Paulo: Edgard Blücher, 1996. p. 323
CHING, Francis D. K. , ADANS, Cassandra. **Técnica de Construção Ilustradas**. Porto Alegre: Ed. Bookman. 2001.
THOMAZ, Ercio. **Tecnologia Gerenciamento e Qualidade na Construção**. São Paulo: Ed. PINI. 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIPPER, Ernesto. **Manual pratico de materiais de construção: recebimento**. São Paulo: PINI, 1995. 252p.
PERONDI, Zeno. **Manual Prático da Impermeabilização e de Isolação Térmica**. São Paulo: PINI.
YAZIGI,W. **A técnica de edificar**. São Paulo. Editora Pini : SindusCon - SP - 1997 p.628

Disciplina	Resistencia dos Materiais	Carga Horária	72 h/a	CH Prática	8 h/a
				CH Teórica	64 h/a

EMENTA

Conhecer as propriedades físicas dos elementos estruturais empregados na Construção Civil. Propriedades e características de cada peça separadamente. Analisar a funcionalidade edificante em um só bloco; relacionar as tensões e esforços do conjunto estrutural.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos estudantes o conhecimento sobre as tensões e esforços gerados no sistema construtivo estrutural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SCHIEL, F. - **Introdução à resistência dos materiais. Fascículos I, II e III. 6a edição. São Carlos**. Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo (EESC-USP). 1976 (Publicação no 125).
SILVA JR., J. F. - **Tabelas para o cálculo de estruturas pelo método da energia de deformação**. São Paulo. Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT).
STAMATO, M. C. - **Deslocamentos em estruturas lineares. 4a edição**. São Carlos. Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo (EESC-USP).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS - NBR 6118. **Projeto de Estruturas de Concreto**. Rio de Janeiro, 2014.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS - NBR 6120. **Cargas para o cálculo das edificações**. Rio de Janeiro, 1980.
SANTOS, L.M. **Cálculo de Concreto Armado**. São Paulo, Ed. LMS, 1983.

MODULO III

Disciplina	Projetos Arquitetônicos II	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Composição planejada em diferentes escalas do desenho de representação projetual através de ferramenta digital CaD: Informações, ambiente e configuração de trabalho: Layers, coordenadas e estilos; Apropriação das ferramentas digitais: Linhas, formas e captura; Modificações; Medições e cotas; Blocos e inserções; Plotagens: configurações, escalas e visualizações. Condicionantes físico-ambientais: topografia, entorno construído, acessos e áreas preserváveis; Condicionantes legais: Zoneamento urbano, permissibilidades, recuos, alturas, índices e taxas limitantes da construção; Códigos de Obras e Posturas; Layout de ambientes..

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o conhecimento específico necessário utilização dos conceitos de desenho técnico em projetos mecânicos em ferramentais de desenho (Sistema CAD)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RIBEIRO, Antônio. **Curso de Desenho Técnico e Autocad**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pearson, 2013.
KATORI, Rosa. **Autocad 2011: Projetos em 2 D**. 1. ed. São Paulo: Senac, 2010.
OLIVEIRA, Bandeira de Oliveira. **Sketchup aplicado ao projeto**. 1. ed. São Paulo: Novatec, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MONTENEGRO, Gildo. **Desenho Arquitetônico**. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2001.
COSTA, Lourenço. **Autocad 2015**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
MOSS, Elise. **Introdução ao Revit 2012**. 1. ed. São Paulo: Ciência Moderna, 2012.

Disciplina	Estabilidade das Construções	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Propriedades e características no dimensionamento de Lajes e Vigas. Propriedades e características no dimensionamento de Pilares. Cálculo e diagrama de esforços; Interpretação de Projetos Estruturais.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o conhecimento específico necessário para análise de estruturas em concreto armado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEER, F.P.; JOHNSTON, Jr. E. R. **Resistência dos Materiais**. 3. ed. São Paulo: Makron Books; 1995.
MARGARIDO, Aluizio F. **Fundamentos de Estruturas**. São Paulo: Zigurate, 2003.
BOTELHO, Manoel H. C. **Concreto Armado Eu Te Amo**. v. 2. São Paulo: Blucher, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRAIG, Jr. R. **Mecânica dos Materiais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos – LTC, 2003.
GERE, J. M. **Mecânica dos Materiais**. São Paulo: Thompson Learning, 2003.
POPOV, E. P. **Introdução à mecânica dos sólidos**. São Paulo: Edgard Blucher, 1978.

Disciplina	Sistema Construtivos	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Alvenarias estruturais e elementos pré-moldados. Condições climáticas locais; Eventos bioclimáticos de risco; Carta solar e iluminação natural; Climatização: controle ambiente de umidade e temperatura; Isolamento térmico e acústico de ambientes. Características e especificações de novas tecnologias e sistemas construtivos alternativos.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos os conhecimentos relativos aos sistemas construtivos usuais, assim como de novas tecnologias aplicadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, Wesley Jorge; BERALDO, Antônio Ludovico. **Tecnologias e materiais alternativos de construção**. São Paulo: UNICAMP, 2013.
BORGES, Alberto de Campos. **Práticas das pequenas construções**. 9. ed. v.1. São Paulo: Blucher, 2009.
BAUER, L. A. F. coord. **Materiais de Construção**. 5 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOULOMYTIS, Vassiliki Terezinha Galvão; FANTINATTI, Pedro Augusto Pinheiro; SOARES, Silvet Mari. **Noções de Construção Civil**. Curitiba: Livro Técnico, 2013.
HOLTZAPPLE, Mark Thomas; REECE, W. D. **Introdução à Engenharia**. Rio de Janeiro, LTC, 2015.

Disciplina	Instalações Hidráulicas	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Dimensionamento de consumo e dos ramais. Sistemas de aquecimento de águas, aplicações e rendimentos; Materiais e sistemas empregados; Normas técnicas vigentes; Reservação e distribuição; Dimensionamento de consumo e dos ramais; Isolamento térmico dos ramais. Sistemas básicos de prevenção e combate a incêndios; Normas técnicas vigentes; Classificação de risco por ocupação e população.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos os conhecimentos relativos aos sistemas hidráulicos empregados em edificações residenciais. Sistemas prediais de água fria, água quente, esgotos sanitários, águas pluviais, gás e de combate a incêndio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Instalação predial de água fria** – NBR5626. Rio de Janeiro, 1998.
 MACINTYRE, A. J. **Instalações Hidráulicas Prediais e Industriais**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 2010.
 CREDER, Hélio. **Instalações Hidráulicas e Sanitárias**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRENTANO, Telmo. **Instalações Hidráulicas de Combate a Incêndio nas Edificações**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
 CARVALHO JÚNIOR, Roberto de. **Instalações Hidráulicas e o Projeto de Arquitetura**. 3. ed. São Paulo: Edgard Bluncher, 2009.

Disciplina	Sustentabilidade Ambiental	Carga Horária	54h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

O meio natural e o conceito de Sustentabilidade; Áreas urbanas e áreas antropizadas; Medidas mitigadoras de impacto e a compensação; Tecnologias verdes; Reaproveitamento, reciclagem e destinação de resíduos na construção civil.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos os conhecimentos relativos aos conceitos básicos de Sustentabilidade Ambiental voltados para Construção Civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Resolução CONAMA n.º. 307, de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção. 3 Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de julho de 2002.
 DANTAS, J. L. **Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil**. João Pessoa: Inspira Comunicação e Design, 2001.
 D'AVIGNON, A.; et al. **Manual de auditoria ambiental**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J. R.; MELLO, C. S.; CAVALCANTI, Y. **Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação**. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2004. CIB – Agenda 21 para a construção sustentável. trad. de I. Gonçalves, T. Whitaker. ed. de G. Weinstock, D. M. Weinstock. São Paulo: s.n., 2000.
 DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
 JOHN, V. M. **Reciclagem de resíduos na construção civil: contribuição à metodologia de pesquisa e desenvolvimento**. São Paulo: EPUSP, 2000. (Tese de Livre Docência).

Disciplina	Trabalho de Conclusão de Curso I	Carga	72h/a	CH Prática	
-------------------	----------------------------------	--------------	-------	-------------------	--

		Horária		CH Teórica	
--	--	----------------	--	-------------------	--

EMENTA					
Integração e síntese de conhecimentos dentro da Construção Civil; aplicação de conceitos sobre metodologia em ciência e tecnologia para elaboração e apresentação de um projeto de trabalho escrito e defesa do mesmo diante de uma banca examinadora.					

OBJETIVO GERAL					
Proporcionar aos alunos a elaboração de um projeto de pesquisa, a escolha do aluno e sob orientação de um de seus professores, com objeto vinculado a um dos eixos temáticos do curso e que justifique a adoção da prática construtiva de forma eficiente, sustentável e aplicável em edificações de pequeno porte.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
LAKATOS, Eva Maria & Marconi, Marina de Andrade. Metodologia científica . 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005. GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . São Paulo: Atlas, 2006. SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico . 22. ed. São Paulo: Cortez, 2005.					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). Pesquisa participante . 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa . 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. SALOMON, D.V. Como fazer uma monografia . 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001					

MODULO IV

Disciplina	Projetos Arquitetônicos III	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA					
Entendimento de representação gráfica de construção civil: Elementos e medidas; Desenho de concreto armado: formas e peças; Desenho de alvenarias estruturadas e sistemas alternativos; Desenho de aço e madeira. Propriedades e características de estruturas de aço e sistemas complementares (Elétrica e Hidráulica).					

OBJETIVO GERAL					
Proporcionar aos alunos o conhecimento específico necessário para elaboração de um projeto completo, contendo Projeto Arquitetônico e Complementares.					

BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
RIBEIRO, Antônio. Curso de Desenho Técnico e Autocad . 1. ed. Rio de Janeiro: Pearson, 2013. KATORI, Rosa. Autocad 2011: Projetos em 2 D . 1. ed. São Paulo: Senac, 2010. OLIVEIRA, Bandeira de Oliveira. Sketchup aplicado ao projeto . 1. ed. São Paulo: Novatec, 2015.					

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
----------------------------------	--	--	--	--	--

MONTENEGRO, Gildo. **Desenho Arquitetônico**. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2001.
 COSTA, Lourenço. **Autocad 2015**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
 MOSS, Elise, **Introdução ao Revit 2012**. 1. ed. São Paulo: Ciência Moderna, 2012.

Disciplina	Instalações Elétricas	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Introdução em elétrica básica; Apropriação da NBR-5410; Interpretação de projetos elétricos e simbologias; Dimensionamento das cargas de instalações elétricas residenciais; Dimensionamento dos eletrodutos e condutores. Divisão de circuitos elétricos; Quantificação de projetos elétricos; Especificações gerais dos projetos elétricos residenciais; Diagrama unifilar; Luminotécnica. Considerações e Normas sobre instalações elétricas prediais e em condomínios; Noções sobre Instalações de máquinas e equipamentos elétricos; Elaboração e confecção de projeto elétrico residencial completo; Conceitos de segurança em NR10..

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o conhecimento específico necessário para análise de instalações elétricas prediais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMA FILHO, Domingos Leite. **Projetos de Instalações Elétricas Prediais**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
 COTRIM, A.A.M.B. **Instalações elétricas**. São Paulo: Makron, 2003.
 NERY, N. **Instalações elétricas**. São Paulo: Eltec, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MTE. NR10: **segurança em instalações elétricas e serviços em eletricidade**, 2004.
 MACHADO, Clóvis. **Manual de Projetos Elétricos**. Bibliotheca 24 horas, 2009.
 VISACRO, Silvério. **Aterramentos Elétricos**. São Paulo: ARTLIBER, 2002

Disciplina	Gerenciamento de Obras	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Orçamentos estimativos e Memoriais descritivos; Composição de Cronograma físico e financeiro; Aferição de BDI; Normas técnicas; Projeto e organização do trabalho em canteiro; Produção e produtividade; Indicadores e resultados de execução; Gerenciamento e controle de qualidade; Etapas de desenvolvimento de projetos.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar a gestão plena de obras de construção civil, aplicando gestão de pessoas e dinâmica entre as diversas áreas que a compõem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NBR 12721, **Incorporação Imobiliária**. São Paulo: Pini, 2005.
 LIMMER, Carl Vicente. **Planejamento, orçamentação e controle de projetos e obras**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
 MATTOS, Aldo Dórea, **Planejamento e Controle de Obras**. São Paulo: PINI, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Roberto Sales, **Orçamento de Obras em Foco**. São Paulo: PINI, 2009.
 GOLDMAN, Pedrinho, **Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil Brasileira**. 4. ed. São Paulo: PINI, 2004.
 MATOS, Aldo Dórea, **Como preparar orçamentos de obras**. São Paulo: PINI, 2006.

Disciplina	Segurança em Obras	Carga Horária	54 h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Legislação e normas técnicas; Legislação e normas sobre saúde e segurança do trabalho na construção civil; Medidas de proteção individual e coletiva.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o conhecimento específico das normas de segurança do trabalho no ramo da construção civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Adriano Aurelio R. **Segurança do Trabalho**. Curitiba: LT, 2012.
 FILHO, Antonio Nunes Barbosa. **Segurança do Trabalho na Construção Civil**. São Paulo: Atlas, 2015.
 PAOLESCHI, Bruno. CIPA: **guia prático de segurança do trabalho**. São Paulo: Érica, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARSANO, Paulo Roberto. **Legislação aplicada à segurança do trabalho**. São Paulo: Érica, 2014.
 RODRIGUES, Flávio Rivero. **Prevenindo acidentes na construção civil**. 2. ed. São Paulo: LTR, 2013.
 YEE, Zung Che. **Perícias de engenharia de segurança do trabalho: aspectos processuais e casos práticos**. Curitiba: Juruá, 2012.

Disciplina	Estrutura de Madeiras	Carga Horária	72h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Anatomia e caracterização da madeira; ações e segurança nas estruturas de madeira; dimensionamento das peças de madeira submetidas à tração, compressão e flexão; dimensionamento das ligações. Noções sobre Detalhamento, Fabricação e Montagem.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar o conhecimento específico sobre estruturas de madeira, dando subsídio para análise e projeção de residências em madeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 7190/97 – **Projeto de estruturas de madeira**. Rio de Janeiro: ABNT, 1997.
 PFEIL, W. PFEIL, M. **Estruturas de madeira**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos- LTC, 2012.
 CALIL Jr, C.; LHAR, F.A.R.; DIAS, A.A. **Dimensionamento de Elementos Estruturais de Madeira**. São Paulo, Manole. 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Roberto Sales, **Orçamento de Obras em Foco**. São Paulo: PINI, 2009.
 GOLDMAN, Pedrinho, **Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil Brasileira**. 4. ed. São Paulo: PINI, 2004.
 MATOS, Aldo Dórea, **Como preparar orçamentos de obras**. São Paulo: PINI, 2006.

Disciplina	Trabalho de Conclusão de Curso II	Carga Horária	72 h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Elaboração de um projeto completo de uma edificação de pequeno porte, que demonstre, gráfica e textualmente, todos os sistemas, instalações e materiais pertinentes a mesma, com ênfase na aplicação prática construtiva desenvolvida na fase de TCC I.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos a elaboração de um projeto de pesquisa, a escolha do aluno e sob orientação de um de seus professores, com objeto vinculado a um dos eixos temáticos do curso e que justifique a adoção da prática construtiva de forma eficiente, sustentável e aplicável em edificações de pequeno porte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAKATOS, Eva Maria & Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
 GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.
 SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
 GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
 SALOMON, D.V. **Como fazer uma monografia**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001

Disciplina	Estágio Curricular Supervisionado	Carga Horária	486 h/a	CH Prática	
				CH Teórica	

EMENTA

Vivência em atividades inerentes ao campo de trabalho do Engenheiro civil, com acompanhamento de um profissional. Estudos preliminares. Observações e visitas. Elaboração de projeto de estágio. Elaboração dos planos de atividades. Prática. Elaboração do relatório de estágio.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos alunos o convívio no âmbito profissional e aplicação de conceitos teóricos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONFEA – CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA. **Código de Ética Profissional da Engenharia, Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia.** Disponível em < <http://www.confea.org.br/> >, 5. p, 6 de novembro de 2002.

_____. **Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomias.** Resolução 218 de 29 de junho de 1973.

BRASIL. Legislação Federal – **Estágio. Dispões sobre estágio de estudantes.** Lei 11.788, 7. p., de 25 de Setembro de 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023: **Informação e documentação - Referências - Elaboração.**

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10520: **Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação.**

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724: **Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos – Apresentação.**

15. RECURSOS HUMANOS

15.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

No cumprimento de sua função sócio-político-educativa, a Faculdade congrega diferentes saberes-fazeres, que, numa visão geral, concentram-se no Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração. Nesse sentido, o Ensino Técnico ocupa um espaço de significativo relevo no âmbito acadêmico, integrado às demais instâncias da organização universitária. Com a finalidade de bem gerir a qualidade do Curso oferecido pela Instituição a figura do Coordenador de Curso desponta pela sua importância política, administrativa e pedagógica. Como é sabido, a partir da LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases, não houve mais a exigência da existência de departamentos nas Universidades, cabendo às Direções de Centro e Coordenações de Curso, dentro do redimensionamento de sua função, assumir de forma conjunta a responsabilidade pela gestão e qualidade dos Cursos.

Pela Coordenação do Curso de Edificações, responde o Professor Nelson Ricardo Prohmann, Arquiteto Urbanista graduado em 1987 e pós-graduado Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior em 2005. Fundador, Presidente e Secretário por três gestões da AESC – Associação dos Arquitetos e Engenheiros do Extremo Sul Catarinense (1993), na qual hoje exerce a função de Conselheiro Fiscal. Inspetor do CREA-SC em Criciúma e Araranguá por seis anos foi Relator do processo de homologação e instalação da Inspeção do CREA-SC nesta cidade. Secretário-executivo de Planejamento Urbano de Araranguá em duas gestões distintas (1993-1996 e 2009-2012), hoje exerce a função de Assessor Técnico de Planejamento, conduzindo a Coordenação e Relatoria do Plano Diretor Municipal, em fase de

conclusão. Professor da Unidade Acadêmica em Ciências, Engenharias e Tecnologias – UNACET da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, desde 2005, já exerceu funções no CSA daquela Instituição, onde lecionou nos Cursos de Edificações, Química e de Materiais, atuando presentemente no Curso de Arquitetura e Urbanismo, lecionando nas disciplinas de Projeto, Desenho e Coordenação de Projetos, bem como coordenando os Trabalhos de Curso do mesmo.

15.2 DOCENTES

15.2.1 Condições de Trabalho

O modelo de Gestão de Pessoas tem como missão a prestação de um serviço de excelência e gerador de resultados para a Instituição, por meio do contínuo desenvolvimento de todos os colaboradores e lideranças, propondo soluções estratégicas que suportem o desenvolvimento sustentável da IES.

A importância da atuação dos docentes no processo ensino/aprendizagem foi reconhecida na nova Legislação Educacional Brasileira, corporificada na Lei de n.º 9.394, de dezembro de 1996. Ela buscou prestigiar o conhecimento produzido e o debate acadêmico e social de quase duas décadas, dedicando assim, atenção especial à formação de professores.

Esta importância configura-se nas incumbências que lhes são atribuídas pela Lei, expostas no Art. 13:

I - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

II - Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

III - Zelar pela aprendizagem dos alunos.

IV- Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.

V- Ministrare os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento.

VI- Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade.

Verifica-se que, de acordo com a Legislação, a atuação docente não se restringe à sala de aula. Particularmente relevante é sua participação no trabalho coletivo da Instituição, que se concretiza por meio da elaboração e implementação do Projeto pedagógico da Faculdade do Vale do Araranguá, este em acordo com o plano de trabalho de cada docente.

Além disso, constitui parte da responsabilidade do docente a colaboração nas atividades de articulação da Faculdade do Vale do Araranguá com as famílias dos acadêmicos e a comunidade em geral. Amplia-se assim, substancialmente, o papel do profissional da educação como o da própria Faculdade, prestigiando-lhes com a dinâmica de integração social.

Esta nova prática implica competências, habilidades e conhecimentos específicos, cuja aquisição deve orbitar em torno da formação continuada dos docentes.

A Faculdade do Vale do Araranguá, ao propor a implantação dos Cursos Técnico, no município de Araranguá, mantém ambiente institucional, propício à renovação das práticas necessárias à formação de seus habitantes, transformando-se numa IES engajada em atingir à necessária integração entre docente e discente e entre discente e comunidade.

A FVA preocupa-se com a formação profissional, fazendo da prática de ensino e da organização institucional o núcleo de formação contínua de profissionais. Ela busca prestigiar a abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, constituindo-se numa IES de referência para a implementação de políticas pedagógicas relacionadas à formação profissional.

A IES contará com corpo docente próprio, integrado por Especialistas, por Mestres e por Doutores, cuja finalidade é projetar-se no contexto social como uma IES de excelência. Esse corpo docente está sintonizado com os princípios e com os objetivos da Faculdade do Vale do Araranguá. A IES poderá, a título eventual e por tempo determinado, contratar professores convidados.

Os professores, em regra, serão contratados por critérios e as normas Regimentais da IES, de modo que a sua admissão será referendada pela Comissão de Avaliação, mediante seleção, observados os seguintes critérios:

- Além da idoneidade moral do candidato serão considerados, ainda, os seus títulos acadêmicos, a sua produção científica relacionados à disciplina que pretende lecionar.
- Constitui requisito básico o diploma de Especialização *Lato Sensu* correspondente a disciplina que pretende lecionar.

Entende-se por atividade docente toda e qualquer atividade relacionada ao desempenho dos professores que fazem parte do quadro do Magistério Superior da Faculdade do Vale do Araranguá e correspondem às atividades pertinentes ao Ensino Técnico, de Pós-Ensino técnico, à Pesquisa e à Extensão e àquelas que se referem à Administração Acadêmica.

O docente, ao assumir tais atividades, deverá estar comprometido com os objetivos da Faculdade, e deverá elaborar o planejamento de suas atividades pertinentes ao ensino, expresso em forma de plano de ensino e de programa de disciplina e deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- Ementa
- Objetivos gerais e específicos
- Conteúdo programático
- Metodologia a ser seguida
- Sistemática do processo de avaliação
- Bibliografia básica e complementar.

Vale ressaltar que o Plano de Ensino deverá assegurar condições de pensar a realidade presente, garantindo a relação entre a teoria e a prática, bem como a produção de novos conhecimentos.

15.2.2 Regime de Trabalho

O regime de trabalho do pessoal docente da Faculdade do Vale do Araranguá será o previsto pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo o docente contratado como Professor de Ensino Superior.

Os docentes da Faculdade do Vale do Araranguá prestarão serviço em regime de tempo parcial, de tempo integral e horistas conforme as circunstâncias, sendo que as horas de trabalho a que estejam obrigados, compreendem todas as funções relacionadas com as atividades acadêmicas.

Esclareça-se que o tempo da hora-aula, determinado por lei, realizado pelo docente quando em atividade em sala de aula, equivalera sempre a uma hora de trabalho contratual.

Os direitos e as obrigações dos docentes deverão constar do plano de cargos e salários e de carreira, os quais serão fixados pelo setor competente por meio de Resoluções, assim como todo e qualquer afastamento de suas funções regulares, segundo o disposto na Legislação pertinente.

No que se refere aos afastamentos, o Plano Institucional de Formação Continuada para Docentes e Técnicos poderá prever autorização, quando o afastamento implicar na

realização de Cursos de Pós-Ensino técnico desde que o curso pretendido venha atender às necessidades da IES no que concerne à qualificação docente.

O regime disciplinar constitui-se num conjunto de obrigações exigido do corpo docente, condizentes com a ordem, e com o respeito, princípios reguladores da convivência social.

É obrigatória: a frequência dos docentes às aulas, a execução integral dos programas previstos e aprovados pela Faculdade, bem como o cumprimento das horas estabelecidas no respectivo regime de trabalho e no calendário de atividades da Faculdade do Vale do Araranguá.

Além das incumbências previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os membros do corpo docente da Faculdade se obrigam a:

- Assumir, por deliberação da respectiva Faculdade, as Atividades de Ensino, de Pesquisa e de Extensão.
- Executar as Atividades de Ensino, de Pesquisa, de Extensão e de avaliação da aprendizagem nas disciplinas que lhes forem atribuídas pela faculdade, de acordo com o plano individual de trabalho.
- Cumprir e fazer cumprir, em sua área de ação, as normas estabelecidas e as orientações estabelecidas no PDI e PPI.
- Participar de eventos de atualização e de aperfeiçoamento na área de sua atuação docente, desde que autorizado pelo setor competente.

O Plano de Cargos e Salários definirá os critérios para a seleção, contratação e progressão na carreira acadêmica dentro da Faculdade do Vale do Araranguá.

O corpo Docente compreende:

- Os professores integrantes da Carreira;
- Os professores contratados em caráter temporário.

O quadro de integrantes do corpo docente da FVA constitui um único grupo ocupacional organizado em carreira (anexo II), compreendendo a seguinte série de cargos:

- Grupo de Cargo 01 – Superior Especialista
- Grupo de Cargo 02 – Superior Mestrado
- Grupo de Cargo 03 – Superior Doutorado

A admissão do pessoal Docente será feita por ato do Diretor de Ensino para o preenchimento de vagas existentes. A admissão de Docentes, no nível inicial de qualquer classe, sempre poderá ser feito, mediante Processo Seletivo, se assim for necessário. A

aprovação no Processo Seletivo não gera para o candidato o direito de ser admitido pela Faculdade do Vale do Araranguá. O candidato Aprovado em Processo Seletivo anterior, que não tenha sido admitido dentro do respectivo prazo de validade ou que, tendo sido, teve seu vínculo jurídico extinto com a Faculdade do Vale do Araranguá, qualquer que tenha sido a natureza deste, não ficará desobrigado de novo Processo Seletivo para ingresso na Carreira Docente.

Nos Processos Seletivos destinados à seleção de Docentes serão observadas as seguintes normas comuns:

- A abertura do processo regular será efetivada por ato do Diretor de Ensino, ouvidos o Conselho Executivo, obedecidas às normas vigentes e homologada pela Direção;
- O Processo Seletivo será realizado por área e subárea de conhecimento, de acordo com o Plano e Programa de Ensino;
- As inscrições ao Processo Seletivo, abertas aos candidatos que preencherem as exigências deste Regimento Geral, obedecerão às normas e instruções aprovadas pelo Conselho Executivo;
- O Processo Seletivo será aberto e amplamente anunciado mediante a expedição de Edital, com antecedência mínima de quinze (15) dias;
- No Edital de abertura do Processo Seletivo constarão, obrigatoriamente, todas as normas regulamentadoras do respectivo Concurso, aprovadas pelo Conselho Executivo;
- À Diretoria de Ensino caberá coordenar todas as fases do Processo Seletivo proporcionando à Comissão prevista neste Regimento, as necessárias condições materiais para a realização de seu trabalho.

Para a admissão em qualquer classe da carreira Docente exigir-se-á reconhecido e notório saber na área ou como título básico, sem dispensa de outros requisitos, o Diploma de Curso Superior de duração plena ou de Pós-Ensino técnico que inclua, no todo ou em parte, a área de estudos correspondentes ao Departamento interessado.

O Processo Seletivo, para as diferentes classes da carreira Docente, constará de provas e títulos ou avaliação do notório saber na área e obedecerá, o disposto neste Regimento Geral e às normas aprovadas pelo Conselho Executivo, regulamentando o Concurso em todas as suas fases, inclusive fixando os critérios para a avaliação dos títulos e das provas, observados os padrões pertinentes.

O Concurso para Professor Titular constará de:

- Análise do *curriculum vitae*;

- Entrevista;
- Proficiência;
- Apresentação de um Plano de Aula;
- Prova prática, se proposta pela Coordenação de Curso ao qual se destina o Concurso.

Para efeito de enquadramento na carreira Docente, quando da admissão aos quadros da Faculdade do Vale do Araranguá, deverá ser observada a titulação máxima do candidato aprovado.

Poderão ser admitidos Docentes temporários, por tempo determinado, mediante teste seletivo regulamentado pelo Conselho Executivo, obedecida a Legislação vigente. O título básico para a Admissão de Docente temporário será de no mínimo o Diploma de Curso de Pós-Ensino técnico *Lato Sensu*.

15.2.3 Plano de Carreira

Os docentes da Faculdade do Vale do Araranguá serão contratados pela Legislação Trabalhista precedido por processo seletivo regulamentado pela Diretoria de Ensino da Faculdade. Dependendo das necessidades da IES e do docente, a IES poderá contratar também pelo Regime Horista, sendo que ambas as partes entrem em consenso. Este processo é realizado respeitando-se as especificidades de cada área, observada a idoneidade moral, a titulação, os títulos acadêmicos, a produção didaticocientífica e a experiência profissional no magistério e fora dele.

O docente poderá ser admitido em uma das seguintes modalidades de regime de trabalho: tempo integral (40 horas semanais); tempo parcial (de 30 a 20 horas semanais); regime horista (de até 19 a 10 horas semanais).

As formas de ingresso e de promoção dos membros do corpo docente e demais normas reguladoras, integram o plano de cargos e salários da instituição.

15.2.4 Políticas de Qualificação do Corpo Docente

A formação de Núcleos de Estudo tem sido prática comum em Instituições Educacionais de todos os níveis, em que professores se organizam em grupos de estudo e reflexão, como parte de seu tempo de trabalho. Esses encontros têm como objetivo a produção

de projetos coletivos voltados para os problemas de ensino e contribui efetivamente na formação continuada do docente.

Para que isso ocorra, é necessário que haja compreensão de que, por si só, os Núcleos de Estudo não são responsáveis exclusivamente pelas transformações necessárias à Instituição. Todavia, se constituem em elemento de grande contribuição para essas transformações.

Nessa perspectiva, a iniciativa de constituir o grupo de estudo visa atender a necessidade que se tem em estar gerando qualidade nos serviços prestados pela Instituição, como também, estar elaborando pesquisas, projetos que possam ser aplicados e referenciados como sinônimo de inovação e empreendimento.

Inicialmente, destaca-se as intenções dos encontros destinados a esses gestores do conhecimento, denominação dada ao docente neste contexto de capacitação, visto ser ele um profissional agente desse processo na sociedade.

O Núcleo de Estudo, entendido como estratégia de Educação Continuada, possibilita, pela própria natureza do saber e do fazer humano, a transformação constante da prática. A realidade, ao sofrer processos contínuos de mudança, exige que o saber construído sobre ela seja sempre revisto e ampliado.

Os pressupostos teóricos que nortearam este trabalho, os procedimentos adotados neste caso específico e os resultados imediatos obtidos, no intuito de contribuir para o enriquecimento da articulação entre teoria e prática e para a busca de qualidade educativa e criativa, são apresentados a seguir.

15.2.4.1 Pressupostos Teóricos

Um Programa de Formação Continuada é necessário para atualizar os conhecimentos, principalmente para analisar as mudanças que ocorrem na prática, bem como para atribuir direções esperadas a essas mudanças. Pode-se afirmar que o Programa de Capacitação de Gestores do Trabalho Docente se torna necessário à medida que as empresas trabalham com conteúdo cada vez mais intelectual, como é o caso das Instituições de Ensino.

Alguns docentes consideram que é ao longo das atividades diárias e, muitas vezes, em consequência de alguns anos de aprendizagem específica e significativa no exercício da profissão, que se pode consolidar nosso processo de construção como “professores reflexivos”, remetendo-nos à avaliação de nossas práticas pedagógicas.

Ter uma atitude reflexiva pode ser traduzida, segundo Schön (apud Alarcão, 1996, p.83), numa reflexão na ação e, para, além disso, numa reflexão sobre a ação.

Com isso, entende-se que o docente se constrói como profissional reflexivo e autônomo durante o exercício de sua atividade, uma vez que essa construção se dá pelo pensamento crítico em relação aos papéis que desempenha e, principalmente, nos saberes de que dispõe. O docente que se apropria de atitude reflexiva, faz a transposição dessas atitudes aos seus discentes, por meio de propostas de trabalho em sala de aula como: resolução de problemas, trabalho com projetos, Autoavaliação, portfólio ou dossiê e outros mecanismos que possibilitam o desenvolvimento do pensamento reflexivo, construindo dessa forma a autonomia do acadêmico.

A necessidade de os docentes praticarem o exercício constante de um processo reflexivo ancora-se em Nunes (2000), que afirma que a sociedade passou a exigir um ensino que valoriza o pensamento crítico e reflexivo, que produza cidadãos autônomos, independentes, decididos, e que saibam resolver problemas, requisitos considerados fundamentais pela lógica produtiva e vêm afetando o trabalho do professor quando este se depara; entre outros aspectos, com sua frágil formação recebida.

Investir na formação de professores é essencial para que haja transformações no Ensino e na Aprendizagem do discente. O processo formativo permanente dos professores que inclui tanto a formação inicial como sua continuidade ao longo de toda a vida do profissional, não é um fim em si mesmo, mas um meio de contribuir para a melhoria da qualidade do na Faculdade do Vale do Araranguá.

Por melhor e mais avançado que seja um curso de formação acadêmica, o docente, como qualquer profissional, não sai “pronto” da universidade, mas tem necessidade de complementar, aprimorar e atualizar seus conhecimentos, na prática. Na perspectiva da epistemologia contemporânea, a prática não constitui mero campo de aplicação da teoria aprendida na universidade, pois o conhecimento se produz também na própria prática.

Assim, formação inicial e continuada fazem parte de um processo contínuo que forma o profissional da educação e, ao mesmo tempo, a profissão de educador e a própria instituição. Ambas as dimensões – inicial e continuada – apoiam-se em princípios e pressupostos comuns, considerando o acadêmico/professor como sujeito, valorizando suas experiências pessoais e seus saberes da prática. Apoiam-se no trabalho coletivo e compartilhado, mas isso não exclui, ao contrário, exige o desenvolvimento e o compromisso individuais.

Além disso, no atual contexto de produção cada vez mais acelerada de conhecimentos científicos, não se pode esquecer a importância da atualização permanente, de forma a democratizar o acesso de todos os profissionais aos progressos do seu campo de trabalho.

É preciso lembrar sempre que formação inicial é algo absolutamente indispensável, já que é o subsolo e a infraestrutura sobre os quais se erige um processo formativo continuado, capaz de articular essa formação inicial com as experiências profissionais, com os saberes advindos deste fazer e com os conhecimentos obtidos por cursos e programas presenciais ou virtuais.

Enquanto participantes do processo, tem-se uma equipe de docentes experientes e com vínculo empregatício; há boa formação, pois a maioria tem especialização. Entretanto, revelam pouca participação em eventos externos; todos afirmam ter hábito de leitura, todavia, a fonte mais utilizada para pensar e planejar a aula é a internet; a Formação Continuada faz-se necessária, mas insuficiente para dar novos rumos às ações pedagógicas durante o ano letivo.

Durante os encontros, desenvolvem-se temas diversos, relacionados ao Ensino e a Educação. A cada encontro, os docentes fazem exposições orais, discussões e leituras.

Além disso, desde o primeiro encontro, o grupo está ciente de que deve produzir uma sequência didática de gestão discente e compartilhá-la com os demais na conclusão das reuniões previstas no semestre a fim de responder: Como está o Ensino na Faculdade do Vale do Araranguá? Ao trabalhar os conteúdos das disciplinas das áreas, os docentes consideram que os desafios enfrentados na relação ensino/aprendizagem extrapolam as dificuldades com os conteúdos.

Tendo essa complexa teia de variáveis como cenário, os docentes não só constroem anualmente uma sequência didática de ensino para seus acadêmicos, mas também refletem sobre essas questões, exercitando a prática reflexiva defendida pelos princípios teóricos de Educação atual.

O Programa de Formação Continuada da Faculdade do Vale do Araranguá, pressupõe a combinação salutar entre o percurso formativo e a formação contínua exigida pela atual configuração da sociedade. Nosso Programa de Capacitação é anual intitulado “*Ação Continuada: acesso a níveis mais elevados de Capacitação Docente*”.

15.3 COLEGIADO DO CURSO

Segundo o Regimento Geral da IES, em seu Art. 45 o Colegiado de Curso ou Programa é Órgão Deliberativo e Consultivo em matéria de Ensino respectivo ao Curso ou Programa e, é composto por:

- Coordenador (a) do Curso ou Programa, Presidente;
- 3 (três) representantes dos professores do Curso ou Programa;
- 1 (um) representante da Secretaria Acadêmica;
- 2 (dois) representantes dos acadêmicos do Curso ou Programa.

Art. 46 Compete ao Colegiado de Curso ou Programa:

- Planejar, elaborar, executar e aperfeiçoar o Projeto Pedagógico do Curso ou Programa;
- Analisar o aproveitamento de disciplinas cursadas em outras IES;
- Propor a adoção de mecanismos permanentes de fortalecimento da corresponsabilidade docente pela qualidade do Curso ou Programa e pela visão integral de formação dos acadêmicos;
- Propor normas para o desenvolvimento dos Estágios Curriculares e dos Trabalhos de Conclusão do Curso em conjunto com a Direção de Ensino;
- Apreciar recomendações de docentes e discentes sobre assuntos de interesse do Curso ou Programa;
- Colaborar com a Coordenação do Curso ou Programa no planejamento de cada período letivo;
- Homologar as decisões “*ad referendum*” pela Coordenação do Curso ou Programa;
- Zelar pelo fiel cumprimento das disposições Regimentais e demais Regulamentos e normas da Faculdade do Vale do Araranguá;
- Apresentar proposta de mudança no Projeto Pedagógico do Curso ou Programa ao CE por meio da Direção de Ensino;
- Definir linhas gerais e continuadas de estudo entre as disciplinas afins.

Art. 47 O mandato dos membros docentes da Comissão Executiva dos Colegiados de Cursos Técnico será de dois (2) anos.

Art. 48 Os Colegiados de Cursos reunir-se-ão, ordinariamente, a cada quatro (4) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do (a) Coordenador (a) do Colegiado ou por dois terços (2/3) de seus membros.

Parágrafo único. As decisões dos Colegiados de Cursos que tratem de aprovação ou alteração do Projeto Político Pedagógico do Curso deverão ser por aprovação da maioria absoluta de seus membros.

15.4NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

Para criação e avaliação constante do referido Curso propõem-se reuniões semestrais do Núcleo Docente Estruturante (NDE), como parte do processo avaliativo e construtivo para o desenvolvimento do profissional em comento, com as competências exigidas pelo mercado de trabalho.

O NDE é uma parcela do corpo docente responsável pela criação, implantação e consolidação do PPC do Curso, deve ser considerado como elemento diferenciador da composição e organização do corpo docente do curso.

Conforme a Resolução nº 1/2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), em seu Art. 1º, NDE de um Curso Técnico constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso:

Parágrafo único. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Ainda conforme o Art. 2º são atribuições do NDE, entre outras:

I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da ensino técnico, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Técnico.

15.5 MODELO DE GESTÃO

A estrutura administrativa da Faculdade do Vale do Araranguá compreende os seguintes órgãos:

- *Conselho Executivo*

O Conselho Executivo, órgão máximo de natureza consultiva, normativa, deliberativa, jurisdicional da Faculdade do Vale do Araranguá, é constituído pelos proprietários das cotas referente à mantenedora.

- *Conselho Administrativo*

O Conselho Administrativo, formado por membros da equipe técnica e pedagógica de apoio, exercerá a supervisão das propostas implementadas pela Instituição, elaborando planejamento necessário à melhoria de políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão.

- *Procuradoria Institucional*

A PI, vinculada a Direção de Ensino, é o órgão encarregado diretamente da articulação com o Ministério da Educação, promovendo a permanente interlocução entre a FVA e o MEC, através do INEP e suas Secretarias, encarregadas da avaliação, supervisão e regulação da Educação Superior.

- *Direção Geral*

A Diretoria Geral é órgão executivo superior da Faculdade do Vale do Araranguá que tem por finalidade dirigir as atividades administrativas e acadêmicas desta Instituição.

➤ **Diretorias**

- *Direção de Ensino*

A Direção de Ensino é órgão de execução acadêmica, cuja competência é supervisionar, orientar, incentivar, coordenar e acompanhar todas as atividades de Ensino da Faculdade do Vale do Araranguá.

- *Direção Administrativa e de Planejamento*

A Direção Administrativa e de Planejamento é órgão de execução administrativa, tendo como finalidade assessorar o (a) Diretor (a) Geral em assuntos administrativos, patrimoniais e de gestão.

➤ **Coordenação**

- *Coordenação de Cursos*

A Coordenação de Curso Técnico, subordinada à Diretoria de Ensino, é órgão executivo e caráter técnico, deliberativo, consultivo, normativo, e de supervisão que responde pela coordenação executiva do Curso.

- *Coordenação de Pesquisa e Extensão*

A Coordenação de Pesquisa e Extensão é órgão que tem a finalidade de coordenar, implementar e acompanhar as políticas e atividades de Pesquisa e Extensão da Faculdade do Vale do Araranguá.

- *Coordenação de Pós-Ensino técnico*

A Coordenação de Pós-Ensino técnico é órgão que tem a finalidade de coordenar, programar e acompanhar as políticas e atividades de Pós-ensino técnico da Faculdade do Vale do Araranguá.

- *Coordenação de Finanças*

A Coordenação de Finanças é órgão de execução, tendo como finalidade assessorar o (a) Diretor (a) Administrativo e de Planejamento em assuntos orçamentários.

- *Colegiados dos Cursos*

Os Colegiados de Cursos Técnico, instância legislativa operacional, com caráter deliberativo, normativo, consultivo, de supervisão e recursal, no âmbito de sua competência, atendidas as respectivas atribuições e terminalidades recursais especificadas no Regimento Geral, são integrados por: Coordenador do Curso ou Programa, Presidente; três representantes dos professores do Curso ou Programa; um representante da Secretaria Acadêmica e, dois representantes dos acadêmicos do Curso ou Programa.

➤ **Órgãos de Apoio**

Os Órgãos de Apoio são subordinados à Diretoria Geral e prestam suporte às finalidades institucionais. Sua organização e funcionamento serão estabelecidos por um regimento próprio.

- *Secretaria Acadêmica*

A Secretaria Acadêmica é unidade de administração e gerenciamento das rotinas da Faculdade do Vale do Araranguá em matéria geral, de registros escolares, protocolo, expediente, documentação, legislação, comunicação e arquivo, sendo exercida por um (a) Secretário (a) Acadêmico (a).

- *Depositário do Acervo Acadêmico (DAA)*

Em atendimento à Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013, o Depositário do Acervo Acadêmico (DAA) é o responsável pela guarda e conservação do Acervo Acadêmico da IES.

- *Comissão Própria de Avaliação*

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) será responsável pela condução dos processos de Avaliação Interna da Instituição, de sistematização do Planejamento Estratégico Institucional, além de coordenar o processo de diagnóstico dos principais problemas enfrentados pela IES.

- *Ouvidoria*

A Ouvidoria é um serviço interno vinculado à Direção Geral e à Comissão Própria de Avaliação. Ela representa um mecanismo institucionalizado de interação entre a comunidade acadêmica, discentes, docentes, egressos, colaboradores e a comunidade em geral e membros da sociedade civil organizada, com as instâncias administrativas da IES.

- *Assessoria Jurídica*

A Assessoria Jurídica é órgão de apoio ao Diretor Geral e será exercida por um profissional da área do Direito legalmente habilitado. A nomeação do Assessor Jurídico é feita pelo Diretor Geral e tem como incumbência orientar, dar parecer e defender a Instituição em casos que houver ou não demanda judicial.

- *Comunicação e Marketing*

A Comunicação e Marketing é órgão de apoio, tendo como função estratégica desenvolver uma cultura institucional nos colaboradores, docentes e discentes, no sentido de informar os eventos e acontecimentos importantes de relevância institucional e social; e para a comunidade externa levar a conhecimento de todos seus Cursos e serviços, despertando no público o desejo em fazer parte da Faculdade do Vale do Araranguá, seja como docente, discente ou colaborador.

➤ **Órgãos Suplementares**

Os Órgãos Suplementares da Faculdade do Vale do Araranguá suplementam as atividades acadêmicas de um ou mais Cursos, integrando as atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e prestação de serviços.

- *Biblioteca*

O Responsável pela Biblioteca está subordinado diretamente à Direção de Ensino e é responsável pelo contínuo provimento, guarda, manutenção, atualização e divulgação do acervo e da produção científica e cultural da Faculdade do Vale do Araranguá.

- *Laboratórios*

A Coordenação dos Laboratórios da Faculdade do Vale do Araranguá é Órgão Suplementar, e o Coordenador Geral será nomeado pelo Diretor Geral, possuindo como atribuições coordenar os trabalhos de montagem, funcionamento, manutenção e fiscalização dos laboratórios.

- *Complexo Esportivo*

A Coordenação do Complexo Esportivo da Faculdade do Vale do Araranguá será definida pelo Diretor Geral, possuindo como atribuições coordenar os trabalhos de montagem, funcionamento, manutenção e fiscalização dos espaços que agregam a estrutura do Complexo Esportivo.

- *Psicopedagogo*

O Psicopedagogo Institucional, vinculado as Coordenações de Cursos, priorizará sua atuação na intervenção, dando assistência aos professores e a outros profissionais da instituição escolar para melhoria das condições do processo ensino-aprendizagem, bem como para prevenção dos problemas de aprendizagem, avaliando os acadêmicos com intuito de favorecer o desenvolvimento da potencialização humana no processo de aquisição do saber.

- *Coordenação de Apoio ao Estudante (CAEs)*

A Coordenação de Apoio ao Estudante, vinculada a Direção de Ensino, atenderá todos os Programas que visam beneficiar os acadêmicos da Faculdade do Vale do Araranguá. É responsável pelos Programas de Bolsas Acadêmicas de Estudo, Pesquisa e Extensão. Coordenará o processo de organização da comunidade estudantil, bem como, outros programas que atendam os estudantes dos Cursos Técnico.

- *Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS)*

Órgão colegiado, de natureza consultiva instituídos na Instituição de Ensino Superior - IES participante do Prouni, com função preponderante de acompanhamento, averiguação e fiscalização da implementação local do Programa Universidade para Todos – Prouni nas IES, devendo promover também a articulação entre a CONAP e a comunidade acadêmica das IES participantes do programa, com vistas ao seu constante aperfeiçoamento.

- *Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento – CPSA*

A CPSA ora constituída assume todas as responsabilidades pelo regular cumprimento das normas que regulamentam o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.

- *Comissão Técnica e Fiscalizadora do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU)*

A Comissão Técnica e Fiscalizadora do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU/FVA representa o programa UNIEDU, que beneficia acadêmicos dos Cursos Técnico com Bolsas de Estudos subsidiadas por recursos previstos no Art. 170/C de SC - LC nº 281/2005 e atualizações posteriores; e Bolsas de Estudo, Pesquisa e Extensão, subsidiadas por recursos previstos no Art. 171/CE de SC - LC 407/2008 e atualizações posteriores.

- *Diretório Acadêmico (DA)*

Entidade de representação estudantil dos Cursos Técnico da Faculdade do Vale do Araranguá. É um canal de reivindicações e sugestões dos acadêmicos sobre condições de Ensino e infraestrutura, docentes, mudanças curriculares, entre outros.

- *Coordenação de Gestão de Pessoas*

Responsável por executar as políticas de Gestão de Pessoas da IES.

- *Coordenação do Programa Araranguá+Ativa*

Responsável por coordenar e planejar as atividades inerentes ao Programa Araranguá+Ativa (Convênio celebrado entre a Prefeitura Municipal de Araranguá, a Associação de Desenvolvimento Educacional e a Faculdade do Vale do Araranguá).

15.5.1 Organograma Acadêmico-Administrativo

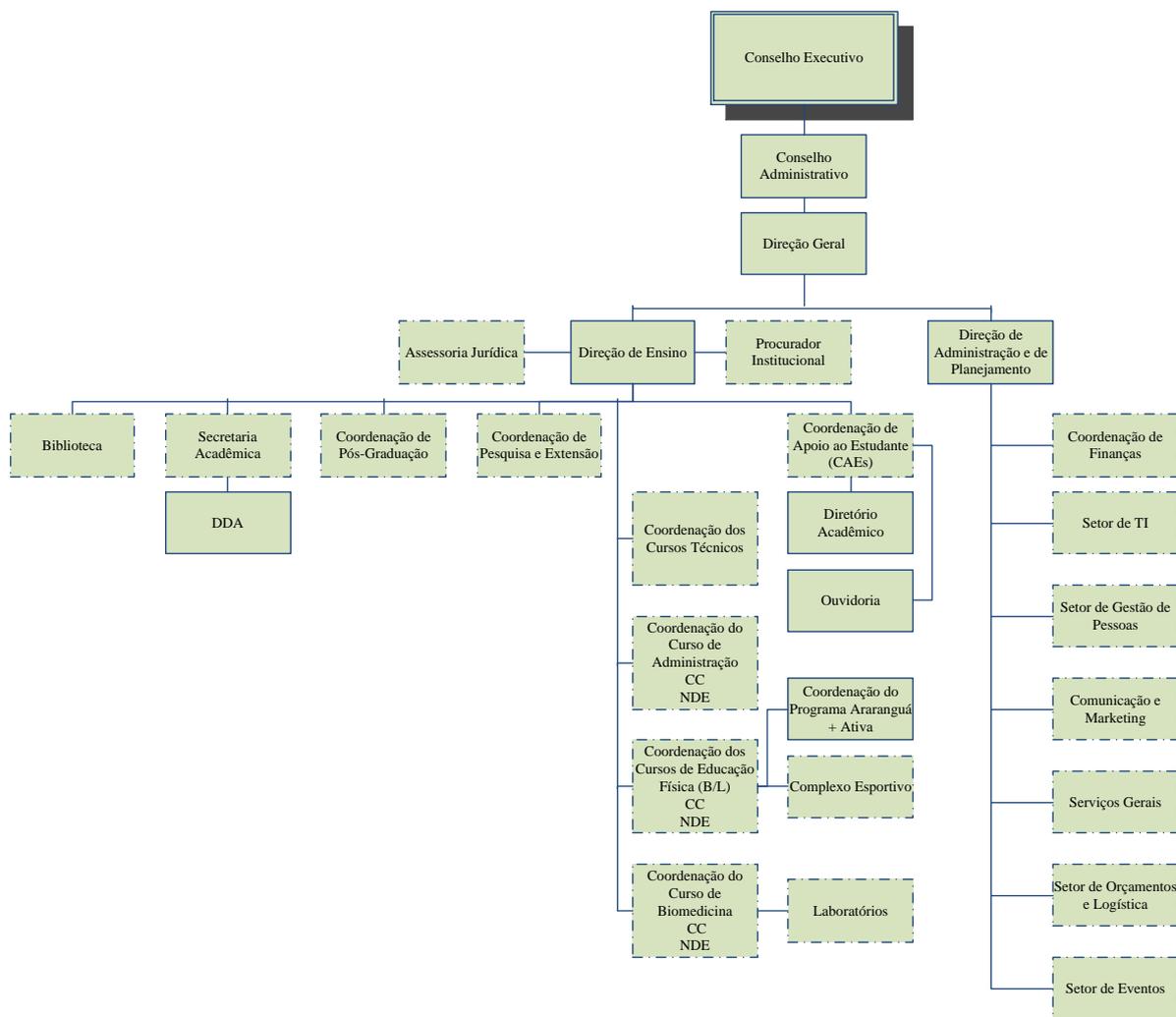


Figura 10 Organograma Institucional. Fonte: PDI, 2015.

Todas as atribuições e competências das funções administrativas estão especificadas no Regimento Geral da IES.

16. INFRAESTRUTURA

16.1 SALA DE AULA

A Instituição dispõe de estrutura de salas de aula adequada à oferta de Cursos que são ministrados pela Faculdade do Vale do Araranguá. Possui atualmente 21 salas de aula, com capacidade para 60 alunos, confortavelmente instalados, 01 quadro magnético, 01 mesa,

01 cadeira para o professor, cadeiras universitárias para os acadêmicos, 01 quadro de aviso e, em algumas, lousa eletrônica e data shows fixos.

16.2 SECRETARIA ACADÊMICA

A Secretaria Acadêmica (Art. 49 do Regimento Interno) é unidade de administração e gerenciamento das rotinas da FVA em matéria geral, de registros acadêmicos, protocolo, expediente, documentação, legislação, comunicação e arquivo, sendo exercida por um (a) Secretário (a) Acadêmico (a), com Ensino técnico Superior, nomeado (a) pela Direção Geral, tendo as seguintes atribuições:

- Manter sob sua guarda e responsabilidade todo o arquivo de livros e documentos escolares da FVA;
- Organizar, coordenar e administrar os serviços da Secretaria;
- Lançar os termos de abertura e encerramento dos livros oficiais da FVA;
- Expedir e assinar certidões, atestados e declarações;
- Manter em dia os assentamentos dos acadêmicos e professores;
- Comunicar à Direção Financeira, para fins de registro, a relação de acadêmicos matriculados e transferidos ou matrícula cancelada;
- Manter registros globais de dados acadêmicos e curriculares dos Cursos;
- Organizar arquivos de modo a assegurar a preservação dos documentos escolares e atender, prontamente, a quaisquer pedidos de informações ou esclarecimentos de interessados;
- Subscrever e publicar, regularmente, o quadro de notas e aproveitamento, de provas, exames e faltas, para conhecimento dos interessados;
- Organizar, encaminhar e arquivar os processos administrativos;
- Exercer as demais atribuições determinadas pela Direção Geral da FVA, bem como as que lhe sejam previstas em Lei e neste Regimento Geral.

A Secretaria Acadêmica é o órgão técnico da administração e de apoio à Direção, onde se centralizam os registros dos serviços administrativos concernentes ao regime didático e escolar da FVA. E dessa forma seus objetivos são:

- I - Promover a regularidade acadêmico-administrativa da IES, abrangendo o registro e o controle de todas as informações acadêmicas que envolvam o funcionamento dos Cursos e os resultados deles decorrentes;

II - Zelar pela integralização curricular, os processos e rotinas dos Cursos e os registros da vida acadêmica dos alunos, desde o seu ingresso até o desligamento por suas diferentes formas ou modalidades;

III - Exercer atos de controle e supervisão acadêmico-administrativas;

IV- Assessorar o Diretor Geral, a Direção de Ensino, as Coordenações Pedagógicas e os Colegiados de Cursos, aos Docentes e Discentes e a todos os setores que a requisitarem dentro de suas atribuições e competências;

V - Gerenciar as rotinas da FVA em matéria geral, de registros escolares, protocolo, expediente, documentação, legislação, comunicação e arquivamento.

As atividades e serviços oferecidos pela Secretaria Acadêmica:

- Atendimento à comunidade interna e externa da Faculdade;
- Informações e orientações sobre cursos, vagas, valores e processos;
- Recolhimento de taxas, guias e boletos financeiros;
- Informações sobre processos de matrícula, rematrícula, trancamento, transferência e aproveitamentos;
- Informações sobre processos de bolsas de estudo e pesquisa e programas de financiamentos;
- Emissão e elaboração de documentos acadêmicos;
- Emissão de 2ª via de documentos acadêmicos;
- Prestar assessoria e auxílio nas rotinas administrativas dos Cursos de Extensão, Ensino técnico e Pós-Ensino técnico;
- Auxiliar as Coordenações Pedagógicas e Direções da Faculdade;
- Atualização e gerenciamento de dados no Sistema de Informações Acadêmicas;
- Abertura, desenvolvimento, encerramento e arquivamento de processos administrativos.

16.3BIBLIOTECA

A Biblioteca tem por objetivo atender a comunidade acadêmica nas suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, principalmente por meio de empréstimos de publicações, levantamento bibliográfico de assuntos específicos, normatização de

publicações, permuta e doação e orientações diversas aos usuários, com computadores ligados a internet e acesso WIFI.

As instalações utilizadas agregam um prédio moderno e funcional, com uma área de 53,88 m², distribuída em sala de estudo individual e em grupo, espaço para leitura e lazer, pesquisa em base de dados e ambientes de pesquisa bibliográfica.

A Biblioteca conta com um acervo que serve plenamente os padrões de qualidade exigidos, composto por material atualizado tanto para o uso do corpo docente quanto para o corpo discente. Busca-se sempre a melhor estruturação do espaço para a formação do acadêmico e de melhores resultados para a satisfação de seus usuários.

A Biblioteca permanece aberta sempre nos horários: 13h00min às 17h00min, e no período noturno: 18h00min às 22h00min.

Os acadêmicos são favorecidos pelo acervo e respondem de acordo com a Resolução da própria Biblioteca.

A política de desenvolvimento da coleção da biblioteca visa acompanhar o processo de evolução dos Cursos Técnico vigentes procurando atender sempre com antecedência a demanda de novos Cursos e as atividades neles desenvolvidas.

O ambiente dispõe de (06) seis computadores para consulta e (01) um computador para a administração do setor.

Tem-se por bibliotecária responsável Daiane da Silva Martins Tomaz, com matrícula CRB14/622e a atendente Luciana Veiga Souza da Silva.

O sistema de gerenciamento de dados da Biblioteca é o Biblioshop, mediante módulos de circulação, pesquisa e catalogação linguagem MARC 21.

Acesso on-line: www.futurao.com.br/futurao/biblioteca

16.3.1 Plano de Atualização do Acervo

A atualização do acervo é realizada conforme orçamento disponibilizado no planejamento institucional anual. A cada trimestre que se antecipa ao próximo período letivo, por meio de um trabalho conjunto entre a Biblioteca e a Coordenação do Curso, são indicados livros textos e bibliografias complementares. A indicação da bibliografia básica ou complementar segue Plano de Ensino do Docente em consonância com o Projeto Político Pedagógico do Curso.

16.4 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE INFORMÁTICA

A Instituição dispõe de 02 (dois) Laboratórios Didáticos de Informática, sendo utilizado de forma colaborativa, pelos Cursos Técnico. As salas de informática são equipadas com 30 (trinta) computadores cada, dispendo de acesso à internet e recursos/ferramentas, de apoio didático, tais como Pacote Office, Softwares para edição de imagens, e outros aplicativos específicos, para cada Curso oferecido.

16.4.1 Acesso Wifi

Frente à estrutura tecnológica ressalta-se a disponibilização de acesso à rede Wifi, aos acadêmicos e colaboradores. Os acessos, realizados por meio desta estrutura, são monitorados por ferramentas que visam garantir a estabilidade dos serviços e manutenção das boas práticas, frente ao uso da internet.

16.4.2 Sistema de Gestão

Ambiente acadêmico on-line, contemplando acesso às informações acadêmicas, tais como: notas, material de apoio às disciplinas, protocolo on-line, dentre outras funcionalidades.

16.5 INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS

Laboratório ou Sala	Disciplinas (fase)	Equipamentos instalados	Atividades previstas	Tamanho (m ²)
Laboratório de Desenho Sala 203	Desenho Técnico	35 mesas de desenho reclináveis com régua paralelas de 80 cms; Uma mesa auxiliar e 36 cadeiras; Dois ventiladores e um quadro de vidro. Data show fixo.	Construções gráficas geométricas; Linhas axiais e projeções ortogonais; Áreas e volumes; Desenhos arquitetônicos e de instalações.	51,10

Laboratório de Materiais Sala 110	Materiais de Construção	<p>Duas bancadas para ensaios; Dez cadeiras simples e 10 cadeiras com braço; Uma prensa para testes de compressão; Uma prensa para rompimento de CBR; Uma bancada para relatórios e corpos de prova rompidos; Duas bandeijas de Slump Test; Uma Betoneira; Quatro mixer's de concreto; Um tanque para 40 corpos de prova; Despensa de agregados em sacas; Três ventiladores e um quadro branco; Um data show fixo.</p>	<p>Testes de rompimento por Índice Califórnia; Ensaio tecnológicos envolvendo aglomerantes, agregados e concretos; Produção e aferição da capacidade de resistência em corpos de prova.</p>	54,70
Laboratório de Instalações Sala 109	Instalações Elétricas e Hidrossanitárias	<p>Um conjunto de testes para vasos comunicantes; http://www.cidepe.com.br/pt/produtos/fisica/mecanica-dos-fluidos/conjunto-basico-para-mecanica-dos-fluidos-eq067; Um medidor de campo elétrico e magnético; Um medidor eletromecânico digital; Sistema de condutos transparentes forçado por gravidade e bombeamento com manômetros em cada seção.</p>	<p>Testes de vasos comunicantes para dimensionamento de fluidos; Medições eletromecânicas, de campos elétricos e magnéticos; Análise de circuitos elétricos; Testes de escoamento em condutos forçados; Avaliação de perda de carga distribuída e localizada; Identificação de redes de condutos; Aferição de bombeamentos e sistemas de recalque.</p>	33,80

16.6 EMPRESAS CONVENIADAS

A FVA possui convênios com empresas de todos os segmentos do mercado, proporcionando aos discentes subsídios para quando necessitarem de serviços no seu cotidiano acadêmico.

As empresas parceiras da FVA firmam convênios por meio de contratos que acompanham todas as exigências legais vigentes.

16.7 IMAGENS DA INFRAESTRUTURA DA FACULDADE DO VALE DO ARARANGUÁ



Figura 11 Imagens Institucionais. Fonte: PDI, 2015.

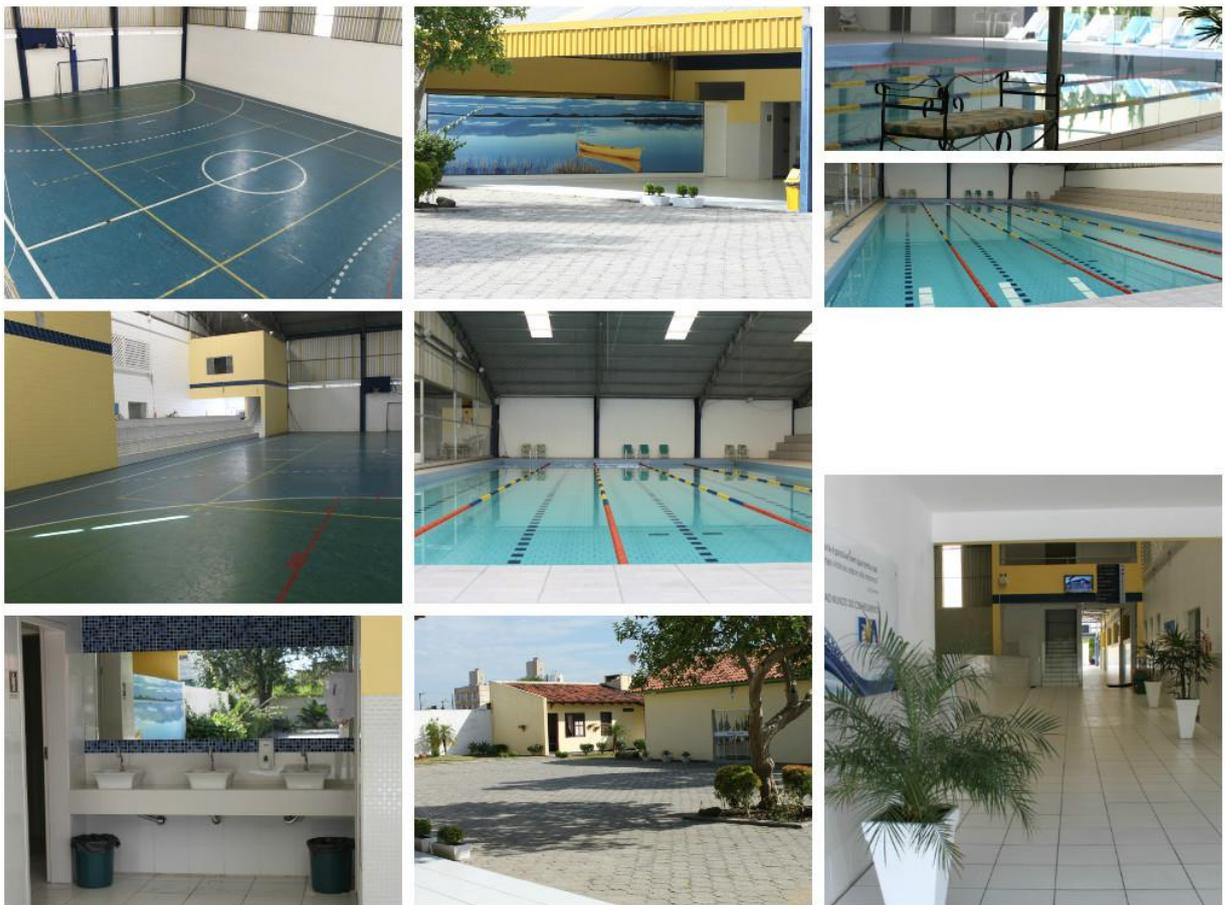


Figura 12 Imagens Institucionais. Fonte: PDI, 2015.



Figura 13 Imagens Institucionais. Fonte: PDI, 2015.

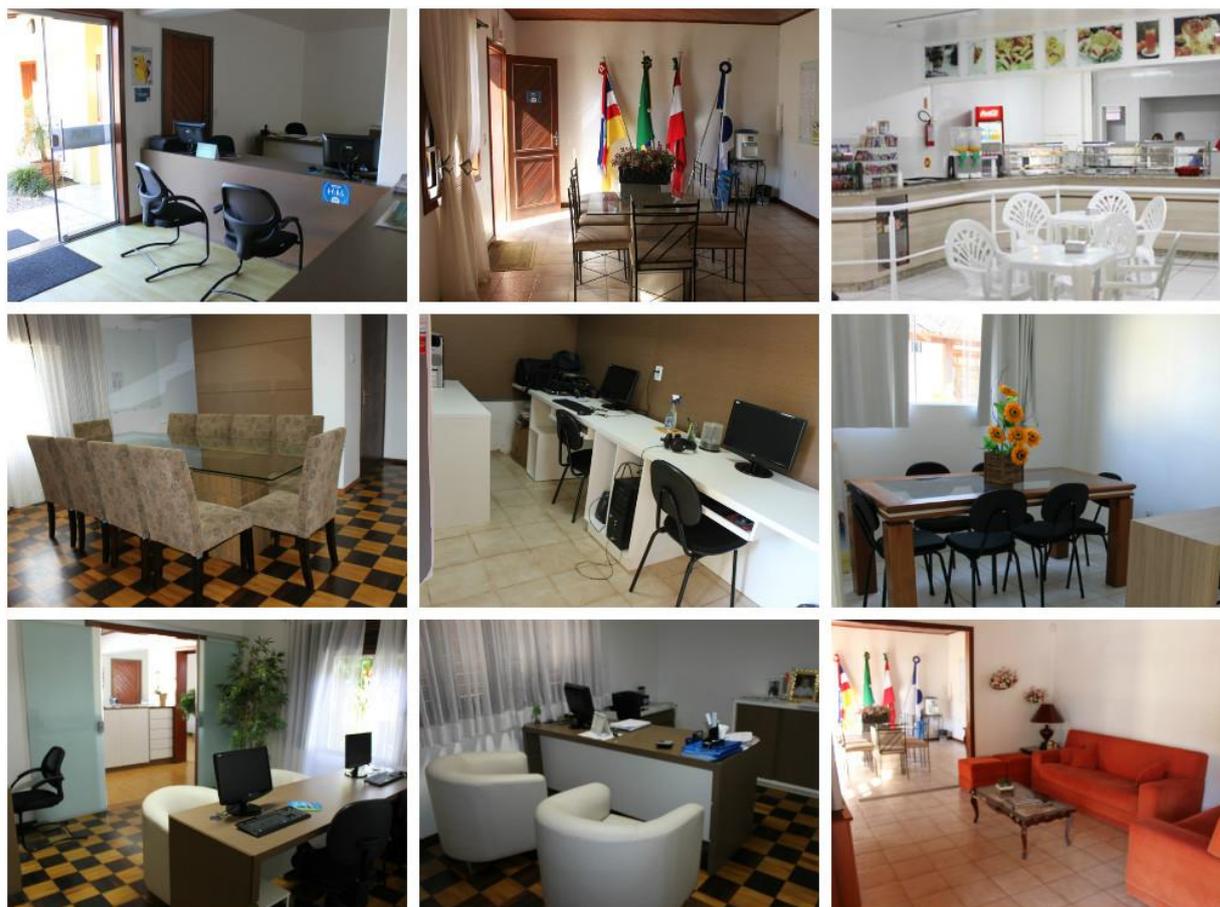


Figura 14 Imagens Institucionais. Fonte: PDI, 2015.

17. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO E DA APRENDIZAGEM

17.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional é um dos procedimentos indispensáveis para a verificação e aprimoramento do Projeto Educacional. Por meio do recurso da Avaliação é que se analisam as dificuldades e problemas enfrentados no processo de desenvolvimento do Curso, visando superá-los.

A prática avaliativa sempre permeou a trajetória da FVA, indicando seu crescimento contínuo, suas dificuldades e seus avanços. A mesma fora sistematizada pela Instituição com a criação do Programa de Avaliação que esclarece e projeta as formas de avaliação interna e externa. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável por esse programa com objetivos e estratégias definidos de forma a vencer etapas, diagnosticando,

analisando e, principalmente, redimensionando as ações previstas. As diretrizes gerais que fundamentam a Avaliação Institucional estão contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

As avaliações internas são aplicadas regularmente, com o objetivo de se obter um diagnóstico situacional. São consultados estudantes, professores e funcionários da FVA, com instrumentos específicos que, com base no Diagnóstico Institucional e em dados e informações coletadas, expressam os resultados do processo avaliativo.

São vários os mecanismos avaliativos da CPA, a seguir exemplifica-se um deles.

Em meio a cada semestre letivo, os estudantes respondem um questionário elaborado pela CPA, no qual se questionam sobre a qualidade do Ensino, da infraestrutura, da atuação dos professores, da metodologia utilizada, entre outros. No mesmo questionário sugerem-se pontos a serem aprimorados, sendo o procedimento realizado também, com o corpo docente, que avalia a infraestrutura, a atuação da coordenação, entre outros. Essas pesquisas servem como indicativos da forma como as pessoas vivenciam a Instituição e como se relacionam com ela e, por isso, levantam pontos importantes para a discussão nas reuniões de avaliação efetuadas semestralmente.

Portanto, todos os resultados das avaliações desenvolvidas são apresentados de forma a serem interpretados e utilizados pela comunidade acadêmica, favorecendo a tomada de decisão em todos os níveis e, sobretudo, a elaboração e/ou a reestruturação do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A análise dos resultados obtidos pela CPA possibilita direcionar e definir prioridades, estabelecer metas e estratégias determinantes das ações nos vários níveis da gestão acadêmica. É, ainda, essa análise que permite atribuir valores aos resultados apresentados e definir, com segurança, o que é significativo para a Instituição e para as pessoas que usufruem de seus serviços, gerando elementos para o estabelecimento de novos referenciais de qualidade.

17.2 INDICADORES DE QUALIDADE DO CURSO

A qualidade é um elemento fundamental, e precisa ser monitorada e avaliada periodicamente, tendo em vista que os resultados encontrados auxiliam as Direções e Coordenações, na definição de qual conceito (de qualidade) e estratégias deverão ser aplicadas ao longo do Curso. Partindo do pressuposto de que a qualidade deve ter uma “visão” abrangente, indo além do atendimento das expectativas do cliente, face necessário,

aperfeiçoar os processos internos, adequando as estratégias organizacionais de acordo, com o mercado externo, aumentando a satisfação do cliente, da qualidade do produto, dos serviços e dos processos.

Além das pesquisas realizadas pela CPA com todo o corpo discente e docente, que geram dados avaliativos semestrais e do ENADE, a coordenação do Curso desenvolverá instrumentos próprios para a avaliação do seu PPC. No final de cada semestre letivo, serão realizadas reuniões pedagógicas, da qual participarão o Colegiado do Curso, o NDE, a Coordenação e a Direção da Faculdade. Estas terão por objetivo avaliar os resultados obtidos ao longo do semestre e, com isso, avaliar a implementação e eficácia das diretrizes pedagógicas fornecidas pelo PPC, já que se vive em um mundo dinâmico, em constante transformação, e o PPC deverá contemplar novas demandas, tanto de mercado quanto socioeconômicas.

As reuniões pedagógicas avaliativas serão compostas de vários momentos, distribuídas nos três últimos dias letivos do semestre. Fluxo de avaliação: Nos dois primeiros dias, as diretrizes do PPC são avaliadas e debatidas. No terceiro dia, é elaborado um diagnóstico do semestre em questão e, a partir dele, propostas de maximização do PPC são apresentadas. Essas propostas são avaliadas em uma outra reunião, da qual participam a coordenação do Curso e a direção da Faculdade que, a partir dos resultados da avaliação e das propostas feitas, definem prioridades, metas e desenvolve um plano de ação para o semestre seguinte.

As pautas das reuniões avaliativas não são fixas, no intuito de corresponder a demandas específicas que aparecem em cada semestre e poder avaliar caso a caso. No entanto, existem pontos centrais do PPC que estão sempre em pauta, a saber:

- Corpo docente – a cada semestre os docentes da FVA recebem um feedback da sua atuação pedagógica, de forma individual, em reunião com a coordenação do curso e a direção da FVA, além de ter acesso aos dados da avaliação feita pelos acadêmicos sobre o seu trabalho. Essas reuniões não se concentram nos três dias de reuniões avaliativas, mas se distribuem nas últimas semanas do final do semestre. Na reunião avaliativa é discutida a ação do corpo docente como um todo. Além disso, os docentes são avaliados no meio de cada semestre em reuniões denominadas de “pré-conselhos”, onde os discentes juntamente com a coordenação do curso, preenchem um documento sinalizando pontos “positivos” e pontos “a melhorar” dos docentes, para um posterior feedback por parte da coordenação.

- Produção acadêmica – as produções acadêmicas dos acadêmicos são apresentadas e seus resultados são debatidos. Esse é um ponto importante das reuniões avaliativas porque a qualidade da produção acadêmica dos discentes é um grande indicativo da eficácia do PPC, portanto, trata-se de um ponto chave para avaliação do mesmo.

- Produção de Projetos – Os Projetos elaborados e executados pelo Curso são avaliados pelo corpo discente e docente, sendo elencados pontos positivos e negativos, que serão analisados e considerados na execução de Projetos subsequentes.

- Corpo discente – é feita uma avaliação de cada turma, por semestre/curso, composta por avaliação dos acadêmicos, aproveitamento das disciplinas, trabalhos disciplinares, atividades pedagógicas bem-sucedidas, entre outros.

- Infraestrutura – toda a questão da infraestrutura é debatida: necessidade de compra de novos equipamentos; reparos de problemas nos trâmites do uso em aula e em projetos acadêmicos extra aula; atuação do corpo técnico; entre outros.

- Metodologia – são discutidos: a adequação da metodologia de ensino à realidade dos acadêmicos e da região; planos de ensino; cronogramas de aula; bibliografia.

- Acompanhamento dos Egressos – Os Egressos do Curso são acompanhados semestralmente através do preenchimento de questionários, onde é possível avaliar entre outras questões, qual a inserção e o posicionamento deste Profissional no mercado de trabalho.

Portanto, esses são os instrumentos de avaliação interna do Projeto Pedagógico do Curso de Edificações, que também passarão por avaliações externas quando realizar o ENADE ou recebe alguma comissão de avaliação do MEC.

17.3 INDICADORES DE QUALIDADE NA FACULDADE DO VALE DO ARARANGUÁ

De forma geral, alguns indicadores são utilizados para aferição da qualidade na Educação Superior. Dentre eles, ressaltam-se: a Taxa de Conclusão da Ensino técnico, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e o Índice Geral de Cursos IGC.

17.3.1 Taxa de Conclusão da Ensino técnico

É um indicador calculado anualmente por meio da razão entre diplomados e ingressantes, que traz uma relação estreita com fenômenos de retenção e evasão. Contempla

também a eficiência com que as Faculdades preenchem as suas vagas ociosas decorrentes do abandono dos cursos. Sua análise poderá indicar, ao longo dos anos, a necessidade de aperfeiçoamentos em áreas específicas, ou mesmo a correção de eventuais disfunções. As informações oriundas desse acompanhamento deverão servir de subsídio para selecionar áreas a serem estudadas com maior profundidade pelos Controles Interno e Externo, direcionadas à identificação de boas práticas e de oportunidades de melhoria na gestão. Também é usado pelo MEC com o intuito de monitorar ações e resultados das IES e também como ferramenta de apoio à Autoavaliação Institucional.

17.3.2 ENADE E CPC

O ENADE avalia os acadêmicos com relação aos conteúdos fornecidos pelas orientações curriculares dos seus respectivos Cursos Técnico. Também avalia a adequação a novos requisitos decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender tópicos relativos a questões brasileiras e internacionais e outras áreas de conhecimento. É aplicado a acadêmicos concluintes, comparando-os ao desempenho dos ingressantes, em todos os Cursos, sendo aplicado trienalmente a cada Curso.

Após a liberação anual dos resultados do ENADE são divulgados o CPC (Conceito Preliminar do Curso) e o IGC (Índice Geral dos Cursos).

O CPC é uma média de diferentes medidas da qualidade de um Curso. As medidas utilizadas são: o Conceito ENADE (que mede o desempenho dos concluintes), o desempenho dos ingressantes no ENADE, o Conceito IDD e as variáveis de insumo.

Os dados —variáveis de insumos (que considera o corpo docente, infraestrutura e a organização didático-pedagógica) são formados por informações do Censo da Educação Superior (que é realizado anualmente pelo INEP, através do qual as IES informam a quantificação de seus alunos, a quantificação e qualificação do seu corpo docente, além do detalhamento da sua infraestrutura para o atendimento aos seus distintos cursos e programas) e das respostas ao questionário do estudante do ENADE. O conjunto dos CPCs, conjuntamente com os conceitos da pós-ensino técnico stricto sensu, forma o IGC, que é um indicador de qualidade de cada instituição.

Os conceitos do ENADE e CPC's dos Cursos que participaram do ciclo avaliativo 2011 a 2014 estão apresentados abaixo:

CURSO	ENADE	CPC	ANO
EDUCAÇÃO FÍSICA (TÉCNICO)	4.0	3.0	2013

Tabela 1 Notas CPC e ENADE dos Cursos Técnico da FVA. Fonte: PDI, 2015.

17.3.3 IGC

A partir de 2008, com a divulgação do IGC (Índice Geral de Cursos) iniciou-se uma nova etapa nas avaliações em larga escala das IES brasileiras que passaram a ter seu IGC divulgado anualmente, iniciando-se, assim, uma nova etapa nas avaliações em larga escala no País.

O IGC corresponde ao indicador de - ranking das IES e, como tal tem sido objeto de polemias. É formado pela média ponderada dos conceitos dos Cursos Técnico (denominado Conceito Preliminar do Curso - CPC) e de Pós-Ensino técnico *stricto sensu*, *liberados* pela CAPES. É divulgado anualmente no ato da liberação dos resultados do ENADE pelo INEP.

O IGC de uma IES é calculado ponderando-se a média dos conceitos CPC dos Cursos Técnico (esta também ponderada pela quantidade de alunos matriculados em cada curso) pelo —peso da ensino técnico na instituição.

Como cada área do conhecimento é avaliada de três em três no ENADE, o IGC leva em conta sempre um triênio.

Acerca do resultado do IGC, a FVA apresentou resultados positivos. Ressalte-se que o IGC de cada ano é calculado com base no CPC dos Cursos Técnico que fizeram o ENADE nos três últimos anos e, como há uma modificação nos cursos participantes, há certa variabilidade no cálculo. Em 2014 o IGC da FVA foi 03 (três).

17.4 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A Avaliação é um processo de acompanhamento contínuo no desempenho do acadêmico em cada disciplina, com relação ao cumprimento dos objetivos propostos. A Avaliação será feita por disciplina, atividades acadêmicas obrigatórias, por meio de diversas técnicas e instrumentos estabelecidos no Projeto Político Pedagógico Institucional.

As Avaliações são expressas por meio de valores que variam de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

As Avaliações, no mínimo, três por semestre, para cada disciplina, visam a Avaliação progressiva do aproveitamento e denominam-se: **AVALIAÇÕES PARCIAIS E INTEGRADORA.**

As Avaliações Parciais estão distribuídas ao longo do semestre letivo e antecede a Avaliação Integradora. Para alcançar a MÉDIA FINAL, segue a seguinte equação:

$$MF = n AP + (AI \times 2)/nAP + 2 \geq 6.0$$

Será aprovado: o acadêmico que obtiver MÉDIA FINAL igual ou superior a 6.0 e frequência, no mínimo, de 75% da carga horária prevista.

17.4.1 Revisão de Notas

A revisão de notas deverá ser solicitada até 48 horas úteis após o conhecimento do resultado da avaliação, mediante justificativa, por escrito, apresentada à Secretaria Acadêmica. Caso o acadêmico não concorde com o resultado dessa revisão poderá solicitar uma segunda revisão a ser feita por uma comissão de professores, nomeada pela Coordenação do Curso e, se ainda não estiver satisfeito com o resultado, poderá recorrer ao Conselho da Faculdade.

17.4.2 Avaliação de Segunda Chamada

Entende-se por Avaliação de Segunda Chamada as Avaliações de Reposição compreendidas como Avaliações Parciais, das verificações ordinárias de desempenho escolar, de qualquer natureza, estabelecidos no Plano de Ensino e não realizados pelo acadêmico na data estabelecida.

Terá direito a Segunda Chamada o acadêmico acometido de moléstia infectocontagiosa ou submetido à intervenção cirúrgica e/ou internação hospitalar, convocação por serviço público, militar ou por falecimento de parente de grau próximo e gala.

O acadêmico que necessitar realizar a Avaliação de Segunda Chamada deverá preencher o Requerimento no prazo de 48 horas após avaliação ordinária não realizada, acompanhada de comprovante de pagamento de taxa fixada e da prova documental referente a fundamentação do pedido.

Esta Avaliação será sempre individual e sem consulta, com data prevista no Cronograma de Aulas. O acadêmico que se ausentar da Avaliação de Segunda Chamada terá nota 0 (zero) na respectiva avaliação.

18. ANEXOS

18.1 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPITULO I DA NATUREZA E OBJETIVOS

Art.1º Este regulamento normatiza os componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) I e II, atendendo as exigências legais, como também, do Curso de Edificações da Faculdade do Vale do Araranguá, para colação de grau e obtenção do diploma de Técnico em Edificações.

Art.2º Constituem objetivos dos componentes curriculares TCC I e II:

- Possibilitar ao acadêmico condições satisfatórias de formação conceitual, treinamento e conduta em pesquisa, que lhe permitam a compreensão do mecanismo geral do desenvolvimento científico.
- Permitir ao acadêmico capacitação em revisão de literatura específica, redação científica de acordo com as normas nacionais (ABNT) e Vancouver de citação bibliográfica, eleição de objetivos gerais e específicos coerentes com a maturidade de pesquisa, avaliação de referencial metodológico adequado para alcance dos objetivos propostos, coleta e análise dos dados e apropriação dos resultados encontrados, confrontando os achados com a literatura pesquisada.
- Desenvolver e/ou aprimorar competências e habilidades do acadêmico no universo da pesquisa, atendendo aos princípios pedagógicos do Curso, convergindo-se e construindo um conhecimento decorrente de uma realidade experimentada.
- Possibilitar ao acadêmico o aprimoramento para sua prática profissional por meio da reflexão sistematizada sobre assuntos pertinentes ao Curso.

- Permitir a realização de um trabalho, no qual desenvolverá a capacidade de leitura analítica, crítica e seletiva, domínio da linguagem técnica específica e operacionalização dos conhecimentos adquiridos no Curso.

Art.3º Os TCCs I e II são atividades individuais que deverão ser desenvolvidas entre os eixos temáticos do Curso, descritas no PPC, concebidos como norteadores dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Art. 4º O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso é dividido em TCC I e TCC II:

- Durante o TCC I, o acadêmico elaborará um projeto de pesquisa dentro de um dos eixos de Pesquisa do Curso, cientificamente estruturado, com abordagem adequada do estado da arte das pesquisas envolvendo o tema adotado e com metodologia coerente.

- Durante o TCC II, o acadêmico desenvolverá o Projeto de Pesquisa. Deverá realizar a coleta e análise dos dados seguindo os procedimentos metodológicos adotados no TCC I e, posteriormente, elaborará as discussões e considerações finais do trabalho culminado com a redação de um Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 5º O TCC II tem por objetivo desenvolver a capacidade de leitura analítico-crítica e seletiva, domínio da linguagem técnica específica e operacionalização dos conhecimentos adquiridos no Curso. Deverá ser o resultado dos conhecimentos adquiridos no desenvolvimento do projeto elaborado na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I e de seu desenvolvimento na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II. Deve ser elaborado conforme normas de redação científica da ABNT.

Parágrafo Único. Durante o TCC II, recomenda-se que o acadêmico desenvolva o Projeto de Pesquisa elaborado no TCC I, entretanto, não se caracteriza condição obrigatória, podendo o acadêmico desenvolver um tema diferente do proposto no Projeto de Pesquisa do TCC I.

Art. 6º É de responsabilidade do acadêmico selecionar um tema específico dentre aqueles propostos pelos professores que compõem o quadro docente dos Cursos Técnico.

Art. 7º O Projeto de Pesquisa é a primeira etapa do Trabalho de Conclusão de Curso, na qual, são previstos separadamente: O Projeto de Pesquisa, Hipóteses, Objetivos, Justificativa, Levantamento de Dados (pesquisa realizada), Metodologia (a maneira como o acadêmico buscará as informações para atingir os resultados esperados), Cronograma, Orçamento e Referências.

Art. 8º O Projeto de Pesquisa serve para dar embasamento e estrutura para o acadêmico e seu Orientador para a efetivação e desenvolvimento do TCC. Geralmente responde a três perguntas básicas: O que fazer, Como fazer e Por quê fazer?

Art. 9º No TCC II, o acadêmico deverá abordar o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, de acordo com o projeto selecionado sobre a ótica de seus resultados.

Art. 10 Ressalta-se que o plágio é crime e o acadêmico que cometer estará sujeito às sanções legais tanto acadêmicas como cível e criminal.

CAPÍTULO II DAS CONDIÇÕES PARA MATRÍCULA

Art. 11 A matrícula obedece à programação curricular do Curso Técnico, conforme Regimento Institucional:

- Poderá matricular-se em TCC I, o acadêmico que estiver regularmente matriculado na penúltima fase do respectivo Curso.
- A disciplina de TCC I será ofertada em sala de aula, com encontro semanal e carga horária total de 72 horas/aula, sendo totalmente presencial.
- Estarão habilitados a se matricularem na disciplina TCC II os acadêmicos que estiverem cursando a oitava fase do curso, que tenham sido aprovados na disciplina de TCC I, visto que esta disciplina constitui-se na continuidade e conclusão de trabalhos iniciados em TCC I. Destaca-se, dentro desse contexto, a impossibilidade de realização das duas disciplinas (TCC I e TCC II) simultaneamente.
- Os acadêmicos da disciplina de TCC II serão distribuídos no início do semestre, entre os professores orientadores de maneira individual conforme eixo temático,

disponibilidade dos professores e determinação da coordenação de TCC.

CAPITULO III DA COORDENAÇÃO DE TCC

Art 12 São atribuições do Coordenador de TCC I (COORDENAÇÃO DE CURSO):

- Acompanhar o trabalho do professor da disciplina de TCC I durante o semestre.
- Estabelecer os critérios do projeto de pesquisa no que tange ao seu desenvolvimento segundo os temas propostos.
- Orientar o professor da disciplina sobre as questões éticas envolvidas no desenvolvimento do projeto.
- Acompanhar a apresentação oral do projeto de pesquisa juntamente com o professor da disciplina ao final do trabalho e/ou semestre.

Art. 13 São atribuições do Coordenador de TCC II:

- Manter os orientadores permanentemente informados sobre as atividades e providenciar o imediato atendimento de suas solicitações;
- Divulgar as normas de TCC aos acadêmicos e professores e a quem mais interessar;
- Coordenar, supervisionar e aprovar todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento do TCC II;
- Elaborar e disponibilizar ao acadêmico uma carta convite que deverá ser entregue ao professor orientador do TCC II como forma de oficializar a orientação do acadêmico.
- Manter contatos quinzenais com os orientadores, a fim de facilitar e dinamizar o processo de construção dos projetos;
- Acompanhar a Ficha de Registro de Orientações de cada acadêmico;
- Elaborar calendário de cumprimento de determinadas etapas e a arguição dos trabalhos, após aprovação do professor-orientador;
- Definir as bancas de arguição e a ordem de apresentação do TCC II conforme a disponibilidade dos professores e montar um Calendário de TCCs, divulgado para este fim.

- Acompanhar discussão das bancas de arguição de TCC II;
- Recebimento dos trabalhos do TCC II para distribuição, arquivamento e acompanhamento das avaliações;
- Encaminhar os casos omissos a Diretoria de Ensino da Instituição.

CAPÍTULO IV DA ORIENTAÇÃO

Art. 14 Os professores orientadores do Trabalho de Conclusão de Curso I e II devem ser profissionais da área e devem estar vinculados ao Curso.

Parágrafo Único. Em relação ao TCC I, a orientação ficará por conta do professor da disciplina, designado pela coordenação do curso para este fim.

Art. 15 A definição dos professores orientadores do TCC II, ficará a critério da Coordenação de TCC a partir da atribuição de carga horária realizada pela Coordenação de Curso, a cada semestre.

Art. 16 Toda substituição ou troca de orientador deve ser obrigatoriamente discutida com o Coordenador de TCC.

Art. 17 As orientações deverão acontecer dentro da Faculdade do Vale do Araranguá. Eventuais encontros extramuros não poderão ser considerados como orientação de TCC, em respeito à Portaria Ministerial nº 3.950, de 30/12/02.

Art. 18 Cabe ao professor orientador:

- Estabelecer cronograma de encontros com orientandos, individualmente, ou em grupo, definir prazos registrando e acompanhando cronograma da pesquisa, além de datas e horários dos encontros;
- Discutir o plano de trabalho com o acadêmico, analisá-lo, avaliá-lo em suas partes constitutivas e apresentar sugestões teórico-metodológicas para melhoria do mesmo;
- Registrar todos os encontros de orientações na Ficha de Registro de Orientações de cada orientando;

- Informar à coordenação de TCC sobre andamento dos trabalhos;
- Participar das reuniões agendadas pela coordenação de TCC;
- Cumprir e fazer cumprir as determinações da coordenação de TCC;
- Integrar a banca examinadora do artigo científico de seus orientandos, conforme cronograma definido pela coordenação de TCC;
- Comunicar e justificar com antecedência quaisquer alterações das atividades previstas ao coordenador de TCC;
- Entregar formulários de avaliação e de acompanhamento do acadêmico para o coordenador de TCC no final do semestre, para arquivo.
- O professor orientador poderá orientar até, no máximo, três trabalhos de pesquisa.

CAPÍTULO V DO CORPO DISCENTE

Art. 19 O corpo discente é constituído pelos acadêmicos regularmente matriculados nas disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e II.

Art. 20 A responsabilidade pela redação, apresentação e arguição do Trabalho de Conclusão de Curso é do acadêmico.

Parágrafo Único. Em casos em que se constatem plágio e/ou comercialização de artigos o acadêmico será REPROVADO, devendo refazer o componente curricular em momento oportuno, estando este sujeito a outras penalidades legais.

Art. 21 Compete aos acadêmicos:

- Receber orientação para a realização das atividades curriculares previstas;
- Responsabilizar-se pelo cronograma de atividades para elaboração, execução e conclusão da pesquisa;
- Comparecer em todos os encontros agendados com o orientador;
- Cumprir procedimentos e prazos formais relacionados ao TCC I e II e demais deliberações da coordenação de TCC;

- Atender ao cronograma estabelecido na elaboração e desenvolvimento das atividades do TCC I e II;
- Comunicar e justificar com antecedência quaisquer alterações das atividades previstas ao professor orientador, na ausência deste, ao coordenador de TCC;
- Entregar os exemplares do trabalho científico (TCC II) na data estipulada pela coordenação de TCC para distribuição aos componentes da banca examinadora.
- Apresentar o seu trabalho a banca examinadora em data e horários estipulados pela coordenação, dentro dos procedimentos formais de apresentação oral, divulgados no Calendário de TCCs.
- Entregar em tempo hábil o seu trabalho de conclusão de curso com as alterações, correções e/ou orientações da banca examinadora, para o arquivamento junto a coordenação.

CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 22 A avaliação do TCC I é de responsabilidade do professor da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I. O valor final será composto pela média aritmética entre as Avaliações Parciais e a Avaliação Integradora, determinados pelo professor da disciplina e devidamente registrado no Plano de Ensino da disciplina.

Art. 23 São critérios de avaliação em TCC I:

- A avaliação do TCC I será de responsabilidade do professor da disciplina e obedecerá aos critérios estabelecidos pela instituição quanto ao peso e o número de Avaliações Parciais, além da Avaliação Integradora, devidamente registradas no Plano de Ensino da Disciplina e entregue a coordenação do Curso.
- A Avaliação Parcial I poderá ficar por conta do desenvolvimento das partes que compõem o Projeto de Pesquisa: Hipóteses, Objetivos, Justificativa, Levantamento de Dados (pesquisa realizada), Metodologia (a maneira como o acadêmico buscará as informações para atingir os resultados esperados), Cronograma, Orçamento e Referências, além de questões administrativas como cumprimentos de prazos, horários, frequência, etc, registrados no Plano de Ensino da disciplina.

- A Avaliação Parcial II poderá ser a avaliação do conjunto da obra baseados nos critérios: relevância do tema, revisão sistemática da literatura, uso correto da língua portuguesa, redação científica, uso de citação bibliográfica em acordo com as normas adotadas e envolvimento com a pesquisa, interesse, assiduidade, cumprimento de metas e aquiescência das correções apontadas pelo professor orientador, além da coerência das informações com os objetivos propostos no Projeto de Pesquisa;

- A Avaliação Integradora poderá ficar por conta de uma apresentação oral dos Projetos ao professor da disciplina e/ou, professores convidados, com tempo máximo de 10 minutos por acadêmico, sem arguições, apenas considerações acadêmicas, proporcionando ao acadêmico a oportunidade de refletir sobre o próprio projeto, além de prepará-lo para a apresentação a ser realizada em público no TCC II;

Parágrafo Único. As Avaliações Parciais e a Avaliação Integradora do TCC I são de responsabilidade do professor da disciplina e serão realizadas pelo mesmo, devendo a este estabelecer seu peso e critérios avaliativos no seu Plano de Ensino. As orientações citadas acima são de caráter sugestivo, com finalidades de auxílio e orientação de avaliação da disciplina e cabe ao professor aceita-las ou não. Portanto não tem finalidade de normatização.

Art. 24 A avaliação do TCC II é de responsabilidade do professor orientador em conjunto com a banca examinadora. O valor final será composto pela média aritmética entre os instrumentos de avaliação do TCC II, a saber:

- Nota do Instrumento de Avaliação I realizado pelo professor da disciplina, com peso 10,0 (dez) correspondendo uma Avaliação Parcial.

- Nota do acompanhamento administrativo em relação ao cumprimento de prazos, horários, presença nas orientações, documentação, além de outros requisitos de comportamento do discente em relação a disciplina, correspondendo a outra avaliação Parcial e com Peso 10,0 (Dez).

- Nota final da Banca Examinadora após a apresentação oral e arguição do trabalho, representando a Avaliação Integradora da instituição, com Peso 10,0 (dez) multiplicado por dois.

Portanto:

$$NF=AP I + AP II + (AI \times 2) / 4$$

Onde:

NF=Nota Final

AP=Avaliação Parcial (I e II)

AI=Avaliação Integradora

Art. 25 São critérios de avaliação em TCC II:

- A primeira etapa do processo avaliativo será o trabalho escrito finalizado, que deverá ser entregue ao Professor Orientador e a banca examinadora no prazo máximo de até 10 (dez) dias de antecedência da data marcada para apresentação oral, sob pena de impedimento da realização da defesa oral.

- O Professor Orientador deverá realizar uma avaliação primária do conjunto da obra a fim de avaliar se o TCC II apresenta requisitos mínimos para apresentação a banca examinadora.

- A entrega do TCC II deverá, impreterivelmente, obedecer às datas e prazos estabelecidos pela Coordenação de TCC do Curso de Edificações através de calendário próprio, pelo professor orientador e regimentos internos da instituição, seja no período pré-defesa e/ou pós-defesa.

- O TCC II deverá ser avaliado pelo professor da disciplina, em caráter individual, para estabelecimento de nota na disciplina de TCC II e por uma Banca Examinadora formada, obrigatoriamente, por dois professores da IES, sendo um deles, impreterivelmente, o professor orientador.

- Entre os componentes da Banca Examinadora deverão ter, no mínimo, a titulação de Especialista e, pelo menos um dos integrantes, deverá possuir a titulação de mestre. Além disso, um dos componentes poderá ser um professor convidado.

- Os critérios de avaliação do trabalho escrito do TCC II obedecerão a um único instrumento avaliativo contendo núcleos objetivos e subjetivos, obedecendo, respectivamente, aspectos quantitativos e qualitativos do autor do trabalho.

- Ao professor da disciplina caberá avaliar as normativas administrativas do desenvolvimento do TCC II (Cumprimento de prazos e horários, comparecimento a orientação, capacidade de interação com o orientador, entrega dos trabalhos em tempo hábil para a banca, etc), devendo esta ser uma das Avaliações Parciais da disciplina.

- A Avaliação do trabalho escrito do TCC II pelo professor orientador e pela banca examinadora terá como base primeira a manutenção dos elementos que compõem o Trabalho de Conclusão de Curso no que diz respeito a sua estrutura de elaboração (elementos pré-textuais, textuais, pós-textuais e de diagramação), estabelecidos pela ABNT.
- Os critérios de avaliação do trabalho escrito, determinados pelo Instrumento de Avaliação I, realizado pelo professor da disciplina, terá peso 10,0 e deverá ser considerado uma Avaliação Parcial da disciplina.
- Os critérios de avaliação do trabalho escrito, determinados pelo Instrumento de Avaliação I, quando realizado pelos integrantes da Banca Examinadora, terá peso 5,0 e deverá ser somada as outras avaliações do trabalho realizadas pela banca como a Apresentação Oral e a Sustentação das Arguições perante a banca.
- A apresentação oral, acompanhada da apresentação dos slides e detalhamento da pesquisa representará uma avaliação de Peso 3,0 (três). Já a sustentação perante a banca, com arguições e encaminhamentos, representará uma avaliação de Peso 2,0 (dois).
- Para fins de totalização da nota final da Banca Examinadora do TCC II, a seguinte fórmula deverá ser utilizada:

$$NF = (IA 1 / 2) + AO + SB$$

Onde:

NF: Nota Final

IA 1: Instrumento de Avaliação 1

AO: Apresentação Oral

SB: Sustentação perante a Banca

- Para fins de aprovação no TCC II, o acadêmico deverá adquirir uma nota maior ou igual a 7,0 (Sete) na Avaliação Integradora.

CAPÍTULO VII DA BANCA EXAMINADORA

Art. 26 A banca examinadora será constituída por três membros titulares, sendo pelo menos dois pertencentes ao Curso. Prioriza-se que o terceiro membro possua afinidade com a temática do artigo científico. Os membros componentes da banca, bem como a ordem de

apresentações, serão definidos pela coordenação de TCC conforme eixo temático, disponibilidade dos professores e deferimento da Coordenação de Curso da participação de profissionais externos ao quadro de docentes do Curso de Edificações da Faculdade do Vale do Araranguá.

Art. 27 O orientador deverá participar da banca examinadora, assumindo automaticamente a presidência da mesma. Na sua ausência ou impedimento, o presidente da banca examinadora deverá ser o co-orientador (se houver) e/ou o professor da disciplina de TCC II. Na ausência destes, o coordenador de TCC presidirá a banca e, caso este já seja um dos membros, a Coordenação do curso, indicará um substituto.

Art. 28 Cabe ao professor orientador o encaminhamento da solicitação de composição de banca para apresentação pública do TCC do acadêmico.

CAPÍTULO VIII DA ARGUIÇÃO PÚBLICA

Art. 29 A data e hora da sessão de arguição pública serão definidas pela Coordenação de TCC e Coordenação do Curso de Edificações e divulgadas na IES através do Calendário de Apresentação de TCCs.

Art. 30 A arguição pública consistirá em uma exposição oral de no máximo 20 minutos, onde será feita uma síntese do Trabalho de Conclusão de Curso. Em seguida, será feita a arguição pública, onde cada examinador (exceto o orientador) terá o tempo máximo de 10 minutos para a arguição e o(s) examinado(s) o mesmo tempo para os esclarecimentos.

Art. 31 Cada examinador, em sessão secreta, avaliará o trabalho apresentado numa escala de zero a dez. A banca examinadora emitirá um parecer único, com média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores, que será lido ao final da sessão pública, com exceção da nota final.

Art. 32 A avaliação, pela banca examinadora, da apresentação oral será feita de acordo com os critérios estabelecidos no Art. 25 deste regulamento.

CAPÍTULO IX DA REPROVAÇÃO

Art. 33 Constituem critérios para reprovação nos componentes curriculares TCC I e TCC II:

- Não entregar o projeto e/ou Trabalho de Conclusão do Curso no prazo estabelecido;
- O não cumprimento do percentual de 75% de frequência, conforme prevê o regimento interno da Faculdade do Vale do Araranguá;
- Adquirir nota menor que 7,0 na Avaliação Integradora;
- Obtenção de nota final menor que seis (6,0);
- Ocorrência de plágio total ou parcial;
- Fraude no processo de pesquisa;
- Constatação de comercialização do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 34 Não é de responsabilidade do professor da disciplina ou orientador a busca por plágios nos trabalhos produzidos pelos acadêmicos durante as aulas ou orientações individuais, sendo essa responsabilidade exclusiva do acadêmico.

18.2 REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado, como previsto na Lei nº 11.788, de 25/09/2008, é ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de acadêmicos que estejam frequentando o Ensino Regular em Instituições de Ensino Superior.

O Estágio é uma Atividade Curricular desempenhada pelo acadêmico, e tem relação direta com sua formação acadêmica, independente de vínculo empregatício que o ligue à organização privada ou pública. É entendido como o tempo de prática profissional supervisionada, durante o qual o (a) acadêmico (a) adquire experiências práticas para o exercício de sua profissão.

Para os acadêmicos da Faculdade do Vale do Araranguá, é de extrema necessidade a realização do Estágio Supervisionado ou equivalência de Estágio, pois além de

seu cunho social, cultural e profissional, é um requisito obrigatório para obtenção do Diploma e Colação de Grau, nos seus respectivos Cursos.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A formação do (a) acadêmico (a) deve contemplar a oferta de Estágios Curriculares, sob Supervisão Docente. A carga horária de Estágio deverá atingir, no máximo, 20% da carga horária total do Curso Técnico em Edificações é de 240 horas para o desenvolvimento de competências e habilidades preconizadas em suas ementas disciplinares.

CAPÍTULO I DO CONCEITO, FINALIDADE E OBJETIVOS

Art. 1º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente do Projeto Pedagógico dos Cursos Técnico, devendo ser inerente ou complementar à formação acadêmica profissional, como parte do processo de ensinar e aprender, da articulação teoria e prática e como forma de interação entre a Instituição Educativa e as Organizações ou Instituições.

Art. 2º O Estágio visa o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 3º A atividade de Estágio Curricular Supervisionado é de natureza exclusivamente discente e terá como finalidade:

I - Aprimoramento discente;

II - Preparação profissional;

III – Desenvolvimento de atitudes éticas necessárias para a futura atividade profissional.

Art. 4º São objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

I - Oportunizar ao acadêmico um contato mais direto e sistemático com a realidade profissional, visando à concretização de pressupostos teóricos, associados às determinadas práticas específicas;

II - Capacitar o (a) estagiário (a) para atividades de investigação, análise e intervenção na realidade profissional específica;

III – Possibilitar ao estagiário (a) a aplicação dos conhecimentos adquiridos no Curso;

V - Proporcionar ao estagiário (a) o contato com novas alternativas de trabalho e de produção;

V - Viabilizar a realização de experiências em situações concretas, relacionadas com a área de conhecimento do Curso;

VI - Possibilitar ao estagiário a construção de suas próprias condutas (afetivas, cognitivas e técnicas) a partir da situação em que se encontra, frente a um futuro desempenho profissional;

VII - Levar à comunidade os resultados obtidos nas atividades de Estágio, tendo em vista o papel da Instituição, no sentido da disseminação do conhecimento produzido e da responsabilidade social.

Art. 5º Para cada estagiário (a) é obrigatório a integralização da carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado prevista na Matriz Curricular do Curso.

Art. 6º As atividades do Estágio Curricular Supervisionado devem ser comprovadamente realizadas na área correspondente ao Curso.

§1º O estágio curricular obrigatório do Curso de Edificações deve contabilizar 240 h, distribuídas em 8 h teóricas e 232 h práticas, e ser desenvolvido no décimo semestre do Curso.

Parágrafo Único. No caso do (a) estagiário (a) estar atuando em área não prevista, deverá encaminhar Requerimento especificando a área de atuação à Coordenação do Curso, que avaliará se a atividade se enquadra nas especificidades do Curso.

Art. 7º O (A) Estagiário (a) poderá desenvolver o Estágio no próprio local de trabalho, desde que preencha os seguintes requisitos:

I – Aprovação prévia da Supervisão Geral de Estágio e do (a) Orientador (a);

II – Condições de trabalho que permitam a materialização de um Projeto adequado.

Art. 8º O Estágio Curricular deve ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários acadêmicos.

Art. 9º O Estágio Curricular é considerado disciplina curricular obrigatória dos Cursos Técnico da Faculdade do Vale do Araranguá.

CAPÍTULO II DAS MODALIDADES

Art. 10 Os Estágios serão caracterizados, segundo a sua vinculação com os Cursos Técnico desta Instituição, nas seguintes modalidades:

- I – Estágios Curriculares Supervisionados (obrigatório);
- II – Estágios Extracurriculares (não-obrigatório).

§1º Considerar-se-á Estágio Curricular Supervisionado aquele previsto na dinâmica curricular do Curso, indispensável à integralização curricular, com carga horária específica, realizado na própria Instituição ou em locais de interesse institucional, mediante celebração de Convênio e Termo de Compromisso entre as partes.

§2º Considerar-se-á Estágio Extracurriculares (não-obrigatório) aquele não previsto na dinâmica curricular do Curso, constituindo opção pessoal de cada acadêmico, objetivando o enriquecimento de sua formação profissional, mediante celebração de Convênios, em locais de escolha do (a) acadêmico (a).

CAPÍTULO III DO INSTRUMENTO JURÍDICO

Art. 11 A caracterização e a definição do Estágio dependem do instrumento jurídico (ACORDO DE COOPERAÇÃO) celebrado entre a Unidade Concedente (Campo de Estágio) e a Mantenedora da Instituição de Ensino (Faculdade do Vale do Araranguá), no qual se acordam as condições realizadas do Estágio, de acordo com a Lei nº 11.788 de 2008.

Parágrafo Único. Vinculado ao Acordo de Cooperação de que trata o *caput* do Art. 11, a realização do Estágio prevê ainda o Termo de Compromisso, celebrado entre o (a) estagiário (a) e o Campo de Estágio, com a aprovação da Instituição de Ensino.

CAPÍTULO IV DA NATUREZA DO ESTÁGIO

Art. 12 O Estágio Curricular Supervisionado consistirá em atividade curricular, que possibilite a vivência profissional, conforme previsto no Plano de Estágio, elaborado pelo (a) estagiário (a), sob a orientação do (a) Supervisor (a) do Estágio e por ele aprovado.

Art. 13 O Estágio Supervisionado será operacionalizado, observando-se:

- I – Matrícula;
- II – Frequência;
- III – Planejamento;
- IV – Avaliação.

Art. 14 Para realização do Estágio Supervisionado faz-se necessário:

- I – Preenchimento dos formulários específicos;
- II – Elaboração do Plano de Estágio e Cronograma;
- III – Carta de Conclusão de Estágio;
- IV – Elaboração do Relatório Final de Estágio;
- V – Apresentação do Relatório Final de Estágio para banca específica;
- VI – Fichas de Avaliação de Desempenho do Estagiário.

§1º Define-se como Relatório de Estágio o documento que relata todas as experiências praticadas no Estágio conforme Plano de Trabalho elaborado pelo (a) estagiário(a) sob orientação do(a) Professor(a) Orientador(a).

§2º O Plano de Trabalho do Estágio consiste em um documento que apresenta o planejamento das atividades relacionadas ao período de Estágio, que são: área de atuação, período e local do Estágio, Objetivos e Cronograma de atividades.

Art. 15 O cronograma a ser cumprido pelos (as) estagiários (as) na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado será desenvolvido pelo (a) Professor (a) Supervisor (a) e pelo (a) professor (a) Orientador (a).

Art. 16 O (a) estagiário (a) desenvolverá individualmente suas atividades de Estágio, sob a orientação do (a) Professor (a) Supervisor (a) de Estágio e Orientador (a) de Estágio.

Art. 17 A avaliação dos encontros com o (a) Professor (a) Supervisor (a) e Orientador (a) será feita considerando os seguintes itens:

- I – Frequência;
- II – Cumprimento das tarefas solicitadas;
- II – Cumprimento dos prazos estipulados.

CAPITULO V DOS CAMPOS DE ESTÁGIOS

Art. 18 O Estágio será realizado em organizações públicas e privadas, que apresentem condições de proporcionar experiências práticas na área de formação do acadêmico ou no desenvolvimento sociocultural e/ou científico, pela participação em situações de vida e de trabalho no seu meio.

Parágrafo Único – O Estágio poderá ser realizado na própria IES, desde que a atividade desenvolvida assegure o alcance dos objetivos da Disciplina.

Art. 19 O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser desenvolvido em mais de uma Unidade Concedente de Estágio, sendo que a atuação do acadêmico em cada uma delas não deverá ser inferior a 20 (vinte) horas.

Art. 20 São atribuições do Campo de Estágio:

- I- Integrar o (a) estagiário (a) no contexto de sua área, garantindo-lhe relações efetivas de trabalho e aperfeiçoamento humano;
- II- Possibilitar as condições necessárias à efetivação do Estágio;

III- Manter a Supervisão de Estágio informada sobre o desenvolvimento das atividades do (a) estagiário (a);

IV- Facilitar, sempre que possível, o acesso do (a) estagiário (a) à documentação do Campo de Estágio;

V- Designar um (a) Supervisor (a) do Campo de Estágio pertencente ao seu quadro funcionários;

VI- Avaliar o trabalho do (a) estagiário (a) e encaminhá-lo à Supervisão do Estágio.

Parágrafo Único – O (A) Supervisor (a) do Campo de Estágio deverá acompanhar as atividades do (a) estagiário (a) na organização, comunicando a Coordenação do Estágio sobre frequência e desempenho do (a) acadêmico (a).

Art. 21 Os (As) acadêmicos (as) que realizam Estágio fora do país, em Programas de Intercâmbio, deverão obedecer aos procedimentos das Universidades anfitriãs.

Parágrafo Único – No contexto do *caput* do Art. 21, a disciplina curricular de Estágio dependerá de validação da Faculdade do Vale do Araranguá.

Art. 22 No caso de Estágio realizado em empresa do exterior, sem interveniência de Universidade parceira, é necessário que o processo siga os mesmos trâmites do Estágio realizado no país.

Art. 23 O (A) acadêmico (a) que exercer atividade profissional correlata ao seu Curso na condição de empregado devidamente registrado, autônomo ou empresário, ou ainda atuando oficialmente em programas de incentivo à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, poderá valer-se de tais atividades para efeitos de realização de seu Estágio Curricular Obrigatório, desde que atendam as Políticas previstas no Projeto Pedagógico do Curso.

§1º A aceitação das atividades referidas no *caput* do Art. 23, dependerá da decisão do Colegiado do Curso, que levará em consideração o tipo de atividade desenvolvida e a sua contribuição para a formação profissional de estudante.

§2º As atividades de pesquisa científica a que se refere o *caput* deste artigo, são entendidas como aquelas realizadas por estudantes bolsistas, vinculados a órgãos de fomento, ou voluntários.

CAPITULO VI DA ESTRUTURA DO ESTÁGIO

Art. 24 A estrutura do Estágio Supervisionado será composta por:

- I- Estagiário (a);
- II- Coordenador (a) de Curso;
- III- Professor (a) Supervisor (a) de Estágio da IES;
- IV- Professor (a) Orientador (a) de Estágio da IES;

Art. 25 A Supervisão Geral de Estágio ficará a cargo do Coordenador de Curso e do (a) Supervisor (a) de Estágio.

CAPÍTULO VII DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ESTÁGIO

SEÇÃO I DO (A) ESTAGIÁRIO (A)

Art. 26 Estagiários (as) são os (as) acadêmicos (as) regularmente matriculados na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado, aceitos pelos Campos de Estágio para o desenvolvimento de atividades relacionadas à sua área de formação geral e profissional.

Art. 27 Antes do início do Estágio (atuação prática) deverá ocorrer encontros com o (a) Professor (a) Supervisor (a) e com o Professor (a) Orientador (a) de Estágio para procedimentos de orientação referentes a:

- I – Conhecimento das Normas vigentes sobre o Estágio;
- II – Informações sobre o Campo de Estágio, os Termos de Convênio (Acordo de Cooperação e Termo de Compromisso);

III - Preparação profissional, objetivando o estabelecimento de um bom relacionamento na equipe, no trabalho, na comunidade e na realidade sociocultural da região em que for atuar;

IV – Orientações quanto aos aspectos éticos, jurídicos e sociais da profissão, importantes durante a realização do Estágio, para a formação de um perfil mais maduro e profissional do (a) estagiário (a).

Art. 28 O (a) estagiário (a) deverá evidenciar, ao longo das atividades do Estágio Curricular Supervisionado, requisitos essenciais ao desempenho da profissão, tais como:

I - Comportamento dinâmico, crítico e criativo sobre a realidade circundante;

II - Capacidade de diagnosticar problemas e propor soluções, sugerindo e desenvolvendo ações;

III - Aprimoramento das capacidades intelectuais e sociais, como: criatividade, iniciativa, liderança, honestidade, perseverança, perspicácia e sociabilidade.

Art. 29 São atribuições do (a) estagiário (a):

I- Conhecer a legislação relacionada às atividades do Estágio Supervisionado, ao Campo de Estágio e à área de atuação;

II- Cumprir as Normas do presente Regulamento;

III- Respeitar e cumprir as normas e procedimentos do Campo de Estágio;

IV- Providenciar a documentação necessária para início do Estágio Supervisionado;

V- Ser assíduo e pontual às atividades do Estágio Supervisionado, cumprindo integralmente a carga horária prevista;

VI - Negociar com o seu local de trabalho, quando for o caso, requerendo liberação para cumprir as horas de Estágio Supervisionado;

VII - Comunicar ao (a) Professor (a) Supervisor (a) quaisquer impedimentos para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado, para que sejam tomadas as providências pertinentes;

VIII- Manter postura ética e profissional durante todo o desenvolvimento do Estágio Supervisionado, demonstrando atitudes e apresentação pessoal condizentes com a área de atuação;

IX- Manter sigilo quanto a informações confidenciais e assuntos internos do Campo de Estágio, em qualquer situação e/ou atividade do Estágio Supervisionado;

X- Elaborar o Plano de Estágio e submetê-lo à aprovação do (a) Professor (a) Supervisor (a);

XI- Acatar a orientação, recomendação e parecer avaliativo do (a) Professor (a) Supervisor (a) e do (a) Orientador (a) de Estágio, assumindo e participando de todas as etapas de desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado;

XII- Cumprir integralmente as atividades/etapas previstas no Plano de Estágio aprovado;

XIII- Participar de outras atividades planejadas pelo Campo de Estágio durante o período de realização do mesmo;

XIV- Elaborar e submeter à apreciação do (a) Professor (a) Orientador (a) o Relatório Parcial e o Relatório Final, para avaliação, dentro dos prazos previstos;

XV- Responsabilizar-se pelos instrumentos/formulários de frequência, acompanhamento e avaliação das atividades de Estágio e encaminhá-los ao (a) Professor (a) Supervisor (a);

XVI – Realizar apresentação para banca específica do Relatório Final do Estágio;

XVII – Estar devidamente uniformizado durante as atividades práticas realizadas no campo de Estágio com o crachá da IES.

SEÇÃO II DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 30 A Coordenação do Curso incumbe:

I – Acompanha o desenvolvimento das atividades de Estágio;

II – Indicar um membro do Corpo Docente como Professor (a) Orientador (a) do Estágio Curricular Supervisionado;

III – Indicar um membro do Corpo Docente como Supervisor (a) do Estágio Curricular Supervisionado;

IV – Assegurar normatizações e procedimentos regimentais para execução do Estágio Curricular Supervisionado;

V – Proceder na busca de resoluções de problemas, quaisquer que possam surgir, no desenvolvimento de atividades do Estágio;

VI - Orientar e divulgar oportunidades e Campos de Estágio;

VII - Coordenar e agilizar o intercâmbio entre os possíveis Campos de Estágio e a Instituição, buscando oportunidades para o desenvolvimento do Estágio Supervisionado.

SEÇÃO III DO (A) PROFESSOR (A) SUPERVISOR (A)

Art. 31 Professor (a) Supervisor (a) é o (a) professor (a) titular ou substituto (a) da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado, que presta assessoria e orientação direta ao (a) estagiário (a), durante todas as etapas da realização do Estágio Supervisionado.

Parágrafo único: O Coordenador do Curso poderá indicar um Professor auxiliar, levando em consideração a quantidade de estágios no semestre. O Professor auxiliar terá as mesmas atribuições do Professor Supervisor de Estágio.

Art. 32 São atribuições do (a) Professor (a) Supervisor (a):

- I - Conhecer o Campo de Estágio;
- II - Orientar a elaboração do Plano de Estágio;
- III - Prestar assessoria técnica e pedagógica ao (a) estagiário (a), durante todo o desenvolvimento do Estágio Supervisionado;
- IV- Organizar e sistematizar a operacionalização do Estágio Supervisionado;
- V- Orientar e avaliar o Plano de Estágio;
- VI- Mediar quaisquer questões relativas ao desenvolvimento do Estágio Supervisionado, entre o (a) estagiário (a) e o Campo de Estágio, informando o (a) Coordenador (a) do Curso;
- VII- Organizar e articular os encontros planejados no Plano de Ensino da Disciplina;
- VIII- Verificar o cumprimento da Legislação em vigor, no tocante às obrigações da Instituição;
- IX- Promover o desligamento ou o remanejamento do (a) estagiário (a), ouvida a Coordenação do Curso;
- X - Preencher instrumentos/formulários de acompanhamento e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado, dando vistas ao controle de frequência, produção e cumprimento das atividades planejadas pelos (as) estagiários (as);
- XI – Divulgar este Regulamento junto aos acadêmicos;

XII – Realizar acompanhamento periódico nos campos de atuação do (a) estagiário (a);

XIII – Fazer fechamento das notas finais da Disciplina de Estágio Curricular Supervisionado;

XIV - Expedir Declarações e/ou Certificados para Orientadores e Supervisores de outras Instituições e empresas, assinadas conjuntamente com a Coordenação de Curso, desde que autorizados pela Direção de Ensino.

Art. 33 O (A) Professor (a) Supervisor (a) fará jus à remuneração correspondente aos valores horas/aula correspondentes a carga horária da Disciplina.

SEÇÃO IV

DO (A) PROFESSOR (A) ORIENTADOR (A) DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 34 São atribuições do (a) Professor (a) Orientador (a) de Estágio Curricular Supervisionado:

I- Orientar a produção do Relatório Final do Estágio Curricular Supervisionado;

II - Manter-se em contato com o (a) Professor (a) Supervisor (a) de Estágio;

III - Proceder à avaliação de desempenho do (a) estagiário (a), por meio de instrumento próprio fornecido pela Coordenação de Curso;

IV – Prestar assistência técnico-pedagógica, sempre que necessário aos (as) estagiários (as), fornecendo subsídios para a elaboração de Planos e Relatórios de Estágio;

V - Fixar cronograma de entrega dos Relatórios Parciais e Finais de Estágio.

Art. 35 A carga horária do (a) Orientador (a) do Estágio Supervisionado será fixada, conforme necessidade específica de cada Curso.

CAPÍTULO VIII DA FREQUÊNCIA

Art. 36 A frequência relativa ao Estágio Curricular Supervisionado obedecerá aos seguintes critérios:

I- O cumprimento integral da carga horária prevista na Matriz Curricular do Curso;

II- A presença nas orientações com o (a) Professor (a) Orientador (a) e no Campo de Estágio.

§ 1º A frequência será comprovada por meio da Ficha de Acompanhamento, assinada pelo (a) Professor (a) Supervisor (a) e pelo (a) estagiário (a).

§ 2º O (a) estagiário (a) deverá ter, no mínimo, 02 (dois) encontros com o (a) Professor (a) Orientador (a) durante o Estágio.

CAPITULO IX

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO E/OU EQUIVALÊNCIA DE ESTÁGIO

Art. 37 O Estágio Supervisionado acontece em dois momentos distintos:

- I. Entrega dos Documentos Iniciais;
- II. Entrega dos Documentos Finais.

Parágrafo Único. Sob nenhuma hipótese, eles devem ser protocolados em mesma data ou em ordem inversa ao acima exposto (as ordens de entrega devem seguir o calendário oficial que se encontra neste Regulamento).

Art. 38 Os Documentos Iniciais para a realização do Estágio devem ser entregues em 03 (três) vias, para análise do (a) Supervisor (a) de Estágio, com as devidas assinaturas, carimbos e páginas numeradas no canto direito inferior da folha, para avaliação prévia, devendo ser protocolado na Instituição antes do início do Estágio. São eles:

Art. 39 Acordo de Cooperação - O Acordo de Cooperação trata-se de um documento que firma o convênio entre a Faculdade do Vale do Araranguá e a Instituição concedente de Estágio, para legalizar a relação de Estágio. Define as responsabilidades das partes e será submetido à aprovação da Direção de Ensino da Faculdade do Vale do Araranguá.

Parágrafo Único - O Acordo de Cooperação é regido pela Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, sendo um documento obrigatório.

Art. 40 Termo de Compromisso - O Termo de Compromisso de Estágio trata-se de um Contrato entre a Instituição concedente e o (a) acadêmico (a) /estagiário (a) e a Faculdade do Vale do Araranguá, definindo as responsabilidades, seguranças e as relações de trabalho entre as partes. É assinado pelo Coordenador de Curso da Faculdade do Vale do Araranguá e pelo (a) Supervisor (a) do Estágio.

Parágrafo Único - A celebração de convênio de concessão de Estágio entre a Instituição de Ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do *caput* do Art. 3º da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Art. 41 Seguro de Vida (item obrigatório, exceto em casos de Equivalência e Estágio Extracurricular). Deverá ser entregue, a Cópia da Apólice de Seguro contra acidentes pessoais, documento legal obrigatório, que o (a) estagiário (a) deverá apresentar a IES, para se resguardar de quaisquer sanções previstas em Lei.

Parágrafo Único - De acordo com a atual Legislação de Estágios, o (a) estagiário (a), obrigatoriamente, deverá estar coberto por um Seguro de Acidentes Pessoais. A ausência do Contrato de Estágio e/ou do Seguro de Acidentes Pessoais caracteriza vínculo empregatício e sujeita a Empresa às sanções previstas pela CLT.

Art. 42 Plano Individual de Estágio (Ficha de Início de Estágio e/ou Equivalência de Estágio). Esta ficha deve conter os seguintes dados:

- Dados Gerais da Empresa;
- Dados do Acadêmico;
- Informações Gerais sobre o Estágio e/ou equivalência de Estágio:
- Carga horária;
- Remuneração e/ou benefícios;
- Nº da apólice de Seguro;

φ. Assinado pelo (a) acadêmico (a), pelo responsável na empresa e pelo (a) Coordenador (a) do Curso.

Art. 43 Plano de Atividades do Estágio Supervisionado – Este documento consiste na elaboração de uma proposta de trabalho a ser desenvolvida pelo (a) estagiário (a) em seu

campo de atuação. Deverá contemplar os objetivos, a justificativa, as áreas de conhecimento envolvidas nas atividades e cronograma das etapas de trabalho. O acadêmico (a) deverá submeter o Plano de Trabalho ao (a) professor (a) Supervisor (a) do Estágio na concedente e, posteriormente, ter a aprovação do professor (a) Supervisor (a) de Estágio da IES.

Art. 44 Os Documentos Finais de Estágio permitem a análise das atividades desempenhadas pelos (as) acadêmicos (as) durante o Estágio, bem como a compreensão de seu grau de aprendizado. Devem ser entregues em 03 (três) vias, para análise do (a) Supervisor (a) de Estágio, com as devidas assinaturas e respeitando o cronograma estabelecido pela Disciplina. São eles: Relatório Final, Ficha de Avaliação de Desempenho do Estagiário e da IES e Carta de Conclusão de Estágio.

Art. 45 Relatório Final - O Relatório Final contempla dados da Empresa e do (a) acadêmico (a), bem como as atividades desempenhadas e sua análise diante dos cenários da empresa, com propostas de melhorias sobre as áreas analisadas.

Art. 46 Ficha de Avaliação de Desempenho do (a) Estagiário (a) - Esta ficha é preenchida pela empresa, avaliando o desempenho do acadêmico durante suas atividades de Estágio.

Art. 47 Ficha de Avaliação da Concedente com relação ao Curso – Esta ficha é preenchida pela concedente, avaliando a qualidade de Ensino verificada mediante atuação do estagiário (a) no campo de Estágio.

Art. 49 Ficha de Frequência do Estagiário – Esta ficha é preenchida e assinada pelo acadêmico/estagiário, pelo Supervisor de estágio da concedente e Supervisor de estágio da IES.

Art. 50 Carta de Conclusão de Estágio - Carta fornecida pela empresa, atestando a conclusão da carga horária de Estágio desenvolvida pelo (a) acadêmico (a).

Art. 51 Ficha de Autorização de Publicação do Relatório de Estágio – Ficha assinada pelo acadêmico/estagiário, autorizando a publicação impressa e online de seu relatório final.

Parágrafo Único - Todos estes documentos são modelos padronizados pela Faculdade do Vale do Araranguá e encontram-se no Manual de Estágio do Acadêmico.

MODELOS DE DOCUMENTOS

A seguir estão os modelos dos documentos necessários para a realização do Estágio Supervisionado e/ou Equivalência de Estágio, bem como partes selecionadas da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que regulamenta as atividades de Estágio no país.

CALENDÁRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO		
Data -		
Fase do Estágio	Documentos Exigidos	Data limite para Protocolo
Documentos Iniciais de Estágio	Acordo de Cooperação, Carta de Apresentação, Termo de Aceite, Termo de Compromisso, Seguro de Vida, Plano de Atividades e Ficha de Início de Estágio.	
Documentos Finais de Estágio	Relatório Final, Relatório de Atividades, Ficha de Avaliação de Desempenho do Estagiário, Ficha de Presença, Ficha de Avaliação da Concedente com relação ao Curso, Carta de Conclusão de Estágio e Autorização de Publicação de Estágio.	
<p>É importante ressaltar que a entrega dos Documentos Iniciais e Finais de Estágio deve ser protocolada na Coordenação do Curso, até as datas previstas acima, após o (a) acadêmico (a) ter recolhido as seguintes assinaturas nos seus devidos locais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Assinatura do Responsável pela Empresa;• Assinatura do (a) acadêmico (a);• Assinatura de Testemunhas.• Assinatura do Supervisor de Estágio da IES;• Assinatura da Direção Geral da IES;• Assinatura do Supervisor de Estágio da concedente.		

Caso existam erros no preenchimento ou ainda, a falta de algum dos documentos acima expostos, os mesmos serão devolvidos para correção e ficarão à disposição para retirada, junto ao Supervisor (a) de Estágio, por parte do (a) acadêmico (a). Após suas correções, deverão ser novamente entregues, seguindo os mesmos critérios.

Tabela 2 Calendário de Estágio Supervisionado. Fonte: Direção de Ensino, 2015.

ACORDO DE COOPERAÇÃO DE ESTÁGIO

Cláusula 1ª A Concedente, periodicamente e, de acordo com suas disponibilidades e campos de Estágio, poderá colocar à disposição da Faculdade do Vale do Araranguá vagas para a colocação de seus acadêmicos no mercado de trabalho.

Cláusula 2ª O objetivo do Estágio será o de propiciar aos estagiários da Faculdade do Vale do Araranguá condições de treinamento prático, aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano.

Cláusula 3ª As condições de realização de Estágios serão estabelecidas para cada estagiário (a) no Termo de Compromisso.

Cláusula 4ª O (A) acadêmico (a) assinará, em conjunto com a Concedente e com interveniência da Faculdade do Vale do Araranguá, um Termo de Compromisso de Estágio, sem vínculo empregatício, podendo ser renovável por meio de Termo Aditivo.

Cláusula 5ª A Concedente poderá conceder Bolsa, se assim desejar, no valor e nas condições expressas no Termo de Compromisso.

Cláusula 6ª A Faculdade do Vale do Araranguá transfere ou não para a Concedente a responsabilidade de providenciar Seguro de Acidentes Pessoais previsto em Lei, com acordo entre as partes.

Cláusula 7ª O horário de Estágio a ser cumprido pelos (as) estagiários (as) será determinado pela Concedente de acordo com suas conveniências, não devendo prejudicar a presença dos (as) estagiários (as) nas aulas e provas do Curso no qual está matriculado.

Cláusula 8ª A carga horária de Estágio será no máximo de 6 (seis) horas diárias totalizando 30 (trinta) horas semanais. A assinatura do Termo de Compromisso ficará sujeita ao confronto do horário de aulas do (a) estagiário (a) com o horário de Estágio.

Cláusula 9ª A duração do Estágio não poderá ser superior a 2 (dois) anos.

Cláusula 10ª É assegurada ao estagiário, quando o Estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado. Preferencialmente durante as férias escolares, conforme artigo 13º da lei 11.788/2008.

Cláusula 11 O acompanhamento do Estágio será feito por meio de Avaliação de Desempenho, realizada pela empresa, bem como relatórios de atividades elaboradas pelo (a) acadêmico (a), que deverão ser encaminhados pela CONCEDENTE à Faculdade do Vale do Araranguá, a fim de possibilitar o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do (a) estagiário (a).

Cláusula 12 A Faculdade do Vale do Araranguá se comprometerá a informar à CONCEDENTE caso o (a) acadêmico (a), no decorrer do Estágio, abandone o Curso, fato que acarretará automaticamente a rescisão do Termo de Compromisso com o (a) acadêmico (a).

Cláusula 13 Ao firmar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, as partes declaram aceitar, sem restrições, as condições ora estabelecidas, responsabilizando-se pelo cumprimento das obrigações nele assumidas.

Cláusula 14 O presente ACORDO vigorará por prazo indeterminado, podendo ser rescindido sem quaisquer ônus, a qualquer tempo, mediante denúncia expressa por iniciativa de qualquer das partes. E por estarem assim certos e ajustados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Araranguá, ____ de _____ de _____.

CONCEDENTE

(Digitar o nome do responsável/Diretor/proprietário do local e carimbo)

FACULDADE DO VALE DO ARARANGUÁ

TESTEMUNHA

Digitar nome e RG

TESTEMUNHA

Digitar nome e RG

Tabela 3 Acordo de Cooperação de Estágio. Fonte: Direção de Ensino, 2015.

PLANO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
Nome do (a) Estagiário (a):	
Local do Estágio:	
Supervisor (a) da concedente e registro profissional	

(CREF):	
Curso:	
Período de Estágio:	
Carga Horária Total:	
Dias da Semana e Horário das Atividades:	

1- Objetivo do Estágio: (Descreva o objetivo da intervenção proposta)

2- Justificativa: Algumas perguntas para consideração: Qual a relevância do trabalho para o Estagiário? Por que é necessário?

3- Área (s) de conhecimentos envolvidas no trabalho:

4- Cronograma de desenvolvimento das atividades:

5- Plano de Ação:

O que e como fazer – (atividades)	Quando fazer – Meses											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Aula inaugural												
Entrega dos Documentos												
Estágio de Observação												
Estágio (prática)												
Orientações												
Entrega dos Documentos Finais												
Entrega do Relatório Final												
Apresentação do Relatório Final												

6- Conhecimentos, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas pelo (a) Estagiário (a) ao término da experiência:

7 - Plano de trabalho do Estagiário

ESTÁGIO

Público-Alvo:
Objetivos (considerando o público alvo):
Atividades a serem desenvolvidas
Metodologias/Etapas:
Referências:

Declaração do (a) Supervisor (a):

Declaramos que estamos cientes das obrigações constantes do Termo de Compromisso, das normas do Estágio e que nos comprometemos a orientar o estagiário de acordo com o plano ora proposto, da melhor forma possível, e que esta proposta foi também por nós construída. Sendo assim, este Plano de Estágio poderá ser alterado mediante Termo Aditivo, e por estarmos de pleno acordo, assinamos o presente instrumento em 03 (três) vias.

Local / Data

Assinatura do (a) Acadêmico (a)

Assinatura do (a) Professor (a) Supervisor de Estágio da IES

Assinatura do (a) Coordenador (a) do Curso

Assinatura do Supervisor de estágio da concedente

Tabela 4 Plano de Atividades do Estágio. Fonte: Direção de Ensino, 2015.

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS À CONCEDENTE

AO (A) Senhor (a)

Araranguá, ____ de _____ de ____.

Apresentamos o (a) acadêmico (a) _____ que está regularmente matriculado (a) na _____ do Curso Técnico em _____, da Faculdade do Vale do Araranguá, CNPJ nº 07.244.722/0001-30, apto (a) para realização de Estágio Supervisionado em _____.

Agradecemos o apoio e a colaboração no processo de aprendizagem de nossos discentes e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos pelo telefone (48) 35270130 ou pelo e-mail..... .

Atenciosamente,

Coordenação do Curso de

Direção de Ensino da Faculdade do Vale do Araranguá

Tabela 5 Carta de Apresentação do Estagiário. Fonte: Direção de Ensino, 2015.

TERMO DE ACEITE

Autorizamos o (a) acadêmico (a) _____,
matrícula n° _____, matriculado (a) no Curso de
_____, da Faculdade do Vale do Araranguá, a realizar
suas atividades de Estágio Curricular Supervisionado em nossa (Instituição e/ ou Empresa).

Responsável pela Instituição/Empresa com carimbo

Nome:

Assinatura:

Nome da empresa (fantasia) e/ou Instituição:

Razão Social/CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Cep:

Cidade:

Telefone:

E-mail:

Araranguá, _____ de _____ de _____.

Tabela 6 Termo de Aceite. Fonte: Direção de Ensino, 2015.

INÍCIO DE ESTÁGIO E/OU EQUIVALÊNCIA DE ESTÁGIO

FACULDADE DO VALE DO ARARANGUÁ

DADOS DO (A) ACADÊMICO (A)

Nome:

Data de Nascimento:

Naturalidade:

Nacionalidade:

Cidade:

Bairro:

Estado:

CEP:

Semestre:

Fone:

RG:

E-mail:

CPF:

DADOS DO (A) ACADÊMICO (A) NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO		
Curso:		
Matrícula:		
Ano de Ingresso:		
DADOS DA EMPRESA E/OU INSTITUIÇÃO		
Nome:		
Endereço:		
Cidade:		
Bairro:	Estado:	CEP:
Nome do Supervisor (a) de Estágio na Concedente:		
Registro CREF:		
Ramo de Atividade:	Fone: ()	
E-mail:		
DADOS SOBRE O ESTÁGIO		
Data de Início:		
Data de Término:		
Nome do (a) Professor (a) Supervisor (a) da IES:		
Registro no CREF:		
BENEFÍCIOS OFERECIDOS PELA EMPRESA (EM R\$ SE HOVER)		
Valor da Bolsa:	Transporte:	
Alimentação:	Seguro de Acidentes Pessoais/Nº Da Apólice:	
Outros:		
Araranguá, ____/____/____.		
<hr/> <i>Assinatura do (a) Acadêmico (a)</i>		
<hr/> <i>Assinatura do (a) Professor (a) Supervisor de Estágio da IES</i>		
<hr/> <i>Assinatura do (a) Coordenador (a) do Curso</i>		
<hr/> <i>Assinatura do Supervisor de estágio da concedente</i>		

Tabela 7 Início do Estágio e/ou Equivalência. Fonte: Direção de Ensino, 2015.

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Nos termos da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, celebrado entre as partes abaixo qualificadas:

Instituição de Ensino: Faculdade do Vale do Araranguá - FVA	
CNPJ: 07244722/0001-30	
Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 415	
Bairro: Centro	
Cidade: Araranguá	Estado: SC
CEP: 88900.037	Fone: (48) 3527-0130
Representada por: Nivea Simonete Lummertz Jones Oliveira	Cargo: Diretora Geral
Supervisor (a) de Estágio:	
Orientador (a) de Estágio:	
Professor auxiliar:	
E-mail:	

Unidade Concedente:	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	
Bairro:	
Cidade:	Estado:
CEP:	Fone:
Representada por:	Cargo:

Estagiário (a):	
Acadêmico (a):	Matrícula:
Curso:	Turma:
Endereço:	
Bairro:	
Cidade:	Estado:
CEP:	Fone:
E-mail:	

INFORMAÇÕES SOBRE O ESTÁGIO

Local de realização do Estágio:
Período de realização do Estágio: ____/____/____ à ____/____/____
Carga Horária Semanal:
Carga Horária Total:
Horário da realização do Estágio:
Professor (a) Supervisor (a) de Estágio da IES:
Registro no CREF:

Seguradora:	
Início da Apólice do Seguro:	
Término da Apólice do Seguro:	
Estágio Obrigatório (<input checked="" type="checkbox"/>)	Estágio Extracurricular (<input type="checkbox"/>)
Professor (a) Supervisor (a) de Estágio na Concedente:	
Registro CREF:	
Obs.	

I - OBJETO

O objeto do presente Convênio é regular as condições de realização de Estágio para o (a) Acadêmico (a) acima identificado (a), nas dependências da ENTIDADE CONVENIADA.

Parágrafo Primeiro – Entende-se como Estágio as atividades que visam o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do (a) acadêmico (a) para a vida cidadã e para o trabalho.

Parágrafo Segundo – O Estágio terá a duração e carga horária estabelecidas no preâmbulo do presente contrato, podendo ser renovado, desde que o período total contratado não ultrapasse o tempo máximo de integralização do Curso.

Parágrafo Terceiro – O Estágio ora contratado possui expressa previsão no Projeto Político Pedagógico do Curso frequentado pelo (a) acadêmico (a).

Parágrafo Quarto – O Estágio não gera vínculo empregatício na forma da lei.

Parágrafo Quinto – Os Cursos da Faculdade do Vale do Araranguá abrangem as seguintes modalidades de Estágio:

- a) Estágio Obrigatório – Visando o aprendizado de competência própria da atividade profissional e a contextualização curricular.
- b) Estágio Não Obrigatório – Recomendado pelo Curso visando o aprimoramento das competências e habilidades necessárias para a formação profissional.

II - JORNADA

A jornada a ser cumprida é a especificada no preâmbulo do presente contrato, sendo que o (a) acadêmico (a) estagiário (a) se compromete a cumpri-la, devendo comunicar previamente seu (sua) supervisor (a) em caso de impossibilidade.

Parágrafo Primeiro: A jornada acordada é compatível com o horário acadêmico e não poderá ultrapassar o limite de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, não podendo ser alterada, salvo novo ajuste formal com a anuência da Instituição de Ensino.

Parágrafo Segundo: O Estágio pode a qualquer tempo, ser dado por findo, por ambas as partes, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, sem que nenhuma das partes assista o direito à indenização.

Parágrafo Terceiro: O horário do Estágio será:

Dia da Semana	Início	Término
Segunda-Feira		
Terça-Feira		
Quarta-Feira		
Quinta-Feira		
Sexta-Feira		

III - ATIVIDADES

As atividades que serão realizadas pelo (a) acadêmico (a) deverão ser observadas as seguintes condições:

a) As atividades a serem desenvolvidas deverão ser compatíveis com a estrutura curricular e o Projeto Político Pedagógico do Curso em que está matriculado;

b) As atividades principais poderão ser ampliadas, reduzidas, alteradas ou substituídas somente com prévia e expressa anuência do (a) Estagiário (a) e da Instituição de Ensino, devendo ser realizadas sempre dentro do contexto básico da profissão e do Projeto Político Pedagógico do Curso;

c) O (A) estagiário (a) se obriga a cumprir fielmente a programação de Estágio, comunicando à Concedente em tempo hábil, a eventual possibilidade de fazê-lo.

IV - BOLSA

Em se tratando de Estágio Não Obrigatório a UNIDADE CONCEDENTE efetuará o pagamento mensal de bolsa ao (a) acadêmico (a) no valor indicado.

Parágrafo Primeiro: O pagamento da bolsa se dará de forma proporcional aos dias trabalhados, quando do início ou encerramento do presente contrato.

Parágrafo Segundo: O pagamento da bolsa será feito por meio de depósito bancário ou diretamente na sede da UNIDADE CONCEDENTE, podendo esta efetuar os descontos autorizados em lei.

Parágrafo Terceiro: O pagamento da bolsa somente poderá ser dispensado em caso de Estágio Curricular Obrigatório, assim entendido aquele que está definido no Projeto Político Pedagógico do Curso, cuja carga horária é requisito para integralização do Curso.

V - DO RECESSO PARA ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

A cada período de 12 (doze) meses, o (a) acadêmico (a) terá direito a 30 (trinta) dias de recesso remunerado, que deverá ser gozado, preferencialmente, durante as férias acadêmicas.

Parágrafo Primeiro: Em caso de encerramento do presente contrato sem que tenha se completado o período aquisitivo de 12 (doze) meses, o (a) acadêmico (a) terá direito ao recesso proporcional, que poderá ser gozado durante o prazo da notificação de rescisão.

Parágrafo Segundo: Em caso de impossibilidade de concessão do recesso antes do encerramento da vigência do presente contrato, o recesso será indenizado.

VI - OBRIGAÇÕES DO (A) ESTAGIÁRIO (A)

Compete ao estagiário (a):

- a) Realizar as atividades previstas no plano de atividades com zelo e dedicação, reportando-se ao supervisor (a) sempre que tiver dúvidas ou entender que precisa de auxílio para sua execução;
- b) Cumprir a programação estabelecida pelas partes;
- c) Elaborar e entregar os relatórios de acompanhamento;
- d) Observar as normas internas da Concedente e guardar sigilo das informações a que tiver acesso em razão do Estágio;
- e) Zelar pelos instrumentos, equipamentos, materiais e instalações da UNIDADE CONCEDENTE;
- f) Ressarcir eventuais prejuízos causados em razão de ato praticado em desacordo com as orientações da UNIDADE CONCEDENTE ou da Instituição de Ensino;
- g) Comunicar a Instituição de Ensino em caso de alteração de jornada, calendário, atividades ou problemas na sua execução;
- h) Comunicar previamente quando precisar faltar, chegar atrasado ou ausentar-se antes do encerramento de sua jornada;
- i) Manter a ética e a boa conduta em todas as atividades;
- j) Comunicar imediatamente a UNIDADE CONCEDENTE em caso de alteração na sua situação acadêmica, como abandono, trancamento, cancelamento ou frequência irregular;
- k) O (A) estagiário (a) se obriga a cumprir as Normas Internas da Concedente, principalmente as relacionadas com o Estágio e se compromete a não divulgar ou transmitir, durante ou depois do período do Estágio, a quem quer que seja, qualquer informação confidencial ou material que se relacione com os negócios da Concedente;
- l) Manter seus dados cadastrais e acadêmicos junto à Faculdade do Vale do Araranguá, atualizados;
- m) Informar em tempo hábil à Concedente os períodos de Avaliação na Instituição de Ensino, para fins da redução de jornada de Estágio;
- n) Fica expresso e claro que se o (a) estagiário (a) perder, por qualquer motivo, a condição de acadêmico (a) ou se transferir de Curso, o presente Termo de Compromisso e correspondente

Estágio estarão automaticamente rescindidos, cabendo a Faculdade do Vale do Araranguá efetuar as devidas comunicações à Concedente, por escrito;

- o) O estagiário se obriga a elaborar Relatórios de Atividades sobre o Estágio realizado;
- p) Nos termos do Artigo 3º da Lei 11.788/2008, o (a) estagiário (a) não terá para quaisquer efeitos, vínculo empregatício de qualquer natureza com a Concedente;
- q) Faz-se necessário para desenvolvimento das atividades de Estágio um Seguro de Vida por parte do (a) estagiário (a).

VII - OBRIGAÇÕES DA UNIDADE CONCEDENTE

Compete à Unidade Concedente:

- a) Oferecer instalações que tenham condições de proporcionar ao (a) acadêmico (a) a boa execução das atividades previstas no presente contrato, disponibilizando local, materiais e equipamentos adequados;
- b) Apresentar o local de trabalho, equipe, normas de funcionamento, objetivos, políticas e filosofia internas, visando a integração do (a) estagiário (a);
- c) Controlar a frequência do (a) estagiário (a);
- d) Efetuar o pagamento da bolsa (caso o Estágio seja remunerado);
- e) Informar a Instituição de Ensino em caso de interrupção ou de problemas na realização do Estágio, bem como nos casos em que o (a) acadêmico (a) por motivos de natureza técnico, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar as atividades de Estágio;
- f) Avaliar o desempenho do (a) estagiário (a) e/ou preencher a Ficha de Avaliação sempre que solicitado pela Instituição de Ensino, obedecendo a periodicidade fixada neste contrato, que em nenhuma hipótese poderá ultrapassar o limite de 6 (seis) meses;
- g) No caso de Estágio Não Obrigatório, efetuar a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do (a) estagiário(a), cuja apólice seja compatível com valores de mercado;
- h) Indicar um (a) supervisor (a) responsável, que deverá acompanhar as atividades do (a) acadêmico (a);
- i) Manter a disposição da fiscalização os documentos que comprovam a realização do Estágio;
- j) Permitir à Instituição de Ensino acesso as instalações onde o Estágio é realizado, sempre que solicitado;
- k) Ao final do Estágio, emitir Certificado de sua realização;
- l) Proporcionar a IES, sempre que solicitado, subsídios que possibilitem o acompanhamento e a Avaliação do Estágio.

Parágrafo Primeiro: O (a) supervisor (a) indicado deverá pertencer ao quadro de pessoal da Unidade Concedente e ter formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no Curso frequentado pelo (a) estagiário (a).

VIII - OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Compete a Instituição de Ensino:

- a) Fornecer a documentação que viabilize a contratação do Estágio;
- b) Avaliar as instalações da parte concedente e a adequação das atividades à formação cultural e profissional do (a) acadêmico (a);
- c) Indicar professor (a) supervisor (a), da área desenvolvida no Estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do (a) estagiário (a);
- d) Exigir do (a) acadêmico (a) a apresentação dos relatórios e/ou fichas de avaliação, na periodicidade estabelecida no presente contrato, que não poderá ser superior a 6 (seis) meses;
- e) Em caso de descumprimento das condições ora acordadas, orientar o (a) acadêmico (a) e a UNIDADE CONCEDENTE visando a adequação do Estágio, ou, quando necessário, recomendar ao acadêmico o encerramento do presente contrato;
- f) Elaborar as normas complementares e instrumentos de avaliação dos Estágios;
- g) Comunicar o calendário acadêmico à UNIDADE CONCEDENTE no início de cada período letivo;
- h) Receber, avaliar e arquivar os relatórios ou fichas de avaliação;
- i) Certificar-se sobre a contratação do Seguro de Vida contra acidentes pessoais pelos (as) estagiários (as).

IX – FORMAS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações:

- a) Por iniciativa das partes, a qualquer tempo, desde que a parte que tenha intenção de rescindir o Contrato avise a outra com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência;
- b) Em caso de alteração da situação acadêmica do (a) acadêmico (a), como cancelamento, trancamento, transferência de matrícula, abandono ou conclusão do Curso;
- c) Por qualquer das partes, inclusive a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, em caso de descumprimento das cláusulas acordadas;
- d) Em caso de rescisão do Termo de Convênio firmado entre a INSTITUIÇÃO DE ENSINO e a UNIDADE CONCEDENTE;
- e) Em razão de comportamento inadequado do (a) acadêmico (a) ou supervisor (a) designado.

Parágrafo Único: Em caso de abandono, a comunicação da INSTITUIÇÃO DE ENSINO à UNIDADE CONCEDENTE será feita somente após a identificação de tal situação acadêmica pelo sistema, ou quando isto não for possível, ao término do período letivo.

X - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente convênio.

E, por assim estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, assinam as partes o presente Termo de Compromisso na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Araranguá, _____ de _____ de _____.

_____ <i>Instituição Concedente (Responsável pelo estabelecimento – CNPJ)</i>	_____ <i>Instituição de Ensino Superior (Direção Geral FVA)</i>
_____ <i>Instituição Concedente (Supervisor de estágio)</i>	_____ <i>Supervisor de Estágio (IES)</i>
_____ <i>Estagiário (a)</i>	_____ <i>Coordenador do Curso</i>

Tabela 8 Termo de Compromisso. Fonte: Direção de Ensino.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO CAMPO DE ESTÁGIO				
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO _____				
Estagiário (a): _____				
Supervisor (a) na Concedente: _____				
Supervisor (a) na IES: _____				
FREQUÊNCIA				
Mês:				
Dia	Horário	Descrição das Atividades	Rubrica do (a) Acadêmico (a)	Rubrica do (a) Supervisor de Estágio na concedente
Número de dias estagiados: _____			Número de presenças: _____	

FACULDADE DO VALE DO ARARANGUÁ

FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO (A) ESTAGIÁRIO (A)

Nome do Estagiário (a):
Período de realização do Estágio: / /
RG:
Semestre
Instituição/Empresa:
Ramo de Atividade:
Setor (es) de Estágio:
Início: ____/____/____ Término: ____/____/____ Número de Horas: _____

Avaliação	Fraco	Regular	Bom	Ótimo
Qualidade do Trabalho				
Capacidade de relacionar Teoria e Prática				
Capacidade de Comunicação				
Capacidade de aceitar desafios e inovar				
Capacidade de reflexão crítica				
Rapidez em execução: considerar o volume de trabalho realizado, dentro dos padrões aceitáveis no nível do Estágio.				
Organização				
Sequência lógica de execução				
Facilidade de compreensão				
Frequência ao Estágio				
Dedicação: esforço revelado para aprender, a partir de indagações e dúvidas apresentadas.				
Conhecimento: nível de conhecimento apresentado e que tenha se revelado compatível com as tarefas propostas.				
Capacidade de sugerir, projetar ou executar modificações que beneficiem a Empresa.				
Aprendizagem prática: aprendizagem dos serviços da Área Específica.				
Sociabilidade				
Cooperação: avaliação de atitudes que				

possam revelar boas qualidades de um profissional				
Liderança				
Assiduidade: comparecer nos dias e horários agendados.				
Ética Profissional: respeitar os colegas, demonstrando sigilo como informações e honestidade.				
Relacionamento: relaciona-se bem com os profissionais em geral, respeitando as hierarquias, as diferenças, pontos de vista. É receptivo com os outros.				
Comportamento: obedece as normas e regras estabelecidas pela Empresa/Instituição.				
Postura profissional (comprometimento, interesse e dedicação): dedica-se na realização das tarefas que lhes forem conferidas. Busca informações sobre a empresa e relaciona-se com a missão, visão e os valores das mesmas.				
Contribuição: procura contribuir para o crescimento da Empresa e/ou Instituição apresentando sugestões.				
Organização: dispõe-se do material necessário para o desempenho da função e mantém o espaço de atuação organizado.				
Criatividade/proatividade: Tem iniciativa, propõe sugestões criativas e empreendedoras.				

Observações Gerais:

Nome do (a) Supervisor (a) de Estágio na Concedente:

Cargo do (a) Supervisor (a) de Estágio na Concedente:

Assinatura do (a) Supervisor (a) de Estágio na Concedente:

Araranguá, _____ de _____ de _____.

Tabela 11 Ficha de Avaliação quanto ao Desempenho do Estagiário. Fonte: Direção de Ensino, 2015.

FICHA DE AVALIAÇÃO DA EMPRESA QUANTO AO CURSO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

INSTITUIÇÃO CONCEDENTE: _____

1. Por meio da análise e observação da atuação do (a) Estagiário (a) durante as atividades programadas, como você avalia a formação profissional oferecida pelo Curso de _____ da Faculdade do Vale do Araranguá?

a () A IES fornece formação de excelência ao futuro profissional formado pelo Curso.

b () A IES fornece formação profissional adequada ao futuro profissional formado pelo Curso.

c () A IES não fornece formação profissional adequada ao futuro profissional formado pelo Curso.

Exponha seu parecer:

2. O (A) Professor (a) Supervisor (a) de Estágio da Instituição de Ensino visitou o campo de atuação do (a) estagiário (a)?

a () Sim.

b () Não.

3. A Empresa concedente do campo de Estágio possui interesse em estabelecer parcerias ou convênios com a Faculdade do Vale do Araranguá?

a () Sim.

b () Não.

Exponha seu parecer:

4. De que forma a Empresa concedente avalia a importância da prática do Estágio Curricular

Digitar Nome e cargo (carimbo com CNPJ)

Tabela 13 Carta de Conclusão de Estágio. Fonte: Direção de Ensino, 2015.

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONSULTA E/OU PUBLICAÇÃO
ELETRÔNICA**

Curso:

Autor (a):

CPF:

E-mail:

Orientadora:

Data da defesa:

Título do trabalho:

Autorizo a Faculdade do Vale do Araranguá, a disponibilizar o texto integral da publicação supracitada, de minha autoria, para fins de leitura, impressão e/ou download pela Internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Faculdade, a partir desta data.

Araranguá, de de .

Assinatura do (a) Autor (a)

Tabela 14 Termo de Autorização para Consulta e/ou Publicação Eletrônica. Fonte: Direção de Ensino, 2015.

**CAPÍTULO X
DOCUMENTOS DE ESTÁGIO DE ACORDO COM ÁREA OU FUNÇÃO
REALIZADA**

Art. 52 Os Documentos Iniciais e Finais que devem ser entregues para a realização do Estágio, podem variar de acordo com o tipo de função (estagiário (a), funcionário (a) ou

proprietário (a) ou posição que o (a) acadêmico (a) exerce no local de Estágio e são separados sob os seguintes critérios):

§ 1º Acadêmico (a) sem vínculo com a empresa: O (A) acadêmico (a) deve apresentar à Supervisão Geral de Estágio o Acordo de Cooperação (ou Termo de Convênio), caso a organização concedente não seja conveniada com a Faculdade do Vale do Araranguá. Se a organização já é conveniada, basta apresentar o Termo de Compromisso de Estágio com cópia do Acordo de Cooperação já existente, Plano Individual de Estágio, Cópia do Contrato de Seguro de Vida, Relatório Final, Ficha de Avaliação de Desempenho do (a) Estagiário (a) e Carta de Conclusão de Estágio.

§ 2º Acadêmico registrado como Funcionário com registro CLT: O (A) acadêmico (a) que trabalha com registro em CTPS em atividades que tenham relação direta com sua área de estudo deve apresentar à Coordenação do Curso e/ou Supervisor de Estágio uma declaração a ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo (a) responsável da área utilizando documentação específica para Equivalência de Estágio (ver procedimentos para o cumprimento de equivalência de Estágio), além do Plano Individual de Estágio, Relatório Final, Ficha de Avaliação de Desempenho e Carta de Conclusão de Estágio.

§ 3º Acadêmico (a) que participa de Cooperativa, com área afim do Curso Técnico Cursado: O (A) acadêmico (a) que faz parte de Cooperativa como Cooperado (a), e tem seu nome no contrato da Cooperativa, deve apresentar cópia simples do Contrato de Cooperado para a Supervisão de Estágio, a documentação específica para Equivalência de Estágio (ver procedimentos para o cumprimento de equivalência de Estágio), além do Plano Individual de Estágio, Relatório Final e Carta de Conclusão de Estágio.

§ 4º Acadêmico (a) que trabalha como Funcionário Público – O (A) acadêmico (a) que trabalha em Órgão Público e desenvolve atividades correlatas ao seu Curso, deve apresentar comprovante Oficial da União, Estado ou Município, uma declaração esclarecendo o cargo e função, sendo necessário que o Estágio seja feito em áreas afins, entregando ainda a documentação específica para Equivalência de Estágio (ver procedimentos para o cumprimento de equivalência de Estágio), além do Plano Individual de Estágio, Relatório Final, Ficha de Avaliação de Desempenho e Carta de Conclusão de Estágio.

§ 5º Acadêmico (a) que atua na área Social –O (A) acadêmico (a) que não tem possibilidades, por quaisquer motivos pessoais ou profissionais, de realizar o Estágio Curricular Obrigatório em empresas sugeridas para seu ramo de estudo, pode fazê-lo por intermédio de alguma ONG (Organização Não-Governamental) ou Entidade Filantrópica, realizando assim, o Estágio Social, comprovado por meio de Declaração (modelo carta de equivalência de estágio, assinada e com carimbo de CNPJ da entidade concedente), além do Plano Individual de Estágio, Relatório Final, Ficha de Avaliação de Desempenho e Carta de Conclusão de Estágio, desde que mantenha vínculo em seu ramo de estudos.

CAPÍTULO XI EQUIVALÊNCIA DE ESTÁGIO

Art. 53 A Equivalência de Estágio ocorre, quando o (a) acadêmico (a) estagiário (a) é funcionário (a) ou ainda, da Empresa. Neste caso, deve utilizar as seguintes orientações.

§ 1º Equivalência de Estágio - Para o (a) acadêmico (a) com vínculo empregatício na área, poderá ser considerado e concedido equivalência de Estágio até 50% apresentando 02 (duas) cópias da carteira profissional (páginas de identificação e registro de trabalho autenticadas) com cópia do contrato de trabalho e carta de confirmação de equivalência do Estágio digitada em três vias (com a função e atividades que desempenha e a data do início do trabalho - modelo padrão Faculdade do Vale do Araranguá), com assinatura e carimbo de identificação do (a) supervisor (a) ou gerente da Empresa em papel timbrado da empresa, com firma reconhecida da assinatura, conforme modelo anexo. Estes documentos substituem o Acordo de Cooperação, Termo de Compromisso e Seguro de Vida, mas não excluem o Plano Individual de Estágio e os documentos finais de Estágio.

Parágrafo Único – O (A) funcionário (a) de uma organização que, por ser acadêmico (a), necessita da realização de um período de Estágio, mas não desenvolve atividades inerentes ao seu Curso, poderá fazê-lo nas dependências da própria organização, sem perder a condição de funcionário, desde que a organização autorize. Neste caso, se o período de Estágio for realizado em horário ou áreas distintas do setor em que o (a) funcionário (a) trabalha, a organização deve formalizar o Estágio com documentação legal exigida e com interveniência

obrigatória da Faculdade do Vale do Araranguá, para comprovar perante a fiscalização trabalhista.

CAPÍTULO XII

DA AVALIAÇÃO DA PRÁTICA DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 54 Sendo o Estágio Curricular Supervisionado um dos pré-requisitos para a Colação de Grau e obtenção da Titulação, nos diferentes Cursos Técnico da Faculdade do Vale do Araranguá, esta atividade deverá ser avaliada, considerando o cumprimento dos elementos dispostos no Capítulo IX deste Regulamento.

Art. 55 O processo de avaliação do aproveitamento deve considerar:

- I - Capacidade de reflexão crítica;
- II - Domínio de conhecimentos na área de atuação;
- III - Capacidade de relacionar teoria e prática;
- IV - Capacidade de aceitar desafios e inovar;
- V - Capacidade de comunicação;
- VI – Capacidade de Produção Acadêmica.

Art. 56 O aproveitamento do acadêmico (a) no Estágio também será avaliado sob o aspecto profissional e atitudinal, no desempenho do Programa.

Art. 57 A nota final da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado será efetuado pelo Professor (a) Supervisor (a) e Orientador (a) em consenso com a Coordenação do Curso.

Art. 58 A nota final da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado é resultante de todas as etapas cumpridas pelo (a) estagiário (a).

Art. 59 São critérios de Avaliação:

I – DO ESTÁGIO, considerando o Plano de Estágio, Relatórios (Parcial e Final) adequando as Normas de Trabalho Científico, qualidade e adequação de conteúdo, clareza e coerência da redação, contribuição à organização do Campo de Estágio, gestão adequada de cronogramas e prazos e apresentação do Relatório Final.

II – O (A) ESTAGIÁRIO (A) deve entregar a versão Final do Relatório em via impressa encadernada, e em meio eletrônico (CD) gravado no formato PDF, após as alterações solicitadas pelo (a) Orientador (a) de Estágio, se necessário.

Parágrafo Único. A aprovação na disciplina de Estágio Curricular Supervisionado ficará condicionada à entrega do exemplar do Relatório Final do Estágio e do documento eletrônico (CD) no prazo especificado no cronograma.

Art. 60 Após a análise prévia, os Relatórios de Estágio que não contiverem os tópicos do roteiro para a elaboração, serão devolvidos ao (a) acadêmico (a), para corrigi-los num prazo de 07 (sete) dias, para que sejam avaliados ainda no semestre letivo ao qual foi apresentado.

Art. 61 Estará **APROVADO (A)** na Prática do Estágio Curricular Supervisionado, o (a) acadêmico (a) que:

- Obter média final igual ou superior 6,0.
- Obter uma avaliação positiva no Relatório de Avaliação, pela Instituição e/ou Empresa;
- Ter cumprido todas as etapas processuais do Programa de Estágio.

Art. 62 Será considerado **REPROVADO (A)** na Prática do Estágio Curricular Supervisionado, o (a) acadêmico (a) que:

- Não efetuar nova entrega do Relatório Final de Estágio dentro do prazo estabelecido;
- Obter média final inferior a 6,0;
- Ser verificado indícios de ocorrências de plágio total ou parcial ou outra forma de fraude na elaboração do Relatório Final do Estágio;
- Ao ser analisada a fraude por uma comissão especial designada pelo (a) Coordenador (a) de Curso, composta por 03 (três) professores os quais apurarão os fatos, ficará suspensa a Avaliação do Trabalho até a decisão final;
- Confirmada a fraude, o Estágio Curricular Supervisionado será considerado nulo, tornando-se inválidos todos os atos decorrentes de sua elaboração, submetendo-se o (a) estagiário (a) às consequências previstas neste documento.

Art. 63 O (A) acadêmico (a) que por qualquer razão, não cumprir o Estágio Curricular Supervisionado ficará em dependência, o qual gerará ônus para o (a) estagiário (a), como qualquer outra disciplina, impossibilitando-o de concluir o Curso.

Art. 64 O (A) estagiário (a) em dependência no Estágio Curricular Supervisionado, deverá cumpri-lo, em um semestre letivo, e para isso, deverá procurar a Coordenação do Curso, para que seja estabelecido seu vínculo acadêmico, cumprindo assim as exigências legais e regimentais e que o Estágio seja cumprido dentro do período de integralização do Curso.

Art. 65 A média final constará na Ata Final de Avaliação, assinada pelo (a) Supervisor (a) de Estágio e o Professor (a) Orientador (a) de Estágio.

CAPÍTULO XIII

DA INSERÇÃO À VAGA DE ESTÁGIOS EXTRACURRICULARES

Art. 66 O (A) acadêmico (a) interessado em realizar o Estágio Extracurricular deverá seguir o roteiro da documentação prevista para a realização do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 67 O (A) acadêmico (a) que desejar realizar a modalidade de Estágio Extracurricular deverá realizá-lo sob a assistência no Campo de Estágio, de um profissional de nível superior, da área de formação idêntica ou correlata à do (a) estagiário (a), com a responsabilidade de arcar com as despesas dos honorários.

Art. 68 As presentes orientações passarão a vigorar a partir do primeiro semestre de 2014, podendo sofrer alterações que se façam necessárias para a sua aplicabilidade.

Art. 69 Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Geral, ouvidos o (a) Diretor (a) de Ensino e os Coordenadores de Curso.

Art. 70 O presente Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado entrará em vigor na data de aprovação, revogando-se disposições em contrário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Curricular Supervisionado representa uma importante atividade, com o objetivo de permitir com que o (a) acadêmico (a) possa vivenciar, em termos práticos, os diversos conceitos estudados e discutidos nas disciplinas curriculares do Curso Técnico da Faculdade do Vale do Araranguá.

Vale lembrar que o sucesso do Estágio Curricular Supervisionado depende, de forma primordial, do interesse do (a) acadêmico (a) em atender à orientação do (a) Professor (a) Supervisor (a) no que diz respeito a levantar em campo, as informações necessárias, bem como o material bibliográfico e as referências básicas, cumprindo todas as etapas estabelecidas, de acordo com as sugestões e modificações apresentadas pelo (a) Professor (a) Orientador (a). O Estágio Curricular Supervisionado é também o momento de realizar diagnóstico, avaliações e sugerir soluções para situações que foram vivenciadas no contexto da organização.

Araranguá, Janeiro de 2018.